



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

**ARQUIVOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA
NO ARQUIVO HISTÓRICO
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

INSTRUMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Relatório de Estágio

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Ana Maria Gouveia Santos

2025

Relatório de estágio especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre,
orientado pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

**ARQUIVOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA
NO ARQUIVO HISTÓRICO
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO DOCUMENTAL
Relatório de Estágio**

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Ana Maria Gouveia Santos

2025

Relatório de estágio especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre,
orientado pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva

FICHA TÉCNICA

Modalidade de trabalho: Relatório de estágio

Título: Arquivos Pessoais e de Família no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Instrumentos de Acesso à Informação. Relatório De Estágio

Autor: Ana Maria Gouveia Santos

Orientador: Professor Doutor Carlos Guardado da Silva

Identificação do curso: Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ano: 2025

Número de páginas: 173

RESUMO

Este relatório de estágio tem como objetivo apresentar uma análise sobre os arquivos pessoais e os arquivos de família, no contexto do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A investigação centra-se no papel dos Instrumentos de Acesso à Informação como facilitadores na mediação entre os arquivos e os utilizadores. A literatura apresentada revela que os arquivos não são só coleções de documentos, mas são conjuntos organizados que espelham a trajetória de uma entidade produtora. A organicidade é um conceito importante nesta área, pois podemos perceber como a preservação dos documentos é feita, de modo a manter a sua autenticidade.

Os Instrumentos de Acesso à Informação, como os guias, inventários e catálogos, têm um papel importante na gestão e na recuperação da informação. São estes os instrumentos que permitem que se localize e se compreenda os documentos com mais facilidade.

Durante o estágio realizado no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras foi elaborado um Guia de Fundos dos arquivos pessoais e de família, de modo a facilitar o acesso aos ‘espólios’.

Palavras-chave: Arquivística, Arquivos de Família, Arquivos Pessoais, Instrumentos de Acesso à Informação.

ABSTRACT

This internship report aims to present an analysis of personal and family archives in the context of the Historical Archive of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. This research focuses on the role of Finding Aids as facilitators in mediating between archives and users.

The literature reviewed reveals that archives are not merely collections of documents but organized sets that reflect the trajectory of a producing entity. Organicity is an important concept in this field, as it helps to understand how documents are preserved while maintaining their authenticity.

Finding Aids, such as guides, inventories and catalogs, play a crucial role in Information management and retrieval. These tools enable users to locate and understand documents more easily.

During the internship at the Historical Archive of School of Arts and Humanities, a Finding Guide for personal and family archives was created to create and facilitate access to these collections.

Keywords: Archival Science, Family Archives, Family Papers, Finding Aids, Personal Archives, Personal Papers.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Ana Sofia, e à minha avó Maria Luísa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer aos professores do Mestrado, Luís Corujo, Jorge Revez, Teresa Costa e Carlos Guardado da Silva por todo o conhecimento que partilharam ao longo destes dois anos.

Em segundo lugar, quero agradecer especialmente ao meu orientador, o professor Carlos Guardado da Silva, por me ter ajudado a desenvolver este tema, pela sua dedicação, pelas suas reflexões e também críticas construtivas ao longo deste processo, que serviram como incentivo para continuar.

Agradeço, também, à instituição que me acolheu durante os dois meses de estágio, o Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ao Doutor Pedro Estácio por me deixar estagiar num local de grande prestígio e ao Dr. António Ramalho.

Agradeço aos Guias e aos Orixás que eu sei que me ajudaram também, embora eu duvidasse em tempos, mas que sempre me transmitiram a segurança para continuar este trabalho.

Por último, mas não menos importante, se não a mais importante de tudo e todos, agradeço à minha mãe, Ana Sofia, por todo o apoio incondicional, carinho e amor que me deu durante esta jornada. E agradeço à minha avó, que cá já não está, mas que eu sei que me viu a concluir esta etapa.

E a mim, porque nunca pensei que fosse conseguir chegar até aqui, mas, com o esforço a dobrar e dedicação, tudo foi possível.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	viii
INTRODUÇÃO	3
1. REVISÃO DA LITERATURA	6
1.2 ARQUIVO, ARQUIVO PESSOAL, ARQUIVO DE FAMÍLIA	6
1.1.1 Conceito de Arquivo	6
1.1.2 Conceito de Arquivo Pessoal	12
1.1.3 Conceito de Arquivo de Família	22
1.2 INSTRUMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	29
1.2.1 Guias	36
1.2.2 Inventários.....	39
1.2.3 Catálogos.....	42
2. METODOLOGIA	45
2.1 Paradigma.....	46
2.2 Método de Investigação	46
2.3 Pergunta de Partida.....	47
2.4 Objetivos do Relatório	48
2.5 Objetivos do Estágio	49
2.6 Guia de Fundos	50
2.7 As Normas ISAD(G) e ISAAR(CPF)	50
2.7.1 ISAD(G) - Norma Geral Internacional para a Descrição Arquivística	50
2.7.2 ISAAR(CPF) - Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias.....	53
2.7.3 Importância das Normas para o Guia de Fundos	54
2.8 O Processo de Seleção da Bibliografia.....	56
3. A VISÃO PRÁTICA – ESTÁGIO CURRICULAR	65
3.1 O Legado de Leite de Vasconcelos	69
3.2 Um Novo Perfil do Arquivo Histórico	71
4. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS	74
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
CONCLUSÃO	82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
APÊNDICE.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AHFLUL – Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

B-ON – Biblioteca do Conhecimento Online.

DGA – Direção Geral de Arquivos.

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

IAI – Instrumentos de Acesso à Informação.

ICA – International Council on Archives.

IDD – Instrumentos de Descrição Documental.

ISAAR(CPF) - *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias.*

ISAD(G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.*

LISA - *Library & Information Science Abstracts.*

NP4041 – Norma Portuguesa 4041.

RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal.

SAA – Society of American Archivists.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisa na *Web of Science* através da palavra-chave «*personal papers*».

Tabela 2 – Pesquisa na *Web of Science* através da palavra-chave «*personal archives*».

Tabela 3 – Pesquisa na *Web of Science* através das palavras-chave «*family papers OR family archives*».

Tabela 4 – Bibliografia retirada do RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com os termos «*arquivos pessoais*» e «*arquivos de família*».

Tabela 5 – Bibliografia retirada do RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com os termo «*Instrumentos de Descrição Documental*».

Tabela 6 – Bibliografia retirada da B-On – Biblioteca do Conhecimento Online, com o termo «*Instrumentos de Descrição Documental*».

Tabela 7 – Bibliografia retirada da LISA - Library & Information Science Abstract, com o termo «*finding aid*».

Tabela 8 – Bibliografia retirada do RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com os termos «*ISAD(G)* e «*ISAAR(CPF)*»

INTRODUÇÃO

Este relatório de estágio dá início ao estudo dos arquivos pessoais e dos arquivos de família, assim como aos tradicionalmente designados instrumentos de descrição documental ou instrumentos de acesso à informação, procurando melhor responder à emergência do paradigma informacional. Assim sendo, foi realizado um estágio no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a duração de dois meses, aproximadamente, ocorrendo desde o dia 7 de Outubro de 2024 até ao dia 5 de Dezembro. Assim, totalizou as 202 horas obrigatórias de estágio, em que 142 foram feitas presencialmente, ou seja, no Arquivo Histórico, e as restantes 60 horas usadas para trabalhar no relatório.

Os temas tratados neste relatório, assim como no Arquivo Histórico, são os arquivos pessoais e os arquivos de família. Para tal, no local do estágio encontrou-se muita informação sobre os diversos arquivos existentes, permitindo elaborar um Guia de Fundos sobre os arquivos pessoais e de família existentes no Arquivo. Assim, um arquivo é, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, um «Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.» (2005, p. 27).

Portanto, reconhece-se que os arquivos são como repositórios de informação/memória individual ou coletiva, onde se preservam várias informações relevantes sobre uma dada época da história. Aqui destaca-se, especialmente, os arquivos pessoais e de família, que documentam o trajeto de vida de indivíduos e as suas relações familiares, acompanhadas de um contexto social, cultural e histórico. Tudo isto é importante para os investigadores, historiadores e arquivistas, assim como é importante ter os devidos cuidados para mantê-los organizados e preservados para, mais tarde, poderem ser acedidos.

Assim sendo, a gestão dos arquivos envolve a produção de Instrumentos de Acesso à Informação (IAI), que são compostos pelos guias, inventários e catálogos. Estes instrumentos são mediadores de informação essenciais porque servem para organizar, representar e recuperar a informação, estruturada e sistematizada, de modo que o acesso às informações seja permitido.

No contexto dos arquivos pessoais e de família, integram-se os IAI, pelo que se procura, no capítulo da Revisão da Literatura, o estudo, ainda que breve, dos dois tipos

de arquivos, bem como dos IAI, para depois poder-se discutir a sua relação e como são importantes para a arquivística como campo aplicado da ciência da informação.

Num contexto de estágio, a criação do guia de fundos foi feita através de uma exploração e análise geral dos arquivos pessoais e de família que existem no Arquivo Histórico. Portanto, foram vistos cerca de trinta e dois arquivos, sendo que trinta e um são arquivos pessoais e o restante (um) um arquivo de família. Assim, apresenta-se a lista de arquivos pessoais e de família que foram vistos. Em relação aos arquivos pessoais foram analisados os seguintes fundos: Fundo Alberto Estima de Oliveira, Fundo António José Saraiva, Fundo Barahona Fragoso, Fundo Eduardo Chitas, Fundo Elsa Gonçalves, Fundo Fiana Hasse Pais Brandão, Fundo Fidelino Figueiredo, Fundo Guilherme Moniz Barreto, Fundo Gustavo Cordeiro Ramos, Fundo Hermann Pflüger, Fundo Jacinto do Prado Coelho, Fundo Jorge Borges de Macedo, Fundo José Ângelo Peral Ribeiro, Fundo José de Macedo, Fundo José [Manuel] Tengarrinha, Fundo Joseph-Maria Piel, Fundo Júlio Moreira, Fundo Leite de Vasconcelos, Fundo Luís Bramão, Fundo Manuel Batoréo, Fundo Manuel Diaz y Diaz, Fundo Manuel Viegas Guerreiro, Fundo Maria da Conceição Soares Machado, Fundo Mário Barradas, Fundo Michel Laban, Fundo Osório Mateus, Fundo Paul Teyssier, Fundo Rui Mário Gonçalves, Fundo Vasco Granja, Fundo Vasco Magalhães Vilhena e o Fundo Wolfgang Kayser. Em relação aos arquivos de família, foi analisado o Fundo Família Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis.

Este guia foi organizado conforme as regras as normas importantíssimas, a ISAD(G) - *Norma Geral Internacional para a Descrição Arquivística* – e ISAAR(CPF) - *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Todas as informações relacionadas com os indivíduos foram consideradas ao nível do fundo, ou seja, ao nível mais geral, descendo-se em termos de descrição, no limite, ao nível da secção. Porém, surgiu-nos, desde logo, uma dificuldade decorrente do facto de muitos destes arquivos não se encontrarem organizados.

No primeiro capítulo deste relatório, encontra-se a revisão de literatura, que discute e teoriza os conceitos de arquivo pessoal e de arquivo de família, assim como os instrumentos de descrição documental ou instrumentos de acesso à informação. No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para a pesquisa, que detalha em subcapítulos os procedimentos que foram adotados. Depois, temos uma reflexão pessoal e prática acerca do estágio realizado. Consequentemente, surge o capítulo da discussão

dos dados obtidos desta investigação e, por fim, a respetiva conclusão, em que se reflete acerca dos desafios futuros quando da produção de IAI no contexto dos arquivos pessoais e de arquivos de família.

Como o trabalho se focou em compreender as práticas de identificação e descrição dos arquivos pessoais e de família, a sua forma de organização, o seu enquadramento teórico e o desenvolvimento empírico seguem um paradigma interpretativo, sendo o mais adequado para a análise e a criação do guia. Conjuntamente, a abordagem utilizada foi a qualitativa para compreender os problemas da investigação. A pergunta de partida elaborada foi a seguinte: *De que modo os instrumentos de acesso à informação são facilitadores da mediação entre os Arquivos Pessoais e Arquivos de Família sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e os potenciais interessados?*.

Na sequência da questão de partida, elaboraram-se os seguintes objetivos: Analisar os Arquivos Pessoais que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data de 7 de Outubro de 2024; analisar os Arquivos de Família que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data 7 de Outubro de 2024; construir o Guia de Fundos, tendo por referência as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF); e aplicar os conhecimentos arquivísticos desenvolvendo práticas de identificação, organização e representação de arquivos, designadamente sobre Arquivos Pessoais e de Família.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Com este capítulo, dá-se início à revisão da literatura existente sobre o tema principal deste relatório, ou seja, acerca da produção de Instrumentos de Acesso à Informação sobre Arquivos Pessoais e Arquivos de Família. Este capítulo tem o objetivo de informar e dar a conhecer, através dos estudos que têm sido elaborados ao longo do tempo, de alguns termos específicos em questão, como os de Arquivo(s) Pessoal(is), Arquivo(s) de Família e Instrumentos de Acesso à Informação, tradicionalmente denominados por Instrumentos de Descrição Documental (IDD), como os guias, os inventários e os catálogos. Sendo assim, o capítulo encontra-se dividido em duas partes, e cada um dessas partes está dividida em tópicos.

1.2 Arquivo, Arquivo Pessoal, Arquivo de Família

Naturalmente, a ordem dos temas exige que, em primeiro lugar, nos debrucemos sobre o conceito de «Arquivo» e, no âmbito do conceito de arquivo, vamos encontrar o conceito de «Arquivo Pessoal», e depois o conceito de «Arquivo de Família». Na segunda parte da revisão da literatura, abordamos os «Instrumentos de Descrição de Documental», em que exploraremos o conceito de três IDD: os guias, os inventários e os catálogos, procurando distingui-los entre si. O estágio realizado no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa permitiu elaborar um Guia de Fundos, objeto que será também de investigação, algo que será abordado dentro do tema dos Instrumentos de Descrição Documental para o acesso à informação.

1.1.1 Conceito de Arquivo

Neste subcapítulo, abordamos o conceito de «Arquivo» enquanto esfera mais geral, tentando não o ver apenas como um espaço físico, onde se podem guardar e preservar documentos, mas como uma entidade que tem a sua complexidade, considerando-se uma abordagem sistémica, no sentido da transmissão da informação. É importante salientar, tanto neste como nos próximos capítulos, que o conceito de «arquivo» vai estar intimamente relacionado com a preservação de um tipo de memória, seja ela histórica, institucional, pessoal ou cultural, não descurando o contributo dos *Records Continuum Model* para a anulação do binómio Informação-Memória.

Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1993), temos presente a seguinte definição de «Arquivo»:

Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação. (Alves, et al., (1993, p. 7)).

Por este conceito, entramos dentro do ambiente de um conjunto de documentos que está reunido num local, disposto de uma organização específica, que pode variar de lugar para lugar, mas entramos na questão da organicidade, que, na definição da NP 4041: *Informação e documentação: terminologia arquivística, conceitos básicos* (2005), é algo que

Decorre do facto de os arquivos reflectirem, enquanto produto natural da actividade de uma administração – no seu todo ou em cada uma das suas unidades, bem como nas relações entre elas – a vontade e o funcionamento dessa administração. Fundamenta os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original. (Portugal, 2005, p. 5)

Pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), o termo organicidade aparece como «Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora» (p. 127). Este foco no termo organicidade envolve uma perspectiva muito maior do que se imagina, pois é através disso que temos a contextualização dos documentos e a promoção da garantia da sua autenticidade, uma vez que permite que os arquivos sejam muito mais do que “um amontoamento” de documentos isolados. Pelo contrário, é importante manter uma relação orgânica entre os documentos e as funções/atividades institucionais, pessoais ou históricas que os produziram, preservando o seu contexto original e o sentido desses documentos, uma vez que pela NP4041 (2005) se procura o respeito pela proveniência e o «Respeito pela ordem original». Para além disso, temos de não só entender o conteúdo dos documentos, mas também o porquê e o como de terem sido criados.

Voltando ao conceito de «arquivo», é importante explorar as várias definições em torno desse termo tão abrangente. Pelo mesmo dicionário, arquivo apresenta quatro definições:

1. «Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte»;

2. «Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos»;
3. «Instalações onde funcionam arquivos»;
4. «Móvel destinado à guarda de documentos». (p. 27)

No *Dicionário Arquivístico/Gestão de informação* (2021), da Secretaria-Geral da Economia Portuguesa, e no *Glossário de Termos Arquivísticos* (2018), são apresentadas três definições para arquivo. A primeira que segue o conceito de Ivone Alves *et al.* no *Dicionário de Terminologia Arquivística* de 1993, e outras duas que dizem respeito a «Instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo» (2018, p. 1), ou seja, limita-se ao espaço físico, ao local onde se encontra a documentação. E a terceira definição centra-se na ideia de um «Depósito. Arquivo central que reúne a documentação produzida pelos diversos serviços de uma administração. Também designado por Arquivo Geral.» (2021, p. 2) que fornece novamente uma ideia de apenas ser um local com representação física.

O *Glossário Técnico* do Instituto Superior Técnico, do Núcleo de Arquivos (2024), acrescenta à definição de Ivone Alves *et al.* (1993) o seguinte: «É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo». Outro termo importante que vamos encontrar ao longo da organização arquivística é o termo da proveniência, que será explorado mais à frente. Para Terry Cook (1998), um arquivo pode ser descrito como «evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, por conseguinte, oficial, seja individual, e, portanto, pessoal» (p. 31), em que o autor finaliza referindo que o seu objetivo principal é para serem colocados à disposição com fins de investigação através do seu depósito físico, ou seja, o seu acesso é para ser livre.

Abrindo um pouco mais os nossos horizontes em relação ao termo arquivo, vejamos noutros dicionários internacionais. *A Glossary of Archival and Records Terminology* (2005, p. 30), de Pearce-Moses, apresenta algumas noções de arquivo:

1. Materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their affairs and preserved because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the functions and responsibilities of their creator, especially those materials maintained using the principles of provenance, original order, and collective control; permanent records.
2. The division within an organization responsible for maintaining the organization's records of enduring value.

3. An organization that collects the records of individuals, families, or other organizations; a collecting archives.
4. The professional discipline of administering such collections and organizations.
5. The building (or portion thereof) housing archival collections.
6. A published collection of scholarly papers, especially as a periodical.

Através destas definições fornecidas por Pearce-Moses, conseguimos perceber que o conceito de arquivo vai além das coleções de documentos que estão armazenados em locais físicos. É algo que tem várias aceções que se complementam. O facto de ser um lugar físico é algo que está presente em todas, ou quase todas, as definições fornecidas por autores e dicionários. É uma estrutura, um lugar, um espaço que armazena os documentos com o objetivo de proteção, de manter a integridade dos documentos, porque são envolvidos recursos que garantem o cuidado dos mesmos. Neste caso, Margareth da Silva (2015, p. 19) menciona que «nos dias de hoje o arquivo começa a ser visto como lugar que preserva e dá acesso, como parte constitutiva do regime democrático e como elemento ativo na vida dos cidadãos», porém a mesma continua por referir que «o estudo sobre a definição de arquivo no Direito Romano (...) mostrou que arquivo é o lugar de conservação, mas que teve variações ao longo do tempo, e não se restringe obrigatoriamente ao modelo de arquivos centralizados» (p. 21). Este é um facto importante, porque mantém a informação preservada a longo prazo, em termos ideais. Como já foi referido, a organização é importante para conservar os documentos, e a manutenção da sua organicidade é condição para que a informação fique acessível. Para Silva (2015, p. 22), o lugar serve para se ter um «vínculo arquivístico entre os documentos, isto é, assegurar a sua preservação em um conjunto, e garantir a sua segurança, de modo que possam ser acessados e utilizados como documentos autênticos, seja para fins de prova ou de informação».

Para Laura Millar (2017) «Two centuries ago, the majority of archival materials were two-dimensional, manually created items such as papyrus scrolls, parchment codices, bound ledgers, or black and white photographs» (p. 3). Contudo, atualmente, com a evolução da tecnologia, a autora continua a refletir que os arquivos podem incluir «e-mail messages, relational databases, YouTube videos and interactive Web pages». Ou seja, temos uma transformação do papel para o digital, mesmo que a maioria dos arquivos se encontrem condicionados em caixas arquivadoras, ou seja em suporte papel, começamos

a ter outra perceção de guardar informações sobre algo ou alguém, de forma digital. Com isto, podemos referir-nos ao governo, a cantores, compositores, artistas no geral que decidem partilhar de forma digital e aberta os seus documentos ao mundo. Este mundo digital contribui para que as informações dos arquivos pessoais sejam disseminadas. Como as pessoas estão mais expostas a este mundo digital, o conceito de arquivo pode tornar-se ambíguo. Segundo a mesma autora, «in order for something to be preserved for its archival value, then, it must be tangible, whether physical or electronic, visual, aural or written» (p. 5). Continua por referir que «archives must exist in some concrete form outside our own minds (...) further, archives are something other than mere information: archives serve as a form of proof» (p. 5).

Millar (2017, p. 9) defende que os documentos que estão presentes nos arquivos derivam do seu valor como provas de uma combinação de três fatores, que são: o conteúdo, o contexto e a estrutura: «content is the text, images, sounds or other information that make up the substance of a piece of evidence. Content is the ‘what’ in the documentary equation» (p. 12). A estrutura «relates to the physical and intellectual characteristics that define how a piece of evidence was created and maintained. Structure provides the ‘how’ of a document» (p. 12). Por último, o contexto

is the functional, organizational and personal circumstances surrounding the creation of the documentary evidence. If content is the ‘what’ and structure the ‘how’, context is everything else: the ‘who’, ‘where’, ‘when’ and possibly even ‘why’. Context identifies who created the information, how that information was used and stored and perhaps even why the information existed in the first place. (pp. 12-13)

No *Glosario Inter pares de Preservación Digital* (p. 5), de 2012, elaborado pela International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems do México, são fornecidos dois conceitos de arquivo.

1. [de “archive”] (institución) instancia responsable de la preservación y distribución de documentos de archivo seleccionados para su preservación permanente.
2. (lugar) Un sitio específico donde se encuentran los documentos de archivo seleccionados para preservación permanente.

As definições fornecidas por este glossário apresentam noções que se complementam entre si, pois vemos o arquivo como uma instituição, ou seja, a entidade responsável pela preservação dos documentos a longo prazo, mas não deixa de ser um local físico destinado

a esse fim, sendo os documentos mantidos num ambiente onde a própria infraestrutura, segurança e a sua preservação são essenciais para manter a sua integridade.

Para termos uma noção sobre as definições de «arquivo», precisamos de explorar diferentes dicionários e glossários arquivísticos. Mesmo que os conceitos sejam parecidos ou com algumas diferenças, todos remetem à mesma ideia do que é um arquivo, como local físico e o que define a função de um arquivo, ou seja, a gestão documental/da informação a longo prazo, que nos leva à preservação de uma memória coletiva ou singular, pública ou privada. Assim, resumindo, para Margareth da Silva existe a ideia de que o arquivo está associado a um lugar, de armazém, de espaço que guardam documentos, de valor permanente ou temporário (2015, p. 36).

Outro aspeto importante é a organização dos arquivos. Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 119), um arquivo que se encontra organizado tem várias vantagens, sendo elas: «o aumento da eliminação dos documentos na fonte e a diminuição do volume documental total», «a aceleração e a sistematização da organização dos documentos», «o aumento da proteção da informação», pois fica em segurança se estiver arrumado, «a aceleração da pesquisa de informação», uma vez que fica fácil de se encontrar um arquivo bem organizado, «a tomada de decisão esclarecida graças à informação pertinente», entre outros aspetos. Porém, a ausência de organização e normas pode constituir problemas como: «a má utilização do espaço e do equipamento», «a duplicação indevida dos sistemas de classificação», «o crescimento do pessoal, entregue a si próprio», «a existência de condições de trabalho menos interessantes», e, o mais importante, «a perda parcial ou total da informação necessária a uma tomada de decisão esclarecida, provocando conseqüentemente um aumento da incerteza», o que leva a perda de dinheiro, tempo e energia.

Bellotto (2002, p. 5) teoriza três aceções do termo arquivo:

1. «O arquivo, isto é, os conjuntos documentais produzidos/recebidos/acumulados pelas entidades públicas ou privadas no exercício de suas funções, conjuntos de documentos sobre os quais a arquivística vai aplicar sua teoria, metodologia e praxis para chegar a seus objetivos» (p. 5).
2. «O documento em si mesmo, enquanto indivíduo, ainda que isso possa parecer paradoxal, porque a arquivística trabalha, sobretudo, com conjuntos orgânicos de documentos. A verdade é que, sem que se conheçam, em sua natureza e elementos, os

integrantes dos conjuntos, isto é, os documentos-indivíduos, não se poderá compreender a totalidade.» (p. 5)

3. «O arquivo como entidade. A arquivística tem também como objeto a instituição, metodologias próprias e pontuais para a administração dos seus recursos humanos financeiros, materiais e documentais» (pp. 5-6).

No próximo subcapítulo abordaremos o conceito de «arquivo pessoal».

1.1.2 Conceito de Arquivo Pessoal

Neste subcapítulo, discutimos o conceito de arquivo pessoal e, conseqüentemente, as suas características, a sua importância e os tipos de documentos que podem ser encontrados neste tipo de arquivos.

Para o *Multilingual Archival Terminology* (2015), citado pelo Arquivo Nacional - *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005), um arquivo pessoal é definido apenas como um «arquivo de pessoa física», onde se destaca o facto de o termo de arquivo pessoal se referir apenas a uma pessoa física. Porém, Zélia Pereira (2018) defende que a definição proposta “circunscreve o pessoal em função da existência corporizada do indivíduo, num sentido correlativo a uma entidade biológica” (p. 40). No *Glossary of Archival and Records terminology* (2024), da Society of American Archivists (SAA), o termo «personal archive» surge como «a set of documents in any format that provides evidence of an individual’s activities». Neste sentido, podemos utilizar o seu equivalente, também em língua inglesa, que corresponde a *personal papers*, para procurar outra definição.

Desta forma, no documento de Carlos Guardado da Silva (2020), o termo *personal papers* é utilizado para descrever o «contexto dos arquivos pessoais e de família» (p. 94). Como o autor indica, *personal papers* «é um termo igualmente redutor, uma vez que designa arquivos exclusivamente em papel, ainda que maioritariamente assim seja, bem como parece referir-se a ‘documentos avulsos’» neste caso, parece existir uma «total ausência de contexto» (p. 94). Numa perspectiva mais internacional, como nos Estados Unidos da América e Canadá, utiliza-se o termo *collection* que quer dizer tanto coleção como arquivo, nomeadamente arquivos pessoais.

Sendo assim, para Pearce-Moses (2005), *personal papers* diz respeito a «documents created, acquired, or received by an individual in the course of his or her affairs and

preserved in their original order (if such order exists)» (p. 292), reforçando a ideia de que a expressão arquivo pessoal corresponde a uma pessoa física e que essa pessoa física é o produtor e o responsável pela criação de documentos ao longo da sua vida, compondo assim um arquivo pessoal.

Para o Legal Information Institute, dos Estados Unidos da América (referência USC, 44 USC 2201 - *Definitions*) *personal records*, dentro do contexto dos arquivos pessoais, diz respeito aos documentos «materials or any reasonably segregable portion thereof, of a purely private or nonpublic character which do not relate to or have an effect upon the carrying out of the constitutional, statutory, or other official or ceremonial duties of the President.», que podem ser constituídos por:

- A. «diaries, journals, or other personal notes serving as the functional equivalent of a diary or journal which are not prepared or utilized for, or circulated or communicated in the course of, transacting Government business;»
- B. «materials relating to private political associations, and having no relation to or direct effect upon the carrying out of constitutional, statutory, or other official or ceremonial duties of the President;»
- C. «materials relating exclusively to the President's own election to the office of the Presidency; and materials directly relating to the election of a particular individual or individuals to Federal, State, or local office, which have no relation to or direct effect upon the carrying out of constitutional, statutory, or other official or ceremonial duties of the President.»

Uns dos principais documentos que podemos encontrar dentro dos arquivos pessoais são os diários, que representam um campo mais íntimo da vida da pessoa. Muitos optam por escrever em diários os seus afazeres, poemas ou notas informativas. Outros documentos relevantes são recortes de jornais, que nos mostram a situação cultural de uma certa época, as realidades sociais que marcaram uma geração e, possivelmente, o seu produtor. Muitos produtores dos arquivos, como os que podem ser observados no Arquivo Histórico, tinham relações diretas com a política e com alguns políticos da sua altura, em que muitas vezes se identifica correspondência trocada, desde cartas mais formais até a postais informais. Existe uma relação entre os produtor de arquivo e a política, pois muitas vezes foi o que deu origem a certos arquivos pessoais ali conservados. Mesmo quando

estas definições seguem a natureza política das funções, existe uma dimensão pessoal, pois respondem a informação diretamente ligada ao seu produtor.

Wiley, em 1954, no seu artigo sobre *Historians and the National Register* indica que «History deals in large measure with human beings, and I know of no better way of understanding people of past times than through the study of their personal papers and the personal papers of their intimate associates» (p. 326), tendo acrescentado, «and even now published correspondence and diaries usually represent a considerable degree of selection» (p. 326). Esta reflexão de Wiley é bastante importante, pois coloca a história no centro sobre o estudo dos arquivos pessoais das pessoas e na compreensão através dos seus documentos pessoais e daqueles com quem mantinham relações. Vemos o arquivo pessoal como uma construção histórica, pois ao vermos a correspondência, os diários e outros documentos, temos acesso à dimensão privada e pessoal sobre o passado de um indivíduo, que atuou em determinado(s) contexto(s). Mesmo com alguma seleção prévia de documentos e, muitas vezes, tendo só acesso a parte da documentação, o objetivo que persiste é o seu acesso através do público para tentar compreender as memórias do passado. Mesmo tendo passado várias décadas desde o artigo de Wiley, as suas ideias continuam a ser relevantes e atuais, pois valorizam as experiências pessoais individuais para compreender os fenómenos históricos coletivos de uma época. Tudo isto graças à preservação e ao estudo dos documentos, mas também às emoções e perceções que essa documentação transmite.

Daniels (1984) descreve arquivo pessoal como «a natural accumulation of documents created or accumulated by an individual or family belonging to him or her and subject to his or her disposition. Also referred to as manuscripts». Um aspeto curioso desta definição é o facto de os arquivos pessoais poderem ser referidos como manuscritos. Ora, um manuscrito é um «texto escrito à mão. Termo que, utilizado genericamente, engloba textos datilografados e digitados.» (*Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, 2005, p. 113). Para Pearce-Moses (2005) um manuscrito é «A handwritten document», «An unpublished document» ou até mesmo «An author's draft of a book, article, or other work submitted for publication.» (p. 240). No *Dictionary of Archival Terminology*, elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos, manuscrito diz respeito a «Un documento escrito a mano o a máquina. Un documento mecanografiado con mayor precisión se denomina transcripción»; pode ser, ainda, algo que tenha «valor o relevancia histórica o

literaria. (...), a las colecciones artificiales de documentos adquiridos de diversas fuentes, (...) y a los documentos individuales adquiridos por un archivo debido a su importancia.».

Os arquivos pessoais contêm ou podem conter manuscritos produzidos pelo seu autor, o que acontece na grande maioria dos casos, porém não nos podemos referir aos arquivos pessoais como manuscritos em si, pois isso seria limitar a visão do que seria um acervo pessoal, fazendo depender os documentos de arquivo da forma como foram criados.

Para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV, 2024), um arquivo pessoal é composto por diversos tipos de documentos:

São cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes e recibos, entre tantos outros registros. Essa acumulação resulta da seleção do que deve ser guardado ao longo do tempo. Muitas vezes, principalmente no caso de arquivos privados de pessoas públicas, essa seleção pode ser feita também por auxiliares, familiares e amigos.

Aqui podemos considerar que os arquivos pessoais são influenciados pela subjetividade do próprio indivíduo que os acumula, ou seja, este tipo de arquivos surgem das escolhas de uma pessoa sobre o que guardar e o que se deve descartar, sendo deste modo um reflexo direto daquilo que são as memórias de um indivíduo, o que leva a crer que este tipo de arquivos explora uma ideia de autoexpressão, pois mostram e revelam os eventos que foram vividos por uma pessoa, como também as emoções e os valores relacionados com esses acontecimentos. Para além disso, não se pode esquecer do facto de terceiros, como familiares e amigos, poderem intervir de alguma forma na organização destes arquivos, o que pode colocar (e muitas vezes coloca) em questão a ordem original da informação presente nos arquivos pessoais, uma vez que tal dado pode ter sido “manipulado” ou construído por outras pessoas, isto quando o espólio já não se encontra na posse do seu autor, procurando construir uma imagem do seu produtor.

Dentro deste contexto da manipulação ou da organização do arquivo, podemos abordar o conceito de «proveniência». Heredia Herrera (2003) explicita que «El principio aludido se destaca como un principio natural, nunca artificial, y general que afecta a la generalidad de los documentos de archivo constituidos en fondos» (p. 3). Por seu turno, Hensen (1993) refere-se a este princípio como «the significance of archival materials is heavily dependent on the context of their creation, and that the arrangement and description of

these materials should be directly related to their original purpose and function» (p. 67).

Duranti (1998) defende que, quando este princípio é aplicado:

leads us to evaluate records on the basis of the importance of the creator's mandate and functions, and fosters the use of a hierarchical method, a "top-down" approach, which has proved to be unsatisfactory because it excludes the "powerless transactions," which might throw light on the broader social context, from the permanent record of society. (p. 177)

A proveniência é um conceito valorizado dentro da arquivística técnica, porque tem como objetivo preservar o contexto em que os documentos foram criados, em que se procura garantir a sua integridade e autenticidade. Durante aponta que este princípio pode, muitas vezes, limitar a visão global das situações sociais, porque tende-se a privilegiar os documentos que foram produzidos por entidades ou pessoas com grande influência. Heredia Herrera, por sua vez, defende que é algo natural, que faz parte do arquivo e que deve ser respeitado em qualquer espólio, porque a defesa da sua forma original e não modificada, ou seja, dos documentos, assegura o contexto em que os mesmos foram produzidos.

Gilliland-Swetland (2000) assegura que o princípio da proveniência tem «two components: records of the same provenance should not be mixed with those of a different provenance» e «the archivist should maintain the original order in which the records were created and kept» (p. 12). A separação da documentação deve refletir as atividades e a história dos seus produtores, ou seja, misturar documentos de diferentes origens acaba por gerar confusão sobre o contexto de criação e dificulta a compreensão dos mesmos. O objetivo é respeitar a proveniência e a ordem original, tal como feita pelo seu criador, que muitas vezes se perde devido a diversos fatores ou negligências. Existe uma lógica por detrás deste conceito, prioridades e rotinas dos produtores que produziram os documentos ao longo da sua vida, e alterar uma ordem compromete a integridade desse arquivo, pois os documentos relacionam-se entre si, e com as atividades, desempenho de cargos ou exercício de funções e atividades que lhes deram origem. A isto, Luciana Durante (1997) chamou de vínculo arquivístico, e André Pacheco e Carlos Guardado da Silva de vínculo informacional. Fonseca (2023, p. 117) indica, ainda, que «o primeiro vetor, quem produziu o documento, é fundamental para se estabelecer sua proveniência», pois isso quer dizer que «o momento de criação estabelece o marco temporal em que isso se deu e é fundamental na recuperação do contexto».

Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998), no seu livro *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*, destacam, também, dois graus do Princípio da Proveniência. O primeiro princípio «leva-nos a considerar o fundo de arquivo como uma entidade distinta» (p. 83), ou seja, é aplicado quando se agrupam todos os documentos que foram criados por qualquer indivíduo durante as suas atividades. Já o segundo princípio «exige que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem que ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão» (p. 83).

A composição de um arquivo pessoal pode ser utilizada para aprendizagem histórica: «These personal documents abound in human interest, and the historian who uses them learns to share the experiences of his subject (Wiley, 1954, p. 327). Zachert (1969) reflete que «when the historian approaches the task of reconstructing history, of interpreting it for scholar, student or layman, and of synthesizing it into the general cultural history, then the historian needs the records created by the people who made the History» (p. 337). Tendo em conta o contributo dos arquivos pessoais para o conhecimento das memórias coletivas e da história coletiva, a autora nota uma anomalia. Para si, um arquivo pessoal são documentos que transmitem emoções para justificar ações pessoais e reavivar uma memória individual, de modo privado (p. 337). A solução que Martha Zachert encontra é denominar este tipo de arquivos como «person-to-person records» onde nestes se encontram «letters, diaries, daybooks, journals, autobiographies, sometimes memoranda, will sor interviews», com o objetivo de criá-los para outra pessoa com quem o produtor estabelece uma relação íntima ou criá-los para o seu benefício e uso. Todavia, cada indivíduo existe e é em contexto, como defendera Ortega y Gasset.

Através da definição de Camargo (2009, p. 28), que no seu artigo indica que o mais correto seria utilizar o termo «arquivo de pessoas» do que propriamente «arquivos pessoais», a mesma se refere aos documentos sobre as pessoas que estão nos arquivos institucionais e no sentido em que os documentos são acumulados por indivíduos. Esta visão da autora parece trazer uma visão mais objetiva da ideia do que é «pessoal», ou seja, que é algo mais virado para a acumulação de documentos por indivíduos, porém os arquivos pessoais, a meu ver não podem ser resumidos apenas a uma coleção de documentos que foram acumulados por alguém ao longo da sua vida.

Neste caso da definição de Camargo, implica mais do que uma acumulação de documentos. Aqui podemos referir as experiências e as escolhas feitas por uma pessoa

que existiu/existe que passou por vivências, e utilizar o termo «arquivo de pessoas» retira a tal dimensão humana do que um arquivo pessoal realmente representa, pois existe uma relação íntima entre os documentos e o seu criador que se escolheu preservar de alguma forma e é isso que torna um arquivo pessoal tão rico e valioso porque prolonga e mantém a identidade do indivíduo viva.

Adiantando e explorando outras definições de arquivos pessoais, para Lúcia Maria Oliveira (2013), os arquivos pessoais «representam um conjunto relevante de registros que constituem parte da memória coletiva», mais acrescenta que «o valor primário do documento está condicionado à razão da elaboração do mesmo à sua função, considerando-se exclusivamente a perspectiva e os interesses do produtor do arquivo» (p. 1).

Por um lado, sustenta-se o contributo dos arquivos pessoais para a *inventio* da memória coletiva, uma vez que os documentos pessoais ajudam a criar a narrativa histórica da vida de um indivíduo. Quando se trata de uma figura pública, por exemplo, podemos ver o impacto direto que existe na compreensão dessa narrativa de vida que ele teve. Contudo, se o valor dos documentos está conectado com a razão pela qual foram elaborados pela perspectiva do seu produtor, até que ponto conseguimos ter uma representação justa da memória coletiva do produtor? Aqui reforça-se a questão da subjetividade que, novamente, torna os arquivos pessoais eventualmente mais complexos, mas ricos. Os documentos são gerados de acordo com quem os produziu, mas aquilo que é preservado ou descartado vai depender de outro tipo de critérios, o que pode resultar em ausências e releituras dos factos históricos. Berg (2017) acrescenta, ainda, que «os arquivos pessoais são criados e compostos tanto por registros burocráticos, quanto emotivos» (p. 12).

Este tipo de arquivos já existe há séculos e, segundo Gomes (2009),

Até muito recentemente, internacionalmente, só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, mesmo estando presente em instituições arquivísticas, a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou, em melhor hipótese, era entendida como um arquivo menor, digamos, de segunda classe, ante o que seria um “verdadeiro” arquivo. (p. 22)

A autora mostra uma mudança na forma de como os arquivos pessoais eram tratados em instituições arquivísticas públicas. Durante anos, o conceito de arquivo foi associado a

documentos de natureza pública como a autora refere, sendo o arquivo produzido por organizações ou instituições oficiais. A outra distinção feita que pode ser encontrada é a entre os arquivos públicos e os arquivos pessoais, porque até recentemente permanece a ideia de que a memória institucional era mais importante do que a memória individual da pessoa. Para constituir esta memória, estes arquivos são compostos, segundo Pollard (2001), por «letters, memoirs and reminiscences, diaries, scrapbooks and photograph albums, professional papers, genealogical information, speeches and lectures, labeled photographs and labeled films, video and audio tapes» (p. 136), mostrando como os arquivos pessoais são ricos e complexos, pois não preservam apenas a memória de um indivíduo, mas registam as experiências da trajetória daquela pessoa exposta no arquivo. Estes arquivos mostram a grande amplitude da vida humana de um indivíduo, presentes nas interações, como nos trabalhos da sua vida, importantes para não só a memória individual, mas também para a memória coletiva, uma vez que nos arquivos de família estes tipos de documentos também fazem parte. Com a evolução do tempo, não temos os registos apenas em cartas ou diários, mas também vídeos e áudios, que mostram a forma como estes arquivos são preservados devido à diversidade de documentos e suportes.

A questão da relevância destes arquivos tem vindo a crescer, e para Hobbs (2001, p. 127):

There is an intimacy in the personal archive not present in the collective, corporate, formalized record-keeping system. These intimate elements are reflected not only in the content and organization of personal records, but come into play in the archivist's direct interaction with the creator/donor during appraisal, acquisition, and subsequent management of personal archives.

Temos aqui uma dimensão da intimidade que está presente nos arquivos pessoais, da forma como eles se distinguem de outros tipos de arquivos, uma vez que há uma ligação direta entre quem criou o arquivo e o próprio 'arquivista', onde pelo meio do processo da preservação existe a interação pessoal e histórica na gestão do arquivo, sendo o arquivo um reflexo do íntimo de uma vida pessoal. O que Hobbs indica é que o trabalho do arquivista ao cuidar dos arquivos pessoais vai mais para além de algo técnico, existe por de trás uma dimensão humana, que muitas vezes não é explorada.

Para Carlos Guardado da Silva (2020), um arquivo pessoal é «a informação produzida, acumulada e gerida por um indivíduo, ao longo da sua vida, no decurso das suas funções e papéis sociais» (p. 94). Mantém-se aqui a ideia de continuidade de eventos, que foram resultado de uma acumulação progressiva de documentos, ressaltando, novamente, a sua complexidade sobre a vida de uma pessoa, desde o seu papel social até às decisões

tomadas. Como Guardado da Silva menciona, a gestão dos documentos por parte do indivíduo é um aspeto que distingue os arquivos pessoais de outros tipos de arquivos, uma vez que o seu criador – do arquivo pessoal – é, simultaneamente, o seu organizador, pois é ele que escolhe o que quer preservar e descartar. Ainda assim, os arquivos pessoais são «cada vez mais fundamentais para a investigação da emergente história do quotidiano, o que se relaciona com o olhar evolutivo que tem repensado a investigação histórica, com o reposicionamento do indivíduo e do seu papel no cenário social» (Oliveira, 2023, p. 20), quer isto dizer que, ao longo dos últimos anos, tem tido uma mudança considerável para a história de pessoas comuns, e isso é algo que está ligado a uma evolução da história, pois tem vindo a valorizar as funções das pessoas, no seu sentido social e nas suas experiências. São fontes ricas para se compreender as histórias do quotidiano, através de registos mais íntimos e pessoais como os diários e as fotografias, que até há pouco tempo se mantinham ocultos.

Bellotto (1998) ainda indica que, «com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos académicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa» (p. 202), tem vindo a existir um grande aumento de trabalhos académicos e universitários sobre o tema. A mesma autora continua por referir que «estão demonstradas a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares». Com isto, é importante ressaltar o facto de os arquivos pessoais, para além de serem relevantes para a investigação académica, também servirem de inspiração para a criação cultural, especialmente a criação de literatura em torno do espólio de um arquivo, rever as ideias e apropriá-las ao nosso tempo, ou seja, fazer uma comparação entre a altura em que o produtor compôs o seu espólio e a atualidade. Esta ideia mantém-nos numa continuação temporal, que nos ajuda a explorar e a perceber as mudanças culturais.

Oliveira (2009, p. 19) afirma, na sua tese de doutoramento, que «é inegável o fascínio que os arquivos pessoais, enquanto fontes de pesquisa, exercem sobre o cientista social, dentre eles, o historiador», corroborando a reflexão de Bellotto (1998). Da mesma forma, Oliveira (p. 20) indica que

com isso, (...) entramos simultaneamente no campo da Arquivologia e da História. No campo da Arquivologia, ao vermos aqueles documentos como constituintes dos processos de vida de seus moradores e, no campo da História, ao percebermos as possibilidades de escrita do passado.

Estamos perante dois ramos académicos que estão interligados entre si. É no arquivo que se constrói a história, e a história é feita por pessoas, identidades, que no seu tempo específico tiveram uma importância tremenda. Através dos seus arquivos, conseguimos ver as memórias do passado e estudá-las de outra perspectiva. Krtalić *et al.* (2022, p. 149) concordam que «People of cultural significance sometimes keep extensive personal collections that attest to their life's work and their influence on society and even capture the social and political milieu of their time». Deste modo, vemos como a história está interligada aos arquivos pessoais. E a sua preservação continuará a ser importante, pois «value that such collections can have for individuals, their families, and society more broadly» (p. 150). Esta ideia ajuda-nos a entender o conceito de memória associado a este tipo de arquivos, como aos arquivos de família: «Properly managing and preserving personal/family collections is essential for preserving family histories and also helps to preserve the culture and memory of our society at large» (Niu, 2021, p. 220). Fonseca (2024, p. 19) aponta que «um arquivo, por definição moderna, corresponde à expectativa de garantir veracidade, notória comprovação, congrega demandas da relação entre Estado e cidadão, cidadão e cidadão».

O papel do arquivista é algo importante e fundamental para manter os arquivos pessoais, ou qualquer arquivo, organizados e acessíveis a quem os queira investigar. Fonseca (2023, p. 114) refere que «o arquivista tem a obrigação ética de preservar tais arquivos e promover seu acesso e uso, seja para a efetivação dos direitos pertinentes, para prova de seu desrespeito ou para a educação da sociedade como um todo. O autor continua por declarar que é função dos arquivistas «identificar quais são os documentos e arquivos mais relevantes para preservação e uso por conterem informações fundamentais para a defesa desses direitos, para se fazer justiça e para educar a sociedade de forma que não mais ocorra sua violação». A tarefa de saber distinguir os documentos que são úteis exige que o arquivista tenha em atenção certos fatores. Sabemos que um certo documento está ligado a um contexto específico que serve para explicar questões sociais, históricas ou jurídicas, e o seu valor tendo em conta o futuro. Porém, existe a possibilidade de existir uma desorganização com a preservação de todo o tipo de documentos, o que poderá dificultar o acesso a informações mais importantes e relevantes sobre algum espólio. Guelfi Campos (2013, p. 151) defende que

A garantia do acesso (...) dependerá, contudo, da qualidade que se imprima ao tratamento documental (da identificação do órgão produtor e de suas funções,

passando pela avaliação, até a descrição dos documentos) e da formulação e implementação de políticas específicas, voltadas para a difusão de seus acervos.

Dada a importância ao contexto dos documentos, o autor ainda acrescenta que «por trás, invisível aos olhos dos usuários, faz-se necessário o esforço dos arquivistas para contextualizar adequadamente os documentos em relação à sua origem, garantindo que o vínculo [arquivístico ou informacional] entre os itens de um mesmo fundo seja (re)estabelecido». O arquivista possui o papel de um organizador, que avalia as informações (arquivísticas) que tem à sua frente, dando um suporte para a instituição em que trabalha, em termos de pensamento arquivístico na memória organizacional e memória contextual.

Alves (2017, p. 49) considera que «muitos dos titulares dos arquivos pessoais foram homens públicos, ou melhor, que desempenharam atividades públicas e, por isso, são encontrados juntos dos seus documentos pessoais documentos oficiais ou que registram suas ações públicas». Embora os arquivos pessoais englobem tanto homens, como mulheres, é importante ressaltar que a maioria dos arquivos que se observou no AH da Biblioteca da FLUL foram maioritariamente de homens, o que nos leva a um questionamento maior: sabemos que de modo histórico, o poder e a representatividade pertenciam aos homens, uma vez que as mulheres eram frequentemente excluídas das atividades públicas até ao século XX. Portanto, como os homens ocupavam cargos políticos, económicos, culturais e educacionais, numa sociedade patriarcal, é natural que haja mais registos dos mesmos. Com a passagem do tempo, é normal que os arquivos pessoais de mulheres fossem ganhando destaque, também vítimas das consequências dos movimentos sociais e culturais feministas, que visa(va)m a valorização das Mulheres. Sendo assim, é claro que, apesar de não terem tido o mesmo tratamento que os arquivos pessoais masculinos, encontrando-se as mulheres também sub-representadas nos arquivos, o arquivos pessoais femininos contêm informações igualmente valiosas que contribuem para a história de uma época, podendo oferecer-lhe um novo olhar.

No próximo subcapítulo, abordamos o conceito de arquivo de família e a sua importância.

1.1.3 Conceito de Arquivo de Família

No *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1993), temos a definição correspondente a espólio (p. 44) «Conjunto de documentos de diversa natureza (de arquivo, bibliográficos, museológicos, papéis pessoais) que pertenceram a uma pessoa singular ou coletiva.»

Arquivo de família diz respeito ao arquivo «de uma ou mais famílias aparentadas e/ou dos seus membros relativo a assuntos privados e públicos, e à administração de bens». Para Zélia Pereira (2018, p. 38), a definição feita para arquivo de família pode, eventualmente, relacionar-se com os seus membros, referindo-se a um ou mais indivíduos como produtores de um arquivo. Dentro da definição de arquivo de família, apresentada pelo dicionário SAA, em inglês, *family papers* diz respeito a «records created or collected by a group of individuals closely related by ancestry and relating to their personal and private affairs». As definições apresentadas, tanto por Zélia Pereira, como pelo dicionário da Society of American Archivists (SAA), mostram que há uma relação entre os documentos e os membros de uma família, em que muitas vezes é difícil dividir o conceito de arquivo de família por ser multifacetado. Ao contrário dos arquivos pessoais, que se focam mais na acumulação documental de uma pessoa, os arquivos de família são o resultado da interação de sujeitos ao longo do tempo, onde de novo, entra a questão da memória coletiva e também a questão da acumulação.

No artigo «Arquivo, cidade e família: O Arquivo de família como patrimônio documental do município de Niterói-RJ», Cláudia Cristina Dias, Ana Célia Rodrigues e Carlos Guardado da Silva (2023), o conceito de arquivo de família surge ainda, no Brasil, como algo «em construção» (p. 3), ao contrário do conceito de arquivo pessoal. No caso de Portugal, um arquivo de família está «originalmente associado a propriedade familiar da terra - o morgadio», no sentido de patrimônio físico. Um arquivo de família, tal como um arquivo pessoal, é constituído igualmente pelo mesmo tipo de documentação: «documentos, entre cartas, fotografias, objetos, certidões, medalhas, e outros registros produzidos no espaço doméstico, alguns também no âmbito da vida pública, constituindo, no seu conjunto» (p. 3). Na mesma medida, estes arquivos são «pertencentes e elaborados ao longo de uma ou mais gerações de um mesmo núcleo familiar.» (p. 4). Mariano Veliz (2020) justifica parte da documentação dos arquivos de família estarem presentes, uma vez que

en este sentido, las fotografías y las películas familiares constituyen dispositivos de memoria. Se trata de instrumentos utilizados por la familia para recordar el pasado o para seleccionar y construir un pasado que será, a partir de allí, el que se elija recordar. (p. 7)

Baumann (2011, p. 27) define arquivo de família como «de interesse acumulativo de diferentes indivíduos, com expectativas e histórias de vidas particulares, sua unificação é vinculada pelos aspectos hereditários, laços afetivos e de propriedade», algo que resulta da evolução do processo familiar ao longo das várias gerações. E a vertente da história encontra-se novamente ligada aos arquivos de família, uma vez que «a história reflete sua limitação temporal pelo olhar de quem viveu» (p. 28). Algo importante a salientar, tal como nos arquivos pessoais, ou arquivos na sua organização geral, consiste no princípio da proveniência, pois como Baumann indica «sendo estes o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade - repartição, órgão público, pessoa, família, empresa» (p. 32).

Ducrot (1997, p. 156) questiona se

no caso de arquivos de pessoas de uma mesma família - por exemplo, os filhos, o pai, seus antepassados, e também a mãe e seus ascendentes -, formam tais arquivos um fundo único (concepção maximalista), ou os arquivos de cada indivíduo constituem um fundo distinto (concepção minimalista)?

Ao citar Duchein (1993, p. 23), Ducrot continua que

adaptando aos arquivos pessoais os critérios definidos por M. Duchein para os organismos em seu estudo sobre "Le respect des fonds en archivistique", teremos que um fundo é um conjunto que se basta a si mesmo, cuja unidade não pode ser quebrada e que, para que uma entidade seja considerada como produtora de um fundo, é necessário e suficiente que possua «uma existência jurídica e um nível de competência próprios».

Percebemos que existe o princípio do respeito pelos fundos, estabelecidos entre os arquivos, onde os mesmos devem ser preservados e organizados conforme a entidade produtora. Se fosse numa visão minimalista, tal como questionado, cada indivíduo dentro da família seria um produtor autónomo dos seus documentos, pois se são registos e documentos pessoais, os mesmos poderiam constituir um arquivo pessoal. Já numa concepção maximalista, existem arquivos pessoais com documentação da família que poderiam ser organizados num único fundo constituindo um fundo de família. Os mesmos representam a memória coletiva da entidade destacada, no caso família, e especialmente quando há uma interligação entre os documentos, que se torna muito mais fácil de se organizar. Mesmo cada indivíduo ser considerado autónomo, a sua individualidade mantém-se num arquivo de família, mesmo que a sua forma de os organizar possa variar conforme o arquivista e as regras utilizadas.

Para Pearce-Moses, no seu glossário (2005), a definição de *family papers* aparece como «records created or collected by a group of individuals who are closely related by ancestry and relating to their personal and private affairs» (p. 161). O mesmo autor também indica que «family papers, especially those created before the mid-20th century, often contain considerable content relating to the business affairs of family members, although the records are not generally characterized as business records», em que é possível ligar os arquivos de família a uma esfera mais pessoal e íntima, sobre cada membro da família e a inter-relação entre cada um.

Peixoto (1991, p. 33) levanta um problema dentro do universo dos arquivos de família: «os arquivos de família encontram-se numa situação de urgente intervenção seja para reconhecimento dos fundos existentes, seja em ordem à organização, descrição e preservação das espécies documentais». Mesmo sendo uma afirmação de 1991, podemos considerar isto um problema atual? Na mesma página, o autor indicava que em Portugal existia uma falta de instrumentos de trabalho que se focassem nas áreas da organização e descrição dos fundos dos arquivos de família. O respeito pelos fundos indica que os arquivos devem ser organizados e preservados de acordo com a sua entidade produtora, pois assim mantêm a autenticidade e integridade dos documentos que os compõem. Além disso, muitas vezes, os arquivos de família podem ser subvalorizados, mesmo fazendo parte da esfera que arquivo privado, a distinção de arquivo de família levanta algumas dúvidas, o que pode acabar por comprometer a memória histórica da família. Os documentos, ao necessitarem de (re)organização ou encontrarem-se sem descrição, fazem com que a utilidade desse arquivo seja limitada, privando quem queira estudar ou ter acesso a esse arquivo. Estas fragilidades ainda se podem reconhecer hoje-em-dia, ainda que de outros modos e não tão acentuadamente como em 1991. Mas, mesmo assim, é importante manter as medidas para não se perder um arquivo e a história de uma família.

Pedro Abreu Peixoto (1991, p. 35) declara que o «arquivo de família deve ser encarado antes de mais como um espelho da função dessa família e dos seus elementos quanto à sua intervenção na sociedade». O que, mais uma vez, implica o seu acesso ao público para se perceber qual foi o papel dos produtores daquela família, as suas contribuições, ambições, sentimentos, a história por de trás de certos documentos, e que estes refletem, permitindo construí-la. A sua não acessibilidade levaria a uma destruição do seu objetivo primordial que é o de tornar-se acessível a potenciais utilizadores para divulgar e preservar a memória ou a história de uma Família de um tempo e espaços.

Armando Malheiro da Silva (1992, p. 272) indica que há vários tipos de famílias, tanto socioeconómicas, como culturais. O mesmo autor distingue que «uma coisa é analisar o fundo arquivístico de uma família da nobreza portuguesa titulada e outra é fazer incidir a análise sobre um fundo de uma família da nobreza não titulada de província. Para o autor, as diferenças centram-se nos documentos que estão presentes no arquivo, ou seja, na burguesia comercial os documentos centram-se mais no fator pessoal em vez do «espírito corporativo», o que na nobreza titulada, ou não titulada, isso já difere. Em relação ao espaço-tempo, na Península Ibérica, até ao século XIX, predominava o interesse material e espiritual do membro mais velho da família. Depois, Silva (1992) fala de uma caracterização rigorosa da família e do seu fundo, avaliando a relação com outros fundos, que se encontram incorporados no fundo principal. Neste passo, recolhem-se os aspetos gerais e os mais pormenorizados, em que se apreendem os dados sobre o seu conteúdo para ser possível construir uma lógica em torno da história familiar. Por último, para organizar e manter a sua forma original de organização, pois, na perspetiva de Malheiro da Silva, que então buscava a sua influência em Lodolini, «a verdadeira organização é a original», ou seja, a ordem natural dos documentos.

Peixoto (1995, pp. 42-44) indica que existe a necessidade de considerar três planos distintos para os arquivos de família: o plano afetivo, o plano patrimonial e o plano informativo. O plano afetivo relaciona-se com a ligação emocional que une os indivíduos ao conjunto documental, no qual Peixoto considera ser o primeiro a considerar para avaliar um arquivo de família. Esta abordagem, apesar de apresentar grande dificuldade, só resulta se for feita com rigor, e deve avaliar-se se «o arquivo pertence à família do proprietário», «se a custódia do arquivo equivale ou não a uma partilha de poder sobre o mesmo», «se existe uma consciência do real valor documental e patrimonial do arquivo», «se o proprietário mantém o arquivo por mera curiosidade ou por consciência de herança» e «se o interesse pelo arquivo é de mero colecionismo». Apesar de poderem existir várias hipóteses, é importante perceber que a ligação afetiva será maior num arquivo que pertença à família dos seus proprietários atuais do que com quem não tem relação de parentesco com os indivíduos do espólio de família. A hipótese de continuar o arquivo de família acontece por meio da descendência e por meio da manutenção do arquivo, de modo que as próximas gerações que vierem continuem na posse do património documental de família.

O plano patrimonial (pp. 44-50) «ultrapassa em muito o mero valor económico». Tudo isto tem que ver com a sobrevalorização dos documentos, que poderão ter algum valor, caso venham a ser vendidos separadamente, mas isso implicaria que se separassem do seu arquivo familiar. Peixoto relata que não dá para dar um valor específico patrimonial a um arquivo de família, mas não se pode deixar de o fazer para o conjunto todos dos documentos que compõem este arquivo, que vão permanecer com um valor real. Esse valor só pode ser estipulado através de um profissional ou de um arquivista, em que tem de ter a consideração sobre a quantidade de documentos, da diversidade de documentos, da sua idade, dos destinatários, da conservação e do seu estado, da tipologia e da sua organização. «Quanto maior for a qualidade, extensão e diversidade destes itens, maior valor terá o arquivo de família» (p. 46), obviamente, dentro dos valores praticados de mercado.

Por último (pp. 46-49), o plano informativo é considerado o mais caro para um arquivista, pois «é a reunião dos três planos que deve dar a verdadeira dimensão do valor de um arquivo de família» (p. 46). Para Peixoto, tem de se considerar duas realidades diferentes, o valor de gestão corrente e o valor secundário. O valor de gestão corrente relaciona-se com um processo de constituição de um arquivo de família. O arquivo de família não é «formado por documentos que se guardam por valor sentimental ou porque se quer constituir um arquivo» (p. 47), é uma necessidade de gestão de negócios da família e dos seus componentes, pois muitas vezes encontramos nos arquivos de família documentos de carácter patrimonial. O autor também indica que o arquivo de família vai dar «lugar a vários arquivos pessoais [artificiais], e não já a um conjunto documental que tem um carácter generalizante a toda a família» (p. 48), uma das razões de serem considerados arquivos fechados, fora da vida atual. No valor secundário, existe a «complementaridade com os documentos dos arquivos públicos», onde entra o nível informativo e o nível da integridade física dos documentos, onde são produzidos num espaço confidencial (p. 49).

No livro *Olhares Cruzados entre Arquivistas e historiadores* (2004), no capítulo IV intitulado «Arquivos de personalidades políticas», mais concretamente no subcapítulo «Arquivos de personalidades políticas no IAN/TT», Lucília Runa relata que

Após o desaparecimento do produtor, pertence à respectiva família, que dele deve dispor, e que lhe reconhece um duplo valor: afectivo e venal. O valor histórico que lhe é reconhecido implica ser considerado património arquivístico nacional, mas não

deixa por isso ser de pertença de particulares, situação que pode criar conflitos de interesse que é importante gerir e resolver a contento das partes. (p. 147)

Na mesma página, a mesma autora aponta que é importante o arquivista preservar a integridade dos fundos, assim como prevenir que a partilha dos herdeiros não crie fragmentos no arquivo, e que dessa forma o torne inacessível ou fragmentado. Seria, de facto, importante garantir o contacto entre os detentores dos arquivos, para se ter acesso à documentação sempre que possível.

Mendes (2016, p. 14) relata que «ultimamente, a Arquivística alia-se mais uma vez à História para nos trazer estudos de famílias e seus respetivos arquivos, o que nos permite conhecer vidas passadas, papéis sociais de outras épocas, transferências de património, etc.». Pinheiro (2018, p. 127) corrobora o mesmo argumento garantindo que «a História, enquanto disciplina, deveria estabilizar a memória, mas é também mutável. A memória individual é servida por outros materiais e locais da memória, entre os quais o álbum de família». Novamente, estamos perante uma compreensão mais ampla do passado, tanto em dimensão individual, como coletiva. Apesar de serem arquivos privados, são arquivos que revelam detalhes sobre as formas de vida comum, os papéis sociais, o património e relações culturais. Deste modo, as histórias privadas ligam-se com o público. Pinheiro (2018, p. 128) ainda clarifica que, «se a história precisa dos arquivos, a fotografia está condenada a produzi-los e poderá estar nos arquivos privados e familiares, assim como nos arquivos públicos ou oficiais.».

As fotografias, dentro de qualquer tipo de arquivos, correspondem aos documentos mais interessantes e, talvez, nos tragam uma grande retrospectiva. Anna Mariz, Armando Malheiro da Silva e Rosa Cordeiro (2020, p. 12) indicam que, ainda que não exista «consenso na literatura sobre as diretrizes a serem aplicadas na organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais e familiares, e muitos arquivos recolhidos aguardam tratamento técnico que os torne possíveis de pesquisar e acessíveis». Isto acontece uma vez que muitas fotografias que constituem um arquivo pessoal ou familiar não se encontram identificadas, nem com nome, nem com datas de produção, o que dificulta o trabalho do arquivista ao trabalhar este tipo de arquivos. Como Rousseau e Couture (1998, p. 232) indicam no seu livro sobre *Os fundamentos da disciplina arquivística*:

O conhecimento dos principais processos fotográficos e da sua evolução ao longo dos anos é elemento bastante importante, não só para determinar os melhores

métodos de conservação próprios dos diferentes tipos de fotografias, mas também para os reconhecer, avaliar e selecionar.

E para os autores, o documento fotografia é dos mais utilizados nos arquivos, mas mesmo assim merecem passar por uma avaliação e uma seleção, como todos os outros documentos.

1.2 Instrumentos de Acesso à Informação

Neste subcapítulo, dá-se início ao estudo sobre os Instrumentos de Acesso à Informação. Ao longo deste capítulo, são discutidos os principais instrumentos utilizados, assim como o seu conceito. Durante muito tempo, os arquivistas têm tido um papel importante na organização dos documentos nos arquivos. Com as ferramentas próprias e até procedimentos rigorosos, ajudam a que as informações que se encontram nesses arquivos sejam preservadas e facilmente acedidas pelo público.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 137), os Instrumentos de Acesso à Informação «fundamentais que são confeccionados pelo arquivista constituem a ponta de lança da arquivística», uma vez que permitem a comunicação da organização em relação aos utilizadores. Para Heredia Herrera (1989), «la descripción documental comprende no sólo el análisis de los documentos: de sus tipos, tanto diplomáticos como jurídicos, de su contenido, del lugar y fecha de su redacción y de sus caracteres internos y externos, sino también los datos para su localización» (p. 215). Continua por referir que «la descripción, en definitiva, es el medio utilizado por el archivero para obtener la información contenida en los documentos y ofrecerla a los interesados en ella» (p. 216). Para a mesma autora, este tipo de descrição tem que ser exata em relação aos documentos que se está a tratar, suficiente em relação ao arquivo e oportuna, uma vez que o objetivo é «dar información a los demás y facilitar el control del archivero» (p. 216).

No *Glossário de Termos Arquivísticos* (2018, p. 6), faz-se uma citação da *NP4041* (2005), que indica que um instrumento de descrição documental é um «Documento [...] elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou colecções factícias. Os principais instrumentos de descrição são: roteiros, guias, inventários, catálogos, registos e índices». E no *Dicionário arquivístico/Gestão da Informação* (2021, p. 8), um IDD é um:

Instrumento que descreve as unidades arquivísticas tendo em vista o seu controlo e/ou acessibilidade. São instrumentos de descrição os registos, as guias de remessa, as relações de eliminação, e diversos outros documentos como, os guias, os roteiros, os inventários, os catálogos, as listas ou os índices.

«Neste caso em concreto, os instrumentos foram produzidos pela entidade detentora ou o serviço com as funções de arquivo, seja arquivo, biblioteca ou museu» (Sandra Patrício, 2022, p. 7). Pearce-Moses (2005, p. 196), através do termo equivalente de IDD em inglês que é *finding aid*, designa que é «a tool that facilitates discovery of information within a collection of records» e «a description of records that gives the repository physical and intellectual control over the materials and that assists users to gain access to and understand the materials», onde novamente estão inseridos guias, inventários, catálogos, registos, entre outros documentos. Pearce-Moses indica ainda que «finding aid is a single document that places the materials in context by consolidating information about the collection, such as acquisition and processing; provenance, including administrative history or biographical note».

Em 1990, Miller (pp. 86-87) escreveu que «in finding and preparing the information for various finding aids, archivists use both historical research skills and methods drawn from information science». O mesmo autor continuou:

Historical skills will be used in researching histories and biographies, and in identifying major activities, functions, events, participants, and processes. Even in the age of automation, archivists should be able to organize and write a narrative description of the content and context of records.

Como podemos perceber, a história mantém-se interligada novamente com os arquivos e até os próprios instrumentos de descrição, uma vez que é utilizada para escrever as narrativas e o contexto dos documentos.

O *International Council on Archives*, (1999) refere que *finding aid* é «the descriptive tool, published or unpublished, manual or electronic, produced by a creator, records centre, archives, or manuscript repository to establish physical control and/or intellectual control over records/archives». Os *finding aids* podem incluir «local, regional, or national descriptive data bases; guides, inventories; registers; location registers; catalogs; special lists; indexes; calendars; and, for electronic records, software documentation».

Já a ISAD(G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (1999, p. 14) regista que um IDD é um «termo genérico que se aplica a qualquer instrumento de descrição ou de referência, elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vista

ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo». Para o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DBTA) (2005, p. 108), o termo IDD não aparece como instrumento de descrição, mas aparece como instrumento de pesquisa, por influência inglesa ou francesa, que pela definição corresponde ao mesmo que um IDD, ou seja, «meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes». Os IDD englobam também os catálogos, guias, índices, inventários, listagens descritivas dos acervos, repertórios e as tabelas de equivalência.

Segundo Bellotto (2006, p. 180), «os instrumentos de pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes num arquivo permanente». Carpes (2013, p. 60) relata que «Bellotto (2006) relembra a afirmação de Schellenberg de que os instrumentos de pesquisa não conseguem veicular todo o conhecimento da mente do arquivista, não tendo como objetivo dispensar a ajuda destes profissionais, mas sim servem como instrumentos auxiliares», de modo que possam ajudar o investigador ou o indivíduo que procura os documentos necessários.

Carlos Guardado da Silva no seu artigo (2021, p. 3) vai mais longe e relaciona os IDD como instrumentos de mediação que são:

os meios disponibilizados de comunicação de informação, intermediários entre o utilizador e o Arquivo, que permitem [a título de exemplo] a apropriação das fontes manuscritas medievais ali acumuladas e preservadas, a partir das quais é possível aceder a uma memória da cidade medieval, assim como à identidade de determinados grupos.

O autor e, também professor, indica que a forma de mediação «está presente precisamente nos instrumentos de acesso à informação – nos guias, nos inventários, nos catálogos, nas bases de dados em linha, entre outros, em que, progressivamente, cada utilizador pode(rá) criar o seu próprio instrumento de acesso à informação» de acordo com as suas necessidades (pp. 3-4). E Sá (2011, p. 27) refere que «são vários os objectivos preconizados pela construção de um IDD, além de se constituir como uma via de acessibilidade aos documentos, serve também para o seu controlo, e ainda, ajuda a minorar o seu grau de manuseamento». Para Hamill (2021, p. 25), um IDD é uma ferramenta que «provides information about collection's content and may include contextual information about the collection», acrescentando que «finding aids have a

variety of formats, each with its own name, depending on the information each includes and how it is organized».

Para a Direção-Geral de Arquivos (DGA) (2007, p. 107), o objetivo dos IDD é «identificar os instrumentos de descrição relativos à unidade de descrição». Para tal, a DGA define um IDD como «o termo genérico que se aplica a qualquer ferramenta que descreve e/ou referencia os documentos de arquivo, quantifica as respectivas unidades de instalação, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo», em que o mesmo pode ser elaborado por produtor(es) da sua documentação ou por uma entidade detentora. Pené (2020, p. 153) refere que «Con la intención de dar a conocer a los usuarios el contenido de los fondos personales disponibles, las bibliotecas han elaborado diversos instrumentos de descripción», aqui esta afirmação, apesar de se referir a fundos pessoais, o que engloba os fundos de família, foi feita também para os arquivos, para além das bibliotecas.

O *International Council on Archives* (ICA), no seu relatório sobre *As Orientações para a preparação e apresentação de Instrumentos de Descrição* (2001), refere-se a várias tipos de classes de instrumentos de descrição de acordo com os níveis de descrição que são feitos. Sendo assim, enumerando-as: a Classe A os que «incluem descrições apenas ao nível do fundo e/ou sub-fundo» (p. 4). Aqui o relatório refere que «o objectivo do guia consiste em facultar uma visão geral dos fundos e/ou colecções» e as suas características incidem sobre «descrever apenas os níveis superiores (fundo, subfundo)» e «fornecer informação sumária sobre os produtores e sobre a documentação de arquivo». Na Classe B, «Instrumentos de descrição que incluem descrições de documentação de arquivo a todos os níveis, incluindo o do processo» em que «a unidade de descrição de base nestes instrumentos de descrição são as séries», podendo aqui incluir listas, caixas, entre outros IDD, que podem fornecer os elementos precisos para a recuperação da informação. À Classe C pertencem os «Instrumentos de descrição que incluem descrições de documentos», e aqui pode-se subdividir esta classe. «A primeira categoria consiste na descrição de documentos tratados como o último nível de um instrumento de descrição para um fundo». Já a segunda categoria «consiste na descrição de documentos tratados enquanto entidades singulares, sem que seja fornecido o contexto hierárquico dos documentos incluídos no instrumento de descrição» (p. 4).

Miller (1990, p. 88) especifica que «some tools, such as inventories and series descriptions, describe specific sets of records in depth, while others, like guides, provide capsule summaries of whole collections and record groups». Em termos de outras ferramentas, «like repository indexes and catalogs, cut across provenance to bring together records sharing a common theme». Ou seja, estamos perante uma diversidade de IAI com as suas funções específicas na organização e no acesso à informação nos arquivos. Enquanto alguns IAI são utilizados para darem informações mais detalhadas sobre a documentação, outros têm um propósito mais extenso e vasto, onde não existe tanto detalhe, como os guias.

Maher (1992) indica que «the most important descriptive tool will be a catalog arranged by provenance and containing a summary description of each record series and manuscript collection held by the repository» (p. 101). O mesmo autor continua, referindo que «these descriptions are the primary finding aids because they represent a uniform level of description for all archival holdings regardless of the size and complexity of each series or collection».

Sobre o termo Instrumentos de Acesso à Informação, proposto por Fernanda Ribeiro (2014), a autora refere que «ao longo do tempo, a produção de instrumentos de controlo, acesso e recuperação de informação constituiu sempre a expressão de uma necessidade» (p. 2), e continua mencionando que «informação produz-se no decurso da acção do Homem em sociedade, regista-se num suporte material externo ao seu produtor para mais facilmente poder ser usada (...) e conserva-se em condições adequadas ao seu uso recorrente.» (p. 2). Mas o seu objetivo mais importante é o facto de serem elos entre os produtores e os utilizadores que queiram consultar algum espólio e os seus respetivos IAI.

A Society of American Archivists (2019, p. 58) demonstra que os Instrumentos de Descrição Documental são:

a broad term that covers any type of description or means of reference made or received by an archival repository in the course of establishing administrative or intellectual control over archival materials. The term "finding aid" can include a variety of descriptive tools prepared by an archives (e.g., guides, calendars, inventories, box lists, indexes, etc.) or prepared by the creator of the records (e.g., registers, indexes, transfer lists, classification schemes, etc.). Such tools provide a representation of, or a means of access to, the materials being described that enables users to identify material relating to the subject of their inquiries. An archival repository's descriptive system will likely consist of various types of finding aids, each serving a particular purpose.

Por seu lado, Coup (2021) indica que «finding aids have long been an essential part of archivists' work. To create a finding aid is to create a surrogate of an archival collection», acrescentando que existem «multiple levels of description [that] are used to distill information about the unique groupings and parts of a collection and to place its contents into context» (p. 1).

Para King (2024, p. 510), um IDD é «a document, or set of documents, that describes a collection of archival materials and explains how they are arranged. Finding aids can take many forms - from relatively unstructured prose, to a set of data elements». Para Coup (2021), os IDD são uma parte fundamental do trabalho diário dos arquivistas, pois facilita o acesso e o uso aos fundos, de modo a evitar que os utilizadores ou investigadores lidem com a desorganização dos documentos diretamente. Já King (2024) indica que os IDD podem ter vários formatos, desde texto até aos dados digitais, o que permite que exista uma flexibilidade, que se adapta às necessidades dos repositórios e dos vários públicos com interesse.

Recuando no tempo, em 1976, Gracy II informou que os «finding aids take many forms» (p. 1) – refletindo-se na ideia de King em 2024. Gracy II continua:

One, a published guide of vignettes describing hundreds of collections, promotes access to the holdings in aggregate of an archives. Another, a card catalog of data assembled at the end of the processing cycle explicitly to illuminate research potential reveals similar items of information scattered through several collections. A third form, a basic control document, like a preliminary inventory, focuses on a single body of material, emphasizing arrangement and organization.

Para este autor, um Instrumento de Acesso à Informação é «any descriptive media, card or document, published or unpublished, that establishes physical, administrative and/or intellectual control over material» (p. 1). Para o mesmo, os IDD podem ser divididos em três categorias, ou seja, «those created for internal control of collections», depois «those produced for in-house reference service», e, por último, «those published for out-of-house consumption» (p. 2), tendo cada um tem o seu próprio dever e propósito. Para o autor, a primeira categoria diz respeito a todos os documentos que foram produzidos, para promover o seu acesso. «Thus the control document highlights data on the types of records included -correspondence, legal papers, minutes, photographs and so forth - and illuminates in depth the arrangement and bulk of the collection» (p. 2). Por último, indica que «an effective, simple finding aid that can begin to adapt a collection of control documents to a true centralized system is the annotated list» (p. 5). Para além de serem

obrigatórios nos arquivos, é importante que os IAI sejam simples e que atendam às necessidades de todos, de forma fácil e rápida.

Light e Hyry (2002, p. 217) colocam em causa um aspeto importante: «we generally omit extremely important contextual information: the impact of the processor's work». Com isto, os autores refletem que, quando se vê um fundo e a sua descrição, pensa-se que a sua descrição é clara e que nos remete para toda a informação que está disponível, mas muitas vezes o seu contexto não é descrito, muito menos a ordem dos documentos mantida, o que para Light e Hyry constitui um problema de impacto nas coleções, e nisto pode resultar que «leaving researchers to assume falsely that we have no transformative impact or to guess about the nature of the work we have done». Os autores continuam por referir que «finding aids present but one viewpoint on a collection. Different individuals make different decisions about what to retain and discard, how to preserve, restore, or create order, and what to highlight in descriptive systems», ou seja, apenas com um ponto de vista, é difícil perceber o que deve ser restaurado ou descartado, o que pode resultar em erros futuros.

Para Stazić (2016, p. 12), «finding aids result from arrangement and description of archival material and they allow its use. Depending on the depth or granularity of the descriptions (the number of hierarchical levels used in the description)». Se formos pelo fundo, demonstra que é «an overview of archival fonds and collections which contains general information on all archival fonds and collections»; se nos referirmos em termos de guias, a autora retrata como «a description of all the fonds and collections of one archive. In the introductory section it contains the history of the archive, data on the use of materials and a bibliography» e que pode incluir «a list of archive units of material significant for a specific topic, an area or time period». Em relação aos inventários, que é «the description of the archival units of one fond or collection, which supports searching, finding and understanding of the content and context of archival units within the fond and finding related technical units. It can be summary or analytical».

Se formos mais atrás na história sobre os Instrumentos de Descrição Documental, Gregory Wiedeman (2019, p. 383) assinala que, «from the beginning, archivists used finding aids to combine multiple functions within a single tool. Archivists created description, managed it, and presented it to users, all by using finding aids» e mesmo, vendo numa perspetiva atual, «finding aids continue to marginalize the delivery of

content, hindering archivists from leveraging the potential of aggregate description to transcend the barriers of the Reading room» (p. 383). Sendo assim, o autor alemão observa os IAI como algo «hazardous framework for archivists to understand or to describe how they provide access to archival materials».

Concluindo a ideia inicial sobre os Instrumentos de Acesso à Informação, Bogan (2024, p. 30) revela que «finding aids act as information gateways, enabling users to gauge a collection's relevance to their research before delving into individual items within a collection», podendo-se conotá-los como “instrumentos” importantes tanto para a descrição arquivística, mas também para outros ramos, como a biblioteconomia e a museologia.

No próximo capítulo, inicia-se o estudo sobre três tipos de Instrumentos de Acesso à Informação. Estes três IAI escolhidos são considerados, por norma, os mais utilizados, e talvez, conhecidos por parte da comunidade arquivística e pelos investigadores. Portanto, o objetivo agora é conhecer melhor o que são, pela ordem do geral para o particular: os guias, os catálogos e os inventários.

1.2.1 Guias

Iniciando agora a nossa investigação sobre os guias, ou seja, um dos principais Instrumentos de Acesso à Informação, procuramos o seu significado também em glossários e em dicionários portugueses e estrangeiros.

Segundo *As Orientações para a preparação e apresentação de instrumentos de descrição*» (ICA, 2001, p. 4), os guias são elaborados com o objetivo de descrever os documentos que estão num arquivo de uma ou várias entidades detentoras. Continuam por referir que, «para além da descrição dos documentos de arquivo, os guias podem também incluir informação geral sobre serviços de arquivo que os detêm e os serviços que prestam». Para a DGA, um guia é algo que descreve «um ou mais acervos documentais, ao nível do fundo (...) ou da colecção, fornecendo ainda informação de carácter geral e sumário sobre as respectivas entidades detentoras» (p. 107).

De acordo com o *Dicionário Arquivístico/Gestão Documental* (2021, p. 8), um guia é um «instrumento de descrição documental que descreve um ou mais acervos documentais, ao nível do(s) fundo(s) ou núcleo(s) (...) fornecendo ainda a informação de carácter geral e sumário sobre as respetivas entidades detentoras». Para o *Dicionário*

brasileiro de terminologia arquivística (2005, p. 102), o guia é «instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos»

Em 1974, Prado (p. 41) definiu um guia como:

cartões resistentes, do tamanho das pastas ou das fichas; as guias são usadas para auxiliar o arquivamento vertical e o encontro rápido dos documentos pois separam as várias seções nas gavetas dos arquivos. Servem também para proteger as pastas, para manter a arrumação vertical em ordem e para evitar enganos no arquivamento. Essas guias são chamadas, também, divisões ou índices.

Através do uso dos guias, conseguimos separar várias seções dentro dos arquivos, sistematizando os documentos e os registros. Fornecem proteção às pastas e unidades de arrumação, para que o risco de erros no ato de arquivar seja reduzido, ou nulo.

Pearce-Moses (2005, p. 187) define, no seu glossário, o guia como «a broad description of the holdings at one or more archives, typically at the collection level».

Segundo Heredia Herrera (1989), o guía, «de una manera general señala las características, establece relaciones, aporta bibliografía, puntualiza la historia de los organismos productores, y sus fondos, señala la génesis documental y las interrelaciones entre las secciones y entre las series». Os guias têm vários objetivos, ou seja, «proporcionar información generale sobre un archivo identificado con uno o varios fondos», «proporcionar información generale sobre un conjunto de archivos unidos por un lazo común que puede ser el marco geográfico (...) o las características similares de la documentación» e «proporcionar información específica sobre un fondo o una sección de un archivo». (pp. 237-238)

Podemos considerar dois tipos de guias: guias gerais e guias especiais. Como Heredia Herrera (1989, p. 242) relata, os guias gerais dizem respeito a «centrar la información sobre el archivo en cuestión: creación, vicisitudes, edificio, dependencias, personal servicios que presta; sobre la historia de la institución o instituciones cuyos fondos se albergan en esos archivos». Continua por referir que a segunda modalidade deste tipo de guias segue «las líneas establecidas en las ya descritas, pero suprimiendo, por ejemplo, la descripción de cada uno de los fondos o secciones y la bibliografía». Por sua vez, os guias especiais dizem respeito aos dados que se reduzem nos arquivos, pois «presta más atención a la historia de la institución productora de los documentos integrantes de un

fundo o una sección y de sus series, insistiendo en las funciones y actividades de aquéllas que van a dar origen a dichas series».

Cruz Mundet (2006, p. 211) indica que o guia «proporciona sobre todos o parte de los fondos de uno o más archivos, describe globalmente las grandes agrupaciones documentales, esboza la historia de los organismos productores y facilita información auxiliar acerca del archivo o archivos y los servicios disponibles». O mesmo autor continua a sua reflexão, referindo que «se trata de una herramienta genérica y aproximativa que, desde el punto de vista que nos interesa, carece de valor, salvo para ofrecer al exterior una imagen panorámica de los fondos del Sistema». Millar (2017, p. 298) indica que os guias são «a type of finding aid that describes some or all of the holdings of one or more archival repositories». Com isto, os guias podem descrever «entire holdings of an archival institution, or they may focus on particular subjects, times or places». Já os repositórios de guias, a mesma autora define-os como «created to provide a brief description of a large group of holdings, such as all the archives within an institution or all the acquisitions received in the last number of years» e, quanto aos guias temáticos, que estes «provide a brief description of holdings within one institution or across many institutions related to a particular subject, time, place or event».

Ora, um fundo é precisamente «o conjunto das peças, independentemente da sua natureza, que qualquer corpo administrativo, pessoa física ou moral, reuniu orgânica e automaticamente, em virtude das sua funções ou actividades» (Association des Archivistes Français, 1970, pp. 22-23). Se analisarmos mais concretamente a frase em si, considera-se todo o tipo de documentos, seja qual for a sua idade, suporte, dimensão, modo de produção ou conteúdo para constituir um fundo. É reunido de forma orgânica onde decorrem as atividades da pessoa ou família e do seu contexto. Para Rousseau e Couture (1998, p. 92), o fundo de arquivo «tem a sua origem no princípio da proveniência é uma pedra de toque na prática arquivística. Representa, em última análise, a unidade fundamental na qual se vão fixar as unidades de trabalho».

Para Alves (2017, p. 53), o fundo é formado por «documentos gerados e/ou recebidos pela entidade (...) necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência, sua própria razão de ser». A autora acrescenta que, «por isso, os documentos que compõem o mesmo fundo nunca devem ser separados». Alves enumera que «os documentos constituintes do fundo já não são mais de valor primário (...), são preservados em razão do seu valor secundário», tornando-se

um arquivo permanente. Depois, explica que «o fator norteador da constituição do fundo é o princípio de proveniência: a origem do documento em determinada entidade produtora e o que ele representa no momento de sua criação» e complementa que «os documentos pertencentes a um mesmo fundo guardam relações orgânicas entre si e constituem uma unidade lógica, estruturada, distinta e indivisível», ou seja, para que seja possível a um potencial utilizador ter acesso ao mesmo no futuro.

Na norma ISAD(G) (1999, p. 13), um fundo é «conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções» enquanto para o DBTA (2005, p. 97), um fundo é simplesmente um «conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo».

Uma das orientações fornecidas pela DGA é a seguinte: «este elemento de descrição reporta-se, fundamentalmente, aos níveis superiores de descrição, e em especial ao fundo. De uma maneira geral os demais níveis herdam a informação dos níveis superiores, a menos que exista para eles informação específica» (2007, p. 109). Ainda, segundo a Norma Portuguesa 4041 (2005), um guia de fundos é um «Instrumento de descrição arquivística que descreve um ou mais acervos documentais ao nível mais abrangente, isto é, do fundo» o mesmo pode ainda incluir «informação geral, normalmente sumária, sobre a(s) entidade(s) de custódia e menção de outras fontes de informação sobre os conjuntos documentais a que se refere». Portanto, um guia de fundos, especialmente o que foi elaborado por nós, vai ser um descrição generalizada dos Arquivos Pessoais e de Família existentes no AHFLUL.

1.2.2 Inventários

Em segundo lugar, temos o inventário, que para a DGA é um IAI «que descreve um fundo até ao nível da série, referindo e enumerando as respectivas unidades de instalação, apresentando o quadro de classificação que presidiu à sua organização» (p. 107). Também para o Arquivo Nacional (2005, p. 109), um inventário é um «Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não

a disposição física dos documentos», que só pode ser elaborado após a classificação das séries de um dado fundo ou uma coleção.

Para Lois Hamill (2021, p. 25), o inventário é «the most common type of finding aid» uma vez que «not only does it describe the information content for a collection, but it also includes information about its creator and other aspects in order to better understand or interpret the records in the collection». Para tal, «the goal of a well-written inventory is to assist a researcher by narrowing his search and saving him time in identifying the most pertinent records for his research». Sendo assim, Hamill menciona que

The inventory is not meant to be a book describing the entire collection in great depth. The writing should be succinct. Just as the narrative should be the point, the visual presentation of the information should be an efficient use of headings, spaces, and font types and sizes so that a researcher can quickly “grasp the essence of the collection at a glance”. (p. 216)

Segundo Espigares e Palma (1991, p. 102), os inventários têm um objetivo importante de controlar internamente a documentação que está a ser conservada, porque existem outros instrumentos que podem cumprir funções duplas. Todavia, é dito pelos mesmos autores que «es claro que los registros pueden considerarse instrumentos típicos de control interno, pero ello no excluye su eventual valor informativo sobre el contenido de la documentación». Como os registos são mencionados, isto indica que pode ser um instrumento de controlo, como serve para fornecer a informação sobre o conteúdo dos documentos, ou seja, existe uma flexibilidade nos instrumentos de descrição documental, em que, por exemplo, os inventários facilitam ao acesso à documentação e à compreensão do conteúdo do arquivo.

De acordo com André Ancona Lopez (2002, pp. 29-30):

Os inventários são, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia. Eles buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística. A descrição das séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo. Uma boa descrição de cada fundo arquivístico permite que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse. O acesso a um documento individual e específico ocorrerá mediante o conhecimento dos critérios de classificação e de ordenação interna das séries.

Quando se realiza um inventário, as normas devem ser as mesmas que foram adotadas nos instrumentos de pesquisa, porém não é obrigação do arquivista formular apenas um único IAI, ou usar na totalidade os campos de descrição.

Gracy II (1974, p. 3), por sua vez, indica que «preliminary inventories have followed many styles, being by design descriptions of tentative situations». Hackbart-Dean e Slomba (2012, p. 34) refletem que «you can create an inventory as a collection is received or review existing box and folder labels to make certain information is accurate and the condition is acceptable». Estas são posições complementares, até porque os inventários podem ser criados logo quando uma coleção é recebida, com base na organização prévia, para assegurar que as informações estejam corretas e as condições sejam adequadas.

Segundo LeFevre (2010, pp. 36-37), «the inventory is the basic tool of records management. It provides the information that unions need to make decisions about the disposition, retention, or destruction of records». Feeney (1999, p. 208) manifesta a importância dos inventários através da sua introdução:

a history or biography of the collection's originating agency or individuals; a scope note detailing the size, contents, media, and arrangement of the collection; descriptions of the series subdivisions within the collection; container-level (box or folder) listings of the materials in each series; and an index or list of subject headings used to describe the collection.

Em 1984, Berner e Haller defenderam que os inventários teriam princípios a seguir para serem construídos. O primeiro deles, «the inventory, is to be the information source for index or catalog entries»; de seguida, «the inventory is to register the level of control that has been achieved in the arrangement process»; e por último, «there are to be proportionately more index/catalog terms as each successive level of control is achieved» (p. 139). Reforça-se, deste modo o estatuto de intermediário/mediação entre o espólio e quem o for consultar, portanto, existindo uma organização lógica por detrás, que garante que os dados registados possam ser reutilizados em outros Instrumentos de Acesso à Informação. Referimo-nos aqui a 1984, cerca de quatro décadas atrás, em que estas práticas arquivísticas encontravam-se numa transição para o digital, mesmo que ainda no início. Os autores continuam a defender que os inventários:

should appear familiar; it is a container list. It is deliberately structured, however, to reflect the record level at which control is established; and the file unit descriptions carry indexable terms that may be either the original terms or adjusted ones devised by the archives staff. (p. 140)

Espigares e Palma (1991, p. 104) refletem que fazer um inventário é descrever um conjunto de documentos, em que se respeita a sua integridade e a ordem da documentação, ou seja, existe o princípio do respeito pela proveniência. E, assim, para os mesmos autores, os inventários devem deixar claro o vínculo entre o arquivo e a instituição, quando e se possível. É um instrumento de difusão, pois «descubre al investigador las dimensiones reales de la plasmación documental de la historia del ente de que se trate» (p. 105).

Neste artigo escrito em 1991, Espigares e Palma citam Matilla Tascón, que estabelece três grupos de inventários. Sendo assim, temos os inventários de receção, que são formados pelo livro de registos de inventários, o inventário geral e o inventário por dependência. Depois, temos o grupo de inventários de classificação, que estabelece os tipos de inventário esquemático, o inventário de registo, o inventário sumário e o inventário analítico, que é quando «se llega a una individualización precisa de cada documento, e inventario somero o sumario, cuando no se descende a la última unidade documental» (p. 106). Por último, os inventários podem ser cronológicos, geográficos ou topográficos.

Já sobre os inventários, Cruz Mundet (2006, pp. 211-212) «describe las unidades archivísticas (...) que componen las series documentales, dispuestas según el orden que tienen en el cuadro de clasificación y reproduciendo su estructura» em que oferecem a oportunidade de descrever a um nível mais profundo «para garantizar un cantidad de información satisfactoria para los usuarios y, al mismo tiempo, con la sumariedad necesaria como para permitir la descripción uniforme de todos los documentos de una organización».

Sendo assim, o inventário é importante porque organiza e descreve os documentos de modo sistemático, em que a recuperação da informação é facilitada. Para além disso, serve como base para os índices e para os catálogos.

1.2.3 Catálogos

Por último, dentro da lista indicada de IAI, temos o catálogo «que descreve, até ao nível do documento, a totalidade ou parte de um fundo ou de uma colecção (DGA, 2007, p. 107).

Hensen, assim como a SAA (1989, p. 3-4), informam que «an archival catalog may be only one part of a more complex institutional descriptive system, which may include several other types of finding aids (e.g., registers, inventories, calendars, indexes, and shelf and container lists)». Os catálogos fazem parte de um sistema mais descritivo, que integram outros tipos de instrumentos de pesquisa/descrição. Cada componente do sistema descritivo tem uma função específica, que contribui para o objetivo final, que é o acesso ao arquivo.

Espigares e Palma (1991, p. 103) refletem diferenças entre os inventários e os catálogos, ou seja, «el inventario respeta la estructura orgánica y/o funcional del organismo productor de la documentación; el catálogo altera por diversos motivos, esa estructura originaria». Para os autores, catalogar e catálogos significam alterar a ordem orgânica-funcional dos fundos, com um objetivo final. Tirar esse vínculo que liga os documentos uns aos outros e coloca-se em ordem cronológica, temática, entre outros. De acordo com Espigares e Palma (1991, p. 107) o catálogo «es un instrumento, fundamentalmente, de difusión y dirigido especialmente a los investigadores, pues lo común es que se elaboren sobre documentación histórica».

Como referido anteriormente, catalogar significa romper a ordem natural dos documentos, em que estabelece um objetivos prévios, baseados numa afinidade te tema, ou de cronologia, ou institucional, entre outros.

No *Dicionário Arquivístico/Gestão da Informação* (2021, p. 3), um catálogo apresenta duas definições: a primeira diz respeito a um «Instrumento de descrição arquivística que identifica e referencia até níveis inferiores ao da série e respetivas subdivisões (inclusivamente o do documento simples), unidades arquivísticas, provenientes de um ou mais arquivos, ou coleções factícias», e a segunda «corresponde a uma listagem dos serviços disponibilizados na iAP, com a indicação da entidade prestadora do serviço e uma breve descrição do seu objetivo».

De acordo com o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005, p. 45), o catálogo é um «instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica».

Por sua vez, Cruz Mundet (2006, p. 212) ressalta que o catálogo «describe exhaustivamente en sus caracteres externos e internos las piezas simples (documentos),

así como las unidades archivísticas (los expedientes)». Assim, é um instrumento que «que por su grado de detalle y laboriosidad sólo puede aplicarse a determinadas agrupaciones o categorías de documentos sobre soportes tradicionales, que por su valor estratégico en las actividades de la organización así lo quieran.»

2. METODOLOGIA

Neste capítulo, discute-se a metodologia utilizada para a elaboração deste relatório, sobre o estágio que se realizou no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A modalidade de estágio permite-nos obter novos conhecimentos de âmbito académico, profissional e pessoal, e ajuda-nos a perceber, através de uma visão mais próxima, como é que os arquivos de família e pessoais podem ser organizados, descritos e observados com rigor. No estágio, focamo-nos nos arquivos pessoais e nos arquivos de família, para corresponder ao objetivo principal a criação do guia de fundos de arquivos pessoais e de arquivos de família presentes no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sendo assim a investigação foi feita no contexto do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), por ser o local de estágio, uma vez que contém uma vasta coleção de Arquivos Pessoais e Arquivos de Família. Deste modo, este trabalho focou-se em compreender as práticas de identificação e descrição dos arquivos pessoais e de família, a sua forma de organização, o enquadramento teórico, feito através da revisão da literatura e, conseqüentemente, o desenvolvimento empírico, ou seja, o contexto real onde foi feita a investigação, e de que forma isso proporcionou a uma análise sobre os arquivos pessoais e de família e os respetivos instrumentos de acesso à informação, como a criação de um Guia de Fundos.

Numa primeira parte, relativamente ao contexto teórico, a revisão da literatura está dividida em duas partes principais e os seus respetivos subtópicos. Primeiro, temos o conceito de arquivo, depois de arquivo pessoal e depois de família. A segunda parte da revisão da literatura diz respeito aos Instrumentos de Acesso à Informação (IDD), que tem como subtemas os inventários, os guias e os catálogos.

O enquadramento prático diz respeito ao próprio estágio no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde o conhecimento teórico foi colocado à prova, como na elaboração de um guia de fundos, como objetivo principal, e a outras práticas arquivísticas de modo a garantir que os objetivos do estágio tenham sido cumpridos. Neste sentido, a análise dos dados recolhidos através do estágio permitiu identificar informações úteis, assim como os campos a melhorar, de modo a contribuir para o desenvolvimento do guia de fundos e a sua atualização constante.

2.1 Paradigma

Iniciando a questão do paradigma, Coutinho (2009, p. 9) define como «um compromisso implícito de uma comunidade de investigadores com um quadro teórico e metodológico preciso, e, conseqüentemente, uma partilha de experiências e uma concordância quanto à natureza da investigação e à conceção do conhecimento», corroborando o argumento de Thomas Khun (2011, p. 220), que admite que um paradigma «indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada». Portanto selecionei o paradigma interpretativo, uma vez que é o mais adequado para a análise e, também, para a criação do guia de fundos dos Arquivos Pessoais e de Família. A escolha deste paradigma dá-se pelo facto de buscar a compreensão dos dados e dos contextos obtidos através das fontes utilizadas para a revisão da literatura, que capta as práticas e os contextos na perspetivas das fontes recolhidas, pois Phothongsunan (2010) defende que «the purpose is not to generalise, but to explore the meanings which participants place on the social situations under investigation» (p. 2). Este paradigma apresenta vantagens para o seu uso neste contexto, uma vez que o mesmo autor refere que «the strengths of the paradigm come from its realistic approach, relying on natural forms of human communication» (p. 4).

Sendo assim, a abordagem utilizada é a qualitativa para compreender os problemas da investigação, seguindo um método indutivo, pois a partir da observação, no momento do estágio, é possível construir conhecimento, e no decorrer disso, formular os resultados a partir desta lógica. Para Marli André (1995, p. 17), foi Max Weber que contribuiu para a formação da pesquisa qualitativa, ao demonstrar que a compreensão é o objetivo que distingue as ciências sociais das ciências físicas e naturais. E partindo da ideia de Silva (2010), esta abordagem «trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ela aprofunda a complexidade de fenômenos, fatos e processos; passa pelo observável e vai além dele ao estabelecer inferências e atribuir significados ao comportamento» (p. 6). Deste modo, é possível justificar que esta abordagem contribuirá para proporcionar uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos Arquivos Pessoais e de Família, com a produção de Instrumentos de Descrição Documental.

2.2 Método de Investigação

A investigação documental pode ser vista como um método de pesquisa, que implica a identificação, a seleção e a recolha de dados, assim como a sua validação.

Para este trabalho, foram utilizados documentos escritos e digitais para consolidar a investigação. Foram utilizados livros dentro da temática da arquivística, consultados através da Biblioteca da Faculdade de Letras, assim como utilizou-se artigos escolhidos das bases de dados (como RCAAP, Web of Science, entre outras), publicações que se encaixassem dentro do tema e teses/dissertações/relatórios que pudessem fornecer informações importantes. Tudo o que foi recolhido para a revisão da literatura serviu para abrir um espaço de discussão sobre esses mesmos resultados obtidos.

A revisão da literatura permitiu obter os conhecimentos já existentes sobre o tema a estudar, assim como perceber as principais lacunas, questões e conclusões no atual estado da arte. Como Carlos Guardado da Silva indica no seu documento «uma revisão da literatura também exige a definição e o uso de critérios, assim como a sua comunicação, uma vez que os resultados dependem daqueles». Assim, temos de perceber «que termos de pesquisa selecionar, em que língua e que bases de dados seguir para se pesquisarem os títulos de monografias ou periódicos sobre os quais incidirá a revisão da literatura. (2021, p. 108).

Depois de ter sido desenvolvido o tema e os seus respetivos objetivos, assim como a pergunta de partida, procurou-se encontrar os documentos, numa primeira fase, para a criação da revisão da literatura. Numa segunda fase, foi feita a recolha de informação no Arquivo Histórico da FLUL sobre os respetivos arquivos pessoais e de família.

2.3 Pergunta de Partida

A pergunta de partida deste estudo é a seguinte: *De que modo os instrumentos de acesso à informação são facilitadores da mediação entre os Arquivos Pessoais e Arquivos de Família sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e os potenciais interessados?*

Esta pergunta foca-se em dois pontos essenciais do trabalho, que são os Arquivos Pessoais e os Arquivos de Família, bem como os Instrumentos de Acesso à Informação, por serem dois tópicos importantes no campo aplicado da arquivística, e através desta questão podemos perceber o impacto da produção dos ID no acesso à informação.

2.4 Objetivos do Relatório

Relativamente aos objetivos, o objetivo principal deste relatório é a criação do Guia de Fundos dos Arquivos Pessoais e Arquivos de Família do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E, através da criação do Guia de Fundos, existe a possibilidade de promover o acesso à informação através da produção de um Instrumentos de Mediação. A fim de compreender o valor dos Arquivos Pessoais e dos Arquivos de Família, para a investigação foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar os Arquivos Pessoais que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data de 7 de Outubro de 2024;
2. Analisar os Arquivos de Família que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data 7 de Outubro de 2024;
3. Utilizar as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) - para a construção do Guia de Fundos.
4. Desenvolver práticas e conhecimentos arquivísticos sobre como os Arquivos Pessoais e os Arquivos de Família podem ser classificados de acordo com as regras convencionais.

Estes objetivos permitiram realizar o objetivo do estágio, com eficácia e eficiência, possibilitando simultaneamente que a pesquisa fosse mais completa e pertinente. É importante referir que as práticas atuais de organização e representação dos Arquivos Pessoais e de Família, servem como base para produzir os Instrumentos de Acesso à Informação, de modo que sejam acedidos por qualquer pessoa.

O objetivo número um, «Analisar os Arquivos Pessoais que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data de 7 de Outubro de 2024» correspondente à parte prática, demonstrando uma das operações mais importantes para compreender o que é um arquivo pessoal. Para tal, a revisão da literatura contribuiu para ampliar a nossa visão e o nosso conhecimento sobre os mesmos.

O objetivo número dois consiste em «Analisar os Arquivos de Família que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data 7 de Outubro de 2024», este objetivo está relacionado com o anterior, dizendo respeito aos arquivos de família, mesmo sendo pouco analisado, permitiu ter uma boa perspectiva de como são formados. Portanto, mais uma vez, a revisão da literatura foi fulcral neste processo também.

O objetivo número três, «Utilizar as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) para a construção do Guia de Fundos». O conhecimento das normas foi o que permitiu a construção do objetivo principal deste trabalho: a construção do guia de fundos sobre os arquivos privados e os arquivos de família do AHFLUL. Sendo assim, a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) foram as normas utilizadas e estudadas para a elaboração do guia, devido às suas características.

E o objetivo número quatro, «Desenvolver práticas e conhecimentos arquivísticos sobre como os Arquivos Pessoais e de Família podem ser classificados de acordo com as regras convencionais». É um objetivo que reúne todos os outros objetivos, com a diferença de ter uma visão prática e teórica acerca do tema que é objeto de estudo.

Os objetivos e a resposta à pergunta de partida serão alcançados através da praticidade no Arquivo Histórico e através da leitura de artigos, uma vez que fornecem detalhes importantes para chegarmos ao nosso objetivo, concluindo o guia de fundos.

2.5 Objetivos do Estágio

Os objetivos do estágio curricular foram traçados com o objetivo de obter competências práticas sobre a classificação dos Arquivos Pessoais e os Arquivos de Família. Para tal, foram projetados os seguintes objetivos:

1. Elaborar um Guia de Fundos dos Arquivos Pessoais e de Família sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
2. Identificar e descrever, segundo a ISAD(G), os arquivos pessoais sob do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
3. Identificar e descrever, segundo a ISAAR(CPF), os arquivos de família do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A elaboração do Guia de Fundos tornou-se a parte fulcral deste estágio, para além de ser o objetivo principal do relatório. Através do uso da ISAD(G) e da ISAAR(CPF), foi-nos possível criar um Guia de Fundos dos Arquivos Pessoais e de Família do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mais à frente, no tópico da visão prática – estágio curricular, encontram-se as explicações necessárias para os objetivos.

2.6 Guia de Fundos

O Guia de Fundos foi constituído pelos seguintes espólios, que se encontram no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, até à data de 7 de Outubro de 2024 – data da assinatura do termo de estágio.

Os arquivos pessoais que constituem o guia, por ordem alfabética são: Fundo Alberto Estima de Oliveira, Fundo António José Saraiva, Fundo Barahona Fragoso, Fundo Eduardo Chitas, Fundo Elsa Gonçalves, Fundo Fiana Hasse Pais Brandão, Fundo Fidelino Figueiredo, Fundo Guilherme Moniz Barreto, Fundo Gustavo Cordeiro Ramos, Fundo Hermann Pflüger, Fundo Jacinto do Prado Coelho, Fundo Jorge Borges de Macedo, Fundo José Ângelo Peral Ribeiro, Fundo José de Macedo, Fundo José Tengarrinha, Fundo Joseph-Maria Piel, Fundo Júlio Moreira, Fundo Leite de Vasconcelos, Fundo Luís Bramão, Fundo Manuel Batoréo, Fundo Manuel Diaz y Diaz, Fundo Manuel Viegas Guerreiro, Fundo Maria da Conceição Soares Machado, Fundo Mário Barradas, Fundo Michel Laban, Fundo Osório Mateus, Fundo Paul Teyssier, Fundo Rui Mário Gonçalves, Fundo Vasco Granja, Fundo Vasco Magalhães Vilhena e o Fundo Wolfgang Kayser.

O arquivo de família que está no guia é: Fundo Família Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis.

Todos estes fundos fazem parte do guia, encontrando-se nos apêndices deste relatório.

2.7 As Normas ISAD(G) e ISAAR(CPF)

Neste subcapítulo abordarei as normas ISAD(G) – *Norma Geral Internacional para a Descrição Arquivística* e a norma ISAAR(CPF) - *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Para tal, fazemos a divisão de subtópico, em que primeiramente abordamos a norma ISAD(G).

2.7.1 ISAD(G) - Norma Geral Internacional para a Descrição Arquivística

A ISAD(G), *Norma Geral Internacional para a Descrição Arquivística*, foi desenvolvida em 1994 e traduzida pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas no de 1995. Segundo o documento traduzido da ISAD(G), a segunda edição da norma, foi publicada durante o Congresso do ICA (International

Council on Archives), realizado em 2000, em Sevilha. A tradução da norma, especialmente a segunda edição, para português, foi efetuada no cumprimento das *Guidelines for the translation of standards of the Committee on Descriptive Standards*.

Sendo assim, a segunda edição da ISAD(G) é produto de um processo vasto de revisão anunciado em 1994, com a previsão de uma revisão em cinco anos. Foi pedido à comunidade arquivística internacional para enviar comentários com o objetivo de a norma ser revista, o que começou a ser feito no início de 1998, através de cartas dirigidas a todos os membros institucionais e associativos do ICA, assim como a vários dos seus trabalhadores internos, com o objetivo desses comentários terminarem, também, em 1998. Realizado o plenário anual da revisão das normas, o Secretariado do ICA recebeu, «aproximadamente, 33 respostas de comités nacionais, organizações e indivíduos de 25 países. Os comentários foram reunidos num compêndio de 101 páginas» (ISAD(G), 2000, p. 7). Numa segunda reunião, realizada entre 19 e 22 de Outubro de 1998, foi elaborada uma primeira versão da revisão da ISAD(G) e, com base nos comentários recebidos, a norma foi sendo aperfeiçoada. A revisão foi concluída na terceira reunião plenária do ICA, em Estocolmo, na Suécia, e impressa no início do ano 2000, tendo em vista a sua disponibilização no *XIV Congresso Internacional de Arquivos*, em Sevilha (Espanha), em Setembro do mesmo ano.

Em relação à própria norma, a mesma «estabelece orientações gerais para a descrição arquivística. Deve ser conjugada com as normas nacionais existentes, ou servir de base ao seu desenvolvimento» (p. 9). A sua conjugação para este trabalho foi feita com a norma ISAAR(CPF), que é objeto do próximo subcapítulo. O seu objetivo é:

identificar e explicar o contexto e o conteúdo da documentação de arquivo, a fim de promover a sua acessibilidade. Este objectivo é conseguido através da elaboração de representações precisas e adequadas, organizadas de acordo com modelos predeterminados. Os procedimentos relacionados com a descrição podem ter início no momento da produção dos documentos – ou mesmo antes – e continuar durante o seu ciclo de vida. Estes processos permitem estabelecer controlos intelectuais necessários para assegurar a perenidade de descrições fiáveis, autênticas, significativas e acessíveis. (p. 9)

Assim, é possível registar cada fase da gestão documental, desde a sua produção até à sua organização, para que os documentos possam ser preservados, e de certa forma, controlados de modo seguro. Para além disso, os mesmos têm de ser acessíveis para quem os queira consultar.

Em qualquer etapa a informação sobre os documentos permanece dinâmica, podendo ser alterada à luz de um maior conhecimento do seu conteúdo, ou do contexto da sua produção. Os sistemas de informação electrónicos, em especial, podem permitir integrar ou seleccionar, actualizar ou alterar os elementos de informação, de acordo com as necessidades. Ainda que as regras que constituem a presente norma se centrem na descrição de documentação de arquivo já seleccionada para conservação permanente, também podem ser aplicadas às fases anteriores. (p. 9)

A ISAD(G) tem as regras gerais para fazer uma descrição arquivística, que pode ser aplicada de forma independente e conforme o suporte dos documentos, pois as regras que tem não fornecem orientação específica para a descrição de documentos especiais, como os selos ou registos sonoros. A mesma também prevalece com o princípio da proveniência e o respeito pela ordem dos documentos.

Sendo a ISAD(G) importante, é constituída por vinte e seis elementos que podem ser combinados para formar uma descrição de uma entidade mais completa.

A estrutura e o conteúdo da informação de cada um desses elementos deverão ser formulados de acordo com as regras nacionais aplicáveis. Enquanto regras gerais, são concebidas para serem amplamente aplicáveis a descrições de documentos de arquivo, independentemente da natureza ou dimensão da unidade de descrição. No entanto, a norma não define formatos ou modos de apresentação desses elementos, por exemplo em inventários, catálogos, listas, etc. (p. 10)

As regras da norma estão organizadas em sete zonas de informação (p. 11), que são elas:

1. Zona da identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Zona do contexto (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Zona do conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Zona das condições de acesso e de utilização (destinada à informação sobre a acessibilidade/disponibilidade da unidade de descrição);
5. Zona da documentação associada (destinada à informação sobre documentação com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Zona das notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras zonas);
7. Zona do controlo da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem foi elaborada a descrição arquivística).

Em relação aos pontos de acesso, estes «baseiam-se nos elementos de descrição. O seu valor é aferido através do controlo de autoridade», que é algo relevante na norma seguinte.

2.7.2 ISAAR(CPF) - Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias

A primeira edição da ISAAR(CPF), *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*, foi desenvolvida pela Comissão *Ad Hoc* do ICA, para as Normas de Descrição, entre 1993-1995. A norma só foi publicada em 1996. A Comissão das Normas de Descrição transformou-se num comissão permanente no *International Council on Archives*, na China, em 1996. A segunda edição da ISAAR vem de um processo de revisão de 5 anos, realizado pela mesma comissão do ICA. Foi feito da mesma forma que a ISAD(G), ou seja, pediu-se comentários à comunidade arquivística internacional, tendo em conta a revisão, que se deu no final do ano 2000. A data indicada para o envio dos comentários foi estabelecida para Julho de 2001, com o objetivo de iniciar a reunião plenária, em Bruxelas, de 3 a 6 de Outubro.

A reunião plenária do ICA considerou todos os comentários recebidos e decidiu efetuar alterações na norma. Foi elaborado um projeto de revisão da ISAAR (CPF), que refletia as decisões tomadas em Bruxelas. Até 15 de Julho de 2003, foi solicitado à comunidade arquivística internacional o envio de comentários ao texto revisto pedido em 2002. Esses comentários foram considerados na reunião plenária da Comissão, em Camberra, na Austrália, em Outubro de 2003, na altura em que foi aprovada a versão revista da norma e entregue para impressão, para ser apresentada no Congresso do ICA, em Viena, de Áustria, em 2004.

A segunda edição da ISAAR(CPF) é uma versão ampliada e reestruturada da primeira edição da norma (1996). A edição da norma de 1996 continha três zonas, uma Zona do Controlo da Autoridade, uma Zona da Informação, e uma Zona das Notas. Esta edição contém quatro zonas: uma Zona da Identificação (similar à anterior Zona do Controlo da Autoridade); uma Zona da Descrição (similar à anterior Zona da Informação); uma Zona das Relações e uma Zona do Controlo (similar à anterior Zona das Notas). As duas últimas zonas são, essencialmente, novos contributos à norma, apesar de já existir alguma informação sobre as relações no elemento 2.3.8. da edição de 1996. Os elementos e as regras contidos nas quatro novas zonas foram estruturados e redigidos com o objectivo de assegurar uma plena compreensão dos conceitos e uma melhor prática na documentação do contexto de produção dos arquivos. (ISAAR(CPF), 2004, p. 6)

O objetivo desta norma é dar as orientações «para a preparação de registos de autoridade arquivística que proporcionam descrições das entidades (pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias) associadas à produção e gestão de arquivos» (p. 9). Os registos de autoridade podem ser utilizados para descrever uma pessoa coletiva, uma

peessoa singular ou família como unidades inseridas num sistema de descrição arquivística; também serve para controlar a criação e utilização de pontos de acesso nas descrições arquivísticas e documentar as relações entre diferentes produtores de arquivos e entre as entidades e os documentos de arquivo que por elas foram produzidos.

A questão dos produtores também é relevante nesta norma, para além da ISAD(G), independentemente de as descrições integrarem-se em sistemas manuais ou informáticos. Portanto, a norma complementa a ISAD(G) e prevê a inclusão de informação contextual em qualquer nível, na descrição dos arquivos. Sendo assim:

Esta norma tem como objectivo a partilha de descrições dos produtores de documentos, promover a preparação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas das pessoas colectivas, das pessoas singulares e das famílias que os produziram. Foi concebida para ser utilizada em conjugação com as normas nacionais existentes, ou para servir de base ao seu desenvolvimento. (p. 9)

E para além disso:

O nome do produtor da unidade de descrição constitui um dos pontos de acesso mais importantes. Os pontos de acesso podem assentar no uso de qualificativos, essenciais para esclarecer a identidade das entidades assim designadas e permitir fazer a distinção entre diferentes entidades com o mesmo nome ou nomes muito similares. (p. 10)

Portanto, podemos concluir que um registo de autoridade arquivística «em conformidade com esta norma pode também servir para controlar a forma do nome e a identidade da pessoa colectiva, da pessoa singular e da família, através de um ponto de acesso relacionado com a unidade de descrição arquivística» (p. 10).

2.7.3 Importância das Normas para o Guia de Fundos

A ISAD(G) e a ISAAR(CPF) são importantes para a criação de um Guia de Fundos, objetivo principal deste trabalho. Apresentam alta relevância, uma vez que fornecem os elementos e as regras padronizadas para a descrição e a organização das informações dos fundos. Por um lado, a ISAD(G) estabelece os princípios e os campos essenciais para fazer a descrição arquivística, no caso, a nível do fundo. Neste sentido, é possível ter uma consistência e um entendimento na representação dos documentos e na sua contextualização. Por outro lado, a ISAAR(CPF) complementa a ISAD(G), pois permite uma descrição mais estruturada das entidades que foram responsáveis no contexto da produção, ou acumulação ou até pela gestão dos documentos, como pessoas singulares ou famílias, ao longo do tempo.

Sendo assim, o uso destas normas em conjunto deu a entender melhor o contexto histórico e administrativo dos fundos analisados, uma vez que permitem a interoperabilidade entre diversas instituições, podendo os utilizadores ter acesso à informação quando e onde quiserem, de modo seguro e confiável.

Padrón e Fujita (2017, p. 216) indicam que «la representación de la información, en los entornos electrónicos, debe presentarse en sistemas donde estén definidas las interrelaciones entre las diversas entidades archivísticas. Estas relaciones son las que determinan el funcionamiento eficiente de los sistemas integrados de información», com o propósito de «las normas de descripción deben desarrollar estructuras de datos y contenidos para distintas entidades». As autoras refletem que «en la estructura general de estas normativas, un tema central es la designación de los elementos obligatorios que serán utilizados para representar cada una de las entidades archivísticas» (p. 220) e em que campos obrigatórios das normas facilitam na troca de informações entre as instituições, ou seja, a interoperabilidade. Para além disso, com estas descrições obrigatórias temos as informações necessárias para descrever o conteúdo das unidades de descrição num nível mais geral, como os fundos. Terminam por referir o valor autêntico do uso da ISAD(G): «sobre la ubicación de la información destinada a la representación de documentos, se puede decir que las áreas de contexto y contenido/estructura de ISAD(G) son las que presentan un mayor número de opciones diferentes para situar la información» (p. 224).

Simões (2012), na sua dissertação de mestrado, destaca que «a ISAD (G) orienta a descrição de fundos e dos seus elementos constituintes e a ISAAR (CPF) dá indicações para a criação de registos de autoridade sobre os produtores de materiais arquivísticos» (p. 27). O autor também refere que «necesitando-se de efectuar a descrição do geral (fundo) para o particular (documento), referir informação pertinente em cada nível, não repetida em vários, e de classificar e organizar os documentos a priori» (p. 31), uma vez que a descrição, segundo a norma ISAD(G), realiza-se do geral para o particular. «Estas descrições adaptar-se-ão à ISAD (G) e à ISAAR (CPF), relacionando os documentos e efectuando o ajuste com os quadros de classificação designados pelas entidades detentoras, possibilitando um controlo intelectual sobre os fundos» (p. 37) e constituindo, assim, o guia de fundos elaborado para o AHFLUL.

Porém, numa visão mais negativista, Lucília Runa e Joana Sousa, em 2003 (p. 83) indicam: «a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) não são as únicas nem tão pouco as primeiras

normas de descrição em arquivo, analisem-se os novos instrumentos de descrição produzidos à luz da sua aplicação», e mais à frente adicionam «convimos que a aplicação da ISAD(G) e da ISAAR(CPF) não está isenta de dificuldades, problemas e desafios». Runa e Sousa (2003, p. 84) refletem que:

Recolher, analisar, organizar e registar a informação sobre um determinado objecto, que é a unidade de descrição, são as etapas do processo de descrição. E no âmbito da ISAD(G), a unidade de descrição, que pode ser um só documento ou um conjunto de documentos, um todo e as suas partes, é encarada como uma entidade organizada e relacionada com as demais. É a característica orgânica da documentação de arquivo que a torna estruturalmente hierarquizada e interrelacionada. E são essas estruturas e essas relações que se evidenciam e representam através da descrição multinível.

E nisto podem surgir problemas como:

Esta técnica de descrição suscita ainda alguns problemas, que podem ser de dois tipos: directamente relacionados com a descrição, a apresentação formal da informação, a própria representação da documentação de arquivo; e os que decorrem do tratamento arquivístico, de todos os procedimentos a montante da descrição, e se tornam visíveis nos instrumentos de descrição ou de recuperação da informação.

Por sua vez, segundo Fox (2011, p. 28), «à medida que essas normas forem aplicadas aos sistemas de informação, as descrições tornar-se-ão mais consistentes de instituição em instituição e, portanto, abertas à indexação, pesquisa e exibição para os usuários». Este é o objetivo inicialmente pretendido, ou seja, promover o acesso e também a interoperabilidade.

2.8 O Processo de Seleção da Bibliografia

Na Web of Science, a pesquisa foi feita de forma faseada. Numa primeira vez, no campo *All Fields*, colocámos «personal papers». A opção de pesquisar logo na língua inglesa foi considerada, pois é o idioma da investigação e a probabilidade de obter resultados dentro do tema era maior. Numa primeira instância, sem qualquer escolha de limites, recuperámos cerca de 125.930 resultados, à data de 22 de Novembro de 2024. Perante uma grande quantidade de resultados, tivemos de estabelecer limites temporais, entre 2020 e 2024, ou seja, os últimos 5 anos. Limitar a categoria para «Information Science Library Science» e limitar os idiomas para inglês, português e espanhol. Assim, diminuámos a nossa pesquisa na Web of Science para 482 resultados. A escolha destes idiomas deu-se pelo facto de serem os únicos que conseguimos ler e entender. Num segundo momento, utilizámos o termo «personal archives».

A escolha dos artigos passou por ler o título, o seu resumo e as palavras-chave. Tudo o que se relacionava e foi utilizado neste relatório encontra-se abaixo numa tabela.

Tabela 1 – Pesquisa na Web of Science através da palavra-chave «personal papers».

Web of Science - « Personal Papers »		
Autor(es)	Data de publicação	Título da obra
Jinfang Niu	2021	<i>The need for shared personal/family archivists</i>
Maja Krtalić, Jesse David Dinneen, Chern Li Liew, Anne Goulding	2022	<i>Personal Collections and Personal Information Management in the Family Context</i>

Como os resultados foram pouco satisfatórios, pesquisámos pela palavra-chave «personal archives» para ver se conseguíamos abrir um pouco mais a nossa investigação.

Com isto, na Web of Science e numa pesquisa efetuada a 22 de Novembro de 2024, utilizámos a palavra-chave «personal archives». No campo *All Fields*, a pesquisa gerou cerca de 7,994 resultados sem qualquer limitação. O processo foi idêntico ao descrito para o termo anterior. Limitámos a pesquisa cronologicamente aos últimos 5 anos (entre 2020 e 2024), e as categorias a «History» e «Information Science Library Science». A escolha da categoria «History» deve-se ao facto de os Arquivos Pessoais estarem tradicionalmente ligados à história. E em termos de idiomas, limitámos às línguas inglesa, espanhola e portuguesa. Assim, recuperámos cerca de 368 resultados. Novamente, a escolha dos artigos passou por ler o título, o seu resumo e as palavras-chave, e tudo o que se relacionava foi utilizado neste relatório, onde se encontra abaixo numa tabela.

Tabela 2 - Pesquisa na Web of Science através da palavra-chave «personal archives».

Web of Science - « personal archives »		
Autor(es)	Data de publicação	Título da obra
Carlos Guardado da Silva	2020	<i>O lugar dos 'Arquivos Pessoais' na arquivística internacional</i>
Flávio Conchas Fonseca	2024	<i>Os arquivos pessoais em dois atos: narrativas históricas e contra-históricas</i>

Mónica Gabriela Pené, Florenia Bossié, Victoria Calvente & Flavia Giménez	2020	<i>Los archivos personales conservados en bibliotecas universitarias argentinas y su importancia para la investigación y la cultura</i>
Vítor Manoel Marques da Fonseca	2023	<i>Arquivos pessoais e direitos humanos</i>

Para a pesquisa de arquivos de família, foi feito o mesmo processo. Numa pesquisa no All Fields, agora numa pesquisa avançada, colocámos o termo «family papers» ou «family archives», através do uso do operador booleano OR. Desta forma, foi possível obter de forma geral cerca de 210,919 artigos à data de 25 de Novembro de 2024. Com as limitações temporais, ou seja, os últimos 5 anos, desde 2020 até 2024, limitações de categorias para sociologia e estudos de família, e os idiomas para inglês e espanhol, reduziu-se os resultados para 2,441. Mesmo sendo um número consideravelmente grande, através de algumas leituras dos títulos, das palavras-chave e dos resumos, foi possível chegar a alguns artigos que coincidiam com o tema pretendido. Na tabela seguinte é possível ver os documentos que foram utilizados, através da busca na Web of Science.

Tabela 3 - Pesquisa na Web of Science através das palavras-chave «family papers OR family archives».

Web of Science «Family Papers» OR «Family Archives»		
Autor	Data de publicação	Título da obra
Mariano Veliz	2020	<i>Archivos, familias y espectros en el documental latinoamericano contemporáneo</i>
Pedro Câmara	2023	<i>Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira</i>

Na Scopus também foi feita a pesquisa sobre «family archives» e «family papers», porém como esta base de dados, e também a Web of Science, são mais utilizadas para pesquisas de natureza científica, foi-nos difícil encontrar artigos que pudessem ser úteis para a investigação dos principais temas deste trabalho. Portanto, a alternativa foi procurar nos repositórios ligados à ciência da informação, e não só. Dentro desta lista, foram utilizados o RCAAP (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal), a LISA (Library & Information Abstracts) e a B-On (Biblioteca do conhecimento online).

A pesquisa no RCAAP foi feita dia 3 de dezembro de 2024, e recuperou-se através da palavra-chave «arquivos de família» cerca de 99 resultados, sem qualquer limitação. Quanto a «arquivos pessoais», recuperou-se 469 resultados e limitámos a artigos científicos, o que resultou em 85 resultados em acesso aberto.

Tabela 4 – *Bibliografia retirada do RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com os termos «arquivos pessoais» e «arquivos de família».*

RCAAP «Arquivos Pessoais» e «Arquivos de Família»		
Autor(es)	Data de Publicação	Título da Obra
Isabel Borges De Oliveira	2009	<i>Arquivos Pessoais, Arquivos De Memória e o Processo De Indexação</i>
José Francisco Guelfi Campos	2013	<i>Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta</i>
Juliana Fachin	2013	<i>Parâmetros arquivísticos sobre os arquivos pessoais</i>
Pesquisa: «Arquivos de família»		
Ana Filipa Almeida Mendes	2016	<i>Para a Construção De Uma Memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo</i>
Anna Carla Mariz, Armando Malheiro da Silva e Rosa Inês Cordeiro	2020	<i>As Fotografias nos Arquivos Pessoais e Familiares: para uma revisão teórica</i>
Armando Malheiro da Silva	1992	<i>Arquivos de Família e Arquivos Pessoais: algumas</i>

		<i>notas para o seu estudo e organização</i>
Nuno Pinheiro	2018	<i>Discursos cruzados - memória e arquivo, individual e coletivo</i>
Pedro Abreu Peixoto	1991	<i>Os Arquivos de Família</i>
Pedro Abreu Peixoto	1995	<i>O Valor dos Arquivos de Família</i>

Depois de se termos analisado a bibliografia correspondente aos arquivos, arquivos pessoais e arquivos de família, onde a maioria das informações parte de glossários e dicionários, nesta segunda parte de procura de literatura focámo-nos nos ‘Instrumentos de Descrição Documental’ e também nos ‘Instrumentos de Acesso à Informação’.

Esta pesquisa foi feita no dia 7 de dezembro de 2024 e foi realizada no RCAAP, na LISA e na B-On. No RCAAP, a pesquisa por «instrumentos de descrição documental» foi feita sem qualquer limitação de tempo, categoria ou autores, o que deu um resultado imediato de 167 resultados. Os critérios-base para a escolha destes artigos apresentados na tabela relacionam-se com o seu tema ser pertinente, através do título, palavras-chave e a leitura do seu resumo.

Tabela 5 – *Bibliografia retirada do RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com o termo «Instrumentos de Descrição Documental».*

RCAAP - «Instrumentos de Descrição Documental»		
Autor(es)	Data de publicação	Título da Obra
Carlos Guardado da Silva	2021	<i>A cidade de Lisboa na Idade Média: fontes de informação do Arquivo Municipal</i>
Clara Joana Freitas Pinto de Sá	2011	<i>O acesso aos arquivos paroquiais: proposta de um modelo de instrumento de descrição documental para os arquivos de Santo</i>

		<i>Estevão e São Miguel de Alfama, Lisboa</i>
Fernanda Ribeiro	2014	<i>Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica.</i>
Franciele Simon Carpes	2013	<i>O património documental e a memória da universidade: um instrumento de acesso aos atos legais e normativos da UFSM.</i>
Sandra Patrício	2022	<i>O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo.</i>
Theresa Cynthia Miranda Souza Alves	2017	<i>Representação descritiva da informação arquivística: proposta de descrição de medalhas no Acervo José Simeão Leal.</i>

Na B-on (Biblioteca do conhecimento *online*), com o termo chave «instrumentos de descrição documental» foram obtidos 12,748 resultados. O intervalo de tempo, de modo a reduzir os resultados, foi definido para os últimos 5 anos; os textos foram definidos para textos integrais e os idiomas foram português, inglês e espanhol. Assim, o total de resultados baixou para 2,689. Mesmo assim, com a pesquisa feita, não houve nenhum outro artigo que se pudesse relacionar com o tema pretendido.

Tabela 6 – *Bibliografia retirada da B-on – Biblioteca do Conhecimento Online, com o termo «Instrumentos de Descrição Documental».*

B-On - «Instrumentos de Descrição Documental»		
Autor(es)	Data de Publicação	Título da Obra
Sandra Patrício	2022	<i>O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos</i>

		<i>de descrição documental da região Alentejo.</i>
--	--	--

Na LISA (Library & Information Science Abstracts), a pesquisa foi feita no dia 9 de dezembro de 2024, e, com o termo «finding aid», recuperaram-se cerca de 19.326 estudos. Como é um número considerado elevado de documentos, a sua limitação foi feita através do intervalo de tempo, entre 2010-2029 – assim estabelecido pela LISA –, e o idioma para apenas inglês. Com isto, de modo a tentar obter os melhores resultados e, com estas limitações, o número agora de artigos foi para 12,599. A escolha dos artigos foi feita através da leitura do seu resumo e do seu título para ver se coincidia com o tema pretendido, apesar do número elevado de resultados.

Tabela 7 – Bibliografia retirada da LISA - Library & Information Science Abstract, com o termo «finding aid».

LISA (Library & Information Science Abstract) - « finding aid »		
Autor(es)	Data de publicação	Título da obra
Gregory Wiedeman	2019	<i>The Historical Hazards of Finding Aids.</i>
Kelli Bogan	2024	<i>Bridging the Gap: Integrating Archival Descriptive Best Practices in an Item-Level Dominated Museum Culture.</i>
Maja Stazić	2016	<i>Access to Archival Materials: Benefits and Limitations of Existing Descriptive Practices.</i>
Owen C. King	2024	<i>Archival meta-metadata: revision history and positionality of finding aids.</i>

Para prosseguir a última parte da investigação teórica, resta-nos procurar pelos guias, catálogos e inventários. Portanto, nas tabelas seguintes, estão as pesquisas através de cada palavra-chave, no Google Scholar.

Em relação à ISAD(G) e à ISAAR(CPF), utilizámos o documento traduzido oficial, porém para uma pesquisa mais profunda, utilizámos o RCAAP para de modo a obter mais informações. A pesquisa foi feita no dia 9 de dezembro de 2024 e recuperou cerca de 25 resultados com as palavras-chave «ISAD(G) e ISAAR(CPF)».

Tabela 8 – *Bibliografia retirada do RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, com os termos «ISAD(G) e ISAAR(CPF)».*

RCAAP «ISAD(G) e ISAAR(CPF)»		
Autor(es)	Data de publicação	Título da obra
Dunia Llanes Padrón e Mariângela Spotti Lopes Fujita	2017	<i>La representación de documentos y autoridades archivísticas: una mirada desde la perspectiva de la normalización</i>
Lucília Runa e Joana Braga Sousa	2003	<i>Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar</i>
Michael Fox	2011	<i>Por que Precisamos de Normas</i>
Sérgio Manuel Duarte Simões	2012	<i>Metodologia de avaliação de aplicações para descrição de arquivo definitivo</i>

A restante bibliografia, que não se encontra nas tabelas, foi recuperada através de artigos e a respetiva bibliografia desses mesmos artigos, muitas vezes pesquisados no Google Scholar sem qualquer tipo de filtro. Mesmo não tendo sido procuradas nas bases de dados ou repositórios de acesso aberto, são fontes seguras para a investigação dos tópicos em destaque neste estudo, desde os arquivos até aos instrumentos de descrição

documental ou de acesso à informação. Já outras fontes foram livros que fomos buscar à própria Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma vez que estes livros representam, de alguma forma, o conteúdo deste trabalho.

3. A VISÃO PRÁTICA – ESTÁGIO CURRICULAR

A segunda parte deste relatório diz respeito ao estágio efetuado no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre os dias 7 de outubro de 2024 até ao dia 5 de dezembro de 2024, contabilizando as duzentas e duas horas obrigatórias para o concluir. Cerca de 142 horas foram utilizadas como acesso físico ao arquivo e as restantes 60 horas foram feitas em casa, para finalizar o Guia de Fundos e o relatório de estágio.

Antes do estágio se iniciar, os objetivos traçados para o mesmo consistiram-se em cerca de três:

1. Elaborar um Guia de Fundos dos Arquivos Pessoais e de Família sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
2. Identificar e descrever, segundo a ISAD(G), os arquivos pessoais sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
3. Identificar e descrever, segundo a ISAAR(CPF), os arquivos de família sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

A elaboração do Guia de Fundos tornou-se a parte fulcral deste estágio, para além de ser o objetivo principal do relatório. Através do uso da ISAD(G) e da ISAAR(CPF), foi-nos possível criar um Guia de Fundos dos Arquivos Pessoais e de Família do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ora gostaríamos de ressaltar uma informação relevante para o nosso trabalho e para evitar confusões futuras, ou seja, todos os arquivos pessoais e o único arquivo de família que nós observámos eram arquivos que já estavam no Arquivo Histórico antes da assinatura do termo de estágio. Quer isto dizer que, em primeiro lugar, existem arquivos que não estão acessíveis ainda para consulta, uma vez que chegam recorrentemente ao Arquivo vários, em distintos momentos, de autores, professores, entidades públicas, entre outros, pelo que se torna impossível ter acesso a todos, quando alguns se encontram ainda fechados. Em segundo lugar, existe uma página *WEB* da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma categoria dos arquivos existentes no Arquivo Histórico, listados por categorias, nomeadamente Arquivos Pessoais e Arquivos de Família. Nessa lista, ainda não constam alguns arquivos pessoais e arquivos de família que estão presentes no Guia de Fundos elaborado por nós, mas que já se encontram acessíveis para consulta. Este lapso dá-se, às vezes, pelo grande volume de arquivos existentes no Arquivo Histórico, o

que acaba por tornar mais árdua a atividade dos gestores de informação que aí desempenham funções, uma vez que há falta de recursos humanos para organizar e representar a informação dos distintos arquivos.

Dado aviso prévio, podemos começar por afirmar que o estágio se dividiu em três fases distintas, mas todas interligadas.

Numa primeira fase, foi feita a recolha de informação mais geral sobre os arquivos que iríamos trabalhar, ou seja, uma pesquisa bibliográfica simples de todos os produtores. Como ainda estávamos no início do estágio, esta parte foi fundamental para nos mantermos a par dos arquivos existentes no Arquivo Histórico, um Arquivo de arquivos, e para conhecermos cada produtor. Dado como finalizado esse trabalho, foi importante começarmos a procurar pelos elementos essenciais e recomendados para iniciar uma descrição arquivística ao nível do fundo. Os mesmos provieram das duas normas idealizadas e acordadas para o trabalho: ISAD(G) e ISAAR(CPF).

Iniciando, assim, na segunda fase, talvez a mais longa e a mais pesada, começou-se o processo de ver os espólios um a um, caixa a caixa - ou pelo menos tentou-se - para extrair o máximo de informações relevantes, nomeadamente como a entidade detentora, o código de referência, o título, as datas, o número de caixas arquivadoras (unidades de instalação), a sua dimensão e o seu suporte, o(s) seu(s) produtor(es), a história custodial, a fonte de aquisição ou transferência, o âmbito e o conteúdo dos documentos, o sistema de organização, as condições de acesso, o(s) seu(s) idioma(s) e a existência de outras unidades arquivísticas. Foi um trabalho grande, uma vez que tivemos a oportunidade de colocar em unidades de instalação o Fundo do Arquivo Pessoal de António José Saraiva e o Fundo do Arquivo Pessoal de Eduardo Chitas, em que tivemos a oportunidade de fazer uma organização prévia para quem de futuro tiver o desejo e a oportunidade de os organizar e representar mais detalhadamente. Esta fase permitiu que a bibliografia, antes consultada pela Internet, fosse atualizada, corrigida e melhorada através dos documentos pessoais existentes de cada produtor nos seus espólios.

A terceira fase foi a altura de consolidar toda a informação nas tabelas e começar a efetuar e a formalizar o Guia de Fundos. Ao todo, foram analisados trinta e um Arquivos Pessoais e um Arquivo de Família, os mesmos que constituem no Guia de Fundos, que se encontram no fim deste trabalho.

Dentro deste trabalho realizado no Arquivo Histórico, foi possível observar alguns aspectos curiosos. Apesar de todos os produtores dos arquivos existentes serem diferentes, mesmo alguns tendo alguns laços familiares, relação professor aluno ou de amizade, existem elementos ou documentos que fazem parte de quase todos os espólios, tais como os recortes de imprensa e a correspondência.

Começando pelos recortes de imprensa, encontrados em praticamente todos os espólios, não deixa de ser algo curioso, mas com a sua lógica por detrás. Através destes, conseguimos saber um pouco mais sobre o contexto social, cultural e político do período em que foram guardados, sobre os acontecimentos da época, que demonstram os seus valores e preocupações pessoais. Através de uma análise pessoal, conseguimos perceber quais eram os interesses de quem os preservou, conseguimos absorver e compreender o que tal indivíduo considerava interessante, muitas vezes temas sobre a política, juntamente com os seus posicionamentos. Em certos casos, conseguimos até perceber como um simples recorte de jornal teve impacto em alguém ao ponto de o guardar durante anos, permitindo-nos questionar, em certa medida, até que ponto esse tipo de documentos sensibilizaram o seu produtor na sua trajetória pessoal e profissional.

Por outro lado, temos a correspondência encontrada dentro dos arquivos pessoais e familiares. Estes, por sua vez, são uma fonte de informações a nível pessoal, histórico, e muitas vezes, até literário. Dentro da correspondência, foi possível encontrar cartas e poemas de amor, até às mais pequenas notas. As cartas, os bilhetes conseguem trespassar o sentimento do contexto social e cultural de uma certa época, em relação às pessoas. Existe também a esfera íntima, uma vez que as cartas eram a forma mais íntima de comunicação, e de comunicação do íntimo, onde era possível expressar sentimentos e reflexões a vários níveis. Por este prisma, foi possível perceber os laços de amizade e familiar entre o produtor de um espólio com outro produtor de outro espólio. É natural que vejamos a correspondência como um caráter de construção de relações sociais. Muitas vezes, encontramos dentro dos arquivos cartas para entidades políticas, sobre movimentos, projetos e ideias, a pedido de discussão sobre as mesmas. Assim, retiramos deste tipo de documentos, que podem ser de grande relevância para a história.

Observando a correspondência pessoal dos arquivos do Arquivo, captamos a forma de como a linguagem e a escrita refletem uma dada época. Assim, dentro desta perspetiva, podemos verificar quatro momentos. Se verificarmos a correspondência do Fundo Barahona Fragoso, veremos que existem cartas trocadas nos séculos XVII e século XVIII,

redigidas com um tipo de linguagem cuidadosa, delicada e extraordinariamente formal, com expressões de reverência e vocábulos que demonstram a elegância de quem as escreveu. Este tipo de linguagem era comum na época, mas, com o passar do tempo, fomos assistindo a uma mudança na forma da escrita, apesar de se manter formal. Numa segunda fase, agora nos séculos XIX e XX, a correspondência refletiu algumas mudanças em termos de comunicação, acompanhando as relações pessoais e profissionais, pois, como é óbvio, à medida que o tempo avança, os assuntos e os temas modificam-se de acordo com as transformações culturais e políticas vividas na sociedade. Durante estes dois séculos, ou até ao final do século XX, mantém-se a linguagem formal, simples e direta, acessível com o objetivo de priorizar a clareza e a objetividade do escritor e do leitor. Não nos podemos esquecer que até 24 de Abril de 1974 estávamos sob o regime do Estado Novo, o que havia censura e muitos detalhes não podiam ser discutidos por cartas. Deste modo, a comunicação teria de, ao mesmo tempo, ser mais cautelosa, dependendo do seu destinatário. Após o fim do regime ditatorial, podemos determinar um terceiro momento, onde havia a expressão de liberdade, cartas dirigidas a órgãos públicos, onde foi possível ver em alguns arquivos pessoais pedidos de reivindicações sociais, direitos laborais, uma ligação mais direta a partidos políticos. E, por último, num quarto e último momento, no final do século XX até à correspondência atual, numa era mais tecnológica. Apesar de a correspondência ser feita na maioria das vezes via carta e suporte papel, o crescimento de faxes e *e-mails* foi crescendo à medida que a tecnologia se ia tornando mais acessível e rápida. Outro aspeto notado tem que ver com a diminuição da formalidade, de modo a tornar a comunicação mais acessível e direta, sem as regras e normas do passado.

Ao observar cada arquivo, para que obtivemos a respetiva a autorização, conseguimos perceber as transições temporais e culturais que se foram sucedendo e como foram vividas por cada pessoa, o produtor de cada arquivo. Todas as fases refletiram algo tanto na vida da pessoal enquanto singular, como nos momentos históricos, culturais e políticos. A importância da correspondência pode também ser vista no âmbito académico e educacional, dado que aprendemos sobre diferentes alturas numa visão mais pessoal e autêntica, também incentiva ao pensamento e à construção de uma argumentação mais forte e lógica. É possível até mesmo entender como a preservação da memória e dessa documentação mais pessoal e íntima pode incentivar a comunidade a manter um registo

peçoal para si mesmo, ou seja, serve como uma construção de uma narrativa peçoal, pois é importante preservar uma memória que mais tarde possa ser importante.

Entre diversos documentos que tivemos acesso, as fotografias e os retratos familiares demonstram, novamente, a esfera peçoal e íntima do que um arquivo peçoal representa. Os cadernos, as notas e os rascunhos mostram o lado mais informal destas peçoas, por outro lado, encontramos também material de apoio a aulas, fichas e testes de avaliação que refletem a vida de docentes que fizeram parte da história da Faculdade de Letras, bem como processos de trabalho.

Porém fora de todas as curiosidades e documentos que suscitam uma certa viagem no tempo, também foram encontradas algumas dificuldades. Dentro destas, destacaram-se nomeadamente entre muita documentação sem estar datada, o que não permitiu saber em que ano tal documento foi produzido. Outro problema relaciona-se com os espólios mais antigos que apresentam problemas de conservação com documentos deteriorados, rasgados ou a perder-se a tinta, o que não deixa de ser normal, uma vez que tais documentos foram produzidos há algum anos, e sofrem hoje as marcas desse tempo. Outro cenário menos favorável tem que ver com o facto de alguns dos espólios não se encontram organizados, uma vez que, por falta de recursos humanos no Arquivo Histórico, não é possível organizar todos os acervos existentes. Apesar de serem encontrados aspetos com uma conotação menos boa, isso não tirou o proveito de estar num lugar de reunião de memórias e cultura, com tanta vida vivida e com uma esfera peçoal tão íntima. Como Rousseau e Couture (1998, p. 118) referem, «o aumento assustador de volume de informação levanta cada vez mais dificuldades para a sua classificação, recuperação e conservação».

3.1 O Legado de Leite de Vasconcelos

Neste subcapítulo aborda-se um grande e ilustre Professor que pisou o chão da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Leite de Vasconcelos, em que o seu espólio é dos mais antigos presente no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O facto de se ter um capítulo dedicado a ele demonstra que foi uma importante figura na área das humanidades, um «dos primeiros a enveredar pelo caminho da especialização em mais do que uma área científica. Dedicou o seu tempo à arqueologia, [à] linguística e [a] uma série de outras matérias em que se envolveu e a que

dedicou a sua vida» (Beça, 2017, p. 4). A sua biografia apresentada abaixo foi feita com recurso ao livro *O legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa*, de Ivo Castro, publicado em 2019.

José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo nasceu em Ucanha, a 7 de julho de 1858 e morreu a 17 de maio de 1941, em Lisboa. Leite de Vasconcelos foi conhecido por ser um linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo português. Durante o curso de Medicina escreveu uma das suas primeiras obras chamada de *Tradições Populares Portuguesas* e editou o opúsculo *Portugal Pré-Histórico* (1885). Ao concluir o curso e após a defesa da tese *A Evolução da Linguagem: Ensaio Antropológico*, em 1886, recebeu o Prémio Macedo Pinto, destinado ao aluno mais brilhante. Assumiu funções de subdelegado de saúde no Cadaval, onde tinha família, durante seis meses. Dois anos mais tarde, depois de ter exercido funções de subdelegado de saúde, médico municipal e presidente da Junta Escolar do Cadaval, decidiu abandonar a carreira médica e dedicar-se ao estudo das suas áreas prediletas: Linguística, Arqueologia e Etnologia. Em 1893, Leite de Vasconcelos atingiu o que se pode considerar o apogeu da sua obra: a criação do Museu Etnográfico Português, o lançamento da revista *O Arqueólogo Português*, em 1895, e o início da publicação da sua principal obra, *As Religiões da Lusitânia*, em 1897. Leite de Vasconcelos compilou, ainda, a secção etnográfica do Museu, no *Boletim de Etnografia* (1920-1937; 5 volumes). No campo da Filologia, destaca-se *Antroponímia Portuguesa* (1928). Quanto aos estudos então designados de Etnografia Comparativa, publicou sucessivamente *Signum Salomonis*, *A Barba em Portugal* e *A Figa*, respetivamente em 1918, 1925 e 1926. Na área relativa à Literatura, foram publicados, após a sua morte, *Romanceiro português* (1958-1960), *Teatro Popular Português* (1974-1979). Com a sua aposentação do cargo de Diretor do Museu, em 1929, Leite de Vasconcelos pôde ainda lançar as bases do seu último grande projeto: a *Etnografia Portuguesa*, cuja publicação em dez volumes abarca aspetos intimamente ligados ao povo português, desde a ocupação do território e a vida material, até às superstições, e à religiosidade, num ambicioso projeto em que o objetivo continuava a ser, como desde o início, o Todo do Homem Português.

A sua importância deve-se ao facto de se dedicar e especializar-se em mais do que um assunto e tema (Beça, 2017, p. 14). Beça (2017, p. 14) regista que «os seus trabalhos não incidem numa só área, abrangem temas como a Filologia, a Etnografia e a Arqueologia, áreas em que Leite de Vasconcelos trabalhou e se especializou simultaneamente com um

propósito comum, estudar o povo português» e, graças a isso, «acrescenta-se (...) a importância de aproveitar as correções e retificações que Leite de Vasconcelos foi fazendo e deixou anotado pelo seu espólio».

Tendo morrido em 1941, Leite de Vasconcelos deixou em testamento o seu espólio pessoal, como a sua biblioteca, espalhados por várias instituições em que teve uma ligação enquanto vivo. Dentro destas instituições, deixou a sua marca e parte do seu espólio à Academia das Ciências, designadamente os livros de medicina, literatura, ciências e filosofia. Deu à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa os livros de literatura, filologia, apontamentos, entre outros documentos. Deixou à Biblioteca Nacional vários manuscritos e cartas, à Imprensa Nacional deu os seus volumes publicados e a publicar da Etnografia Portuguesa e dos Opúsculos. Mesmo assim, é a FLUL que tem o acesso à maior parte do arquivo pessoal de Leite de Vasconcelos.

Beça, em 2017, escreve que Leite de Vasconcelos tinha:

gostos e interesses bastante variados como o percurso profissional do próprio indica. O seu sentido de escrita era aproveitado por qualquer rascunho ou pedaço de papel que de imediato lhe aparecia e no que diz respeito a alguns folhetins de livros já impressos, na sua grande maioria sobre dialetos e linguística, vê-se que estão corrigidos manuscritamente pelo autor, talvez entre divagações de aperfeiçoamento ou mesmo mudanças de ideia sobre o assunto.

E tudo isto, mesmo sendo visto uma pequena parte do espólio, demonstra que está uma grande parcela da vida de um autor, da sua forma de trabalhar, pensar e do seu trajeto de vida enquanto indivíduo de relevo para a comunidade científica.

O arquivo pessoal de Leite de Vasconcelos, custodiado pelo Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo um dos primeiros a fazer parte desta divisão da Biblioteca da FLUL, demonstra a importância da preservação e do estudo e divulgação do seu legado intelectual e cultural, que foi importante para a comunidade académica e cultural. Estamos perante um arquivo pessoal que, como todos, valoriza a memória e o seu contributo para o conhecimento.

3.2 Um Novo Perfil do Arquivo Histórico

Constantemente, chegam ao Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa novos “espólios”, tanto de arquivos pessoais, de arquivos de família, como institucionais ou bibliotecas privadas de autores ou professores.

Fundos como o de Rui Mário Gonçalves ou o de Manuel Viegas Guerreiro, entre outros arquivos mais recentes que chegaram ao Arquivo, mostram um ponto de viragem de como a organização e representação da informação.

Dentro destes espólios, alguma da sua informação já se encontrava pré-organizada, o que facilita o trabalho futuro de organização e representação. Cada vez mais, os «novos» arquivos tendem a ter mais volume em termos de documentação, que não se baseiam só em papel, onde os novos tipos de suportes de registo começam a emergir. Sendo assim, podemos encontrar correspondência manuscrita, mas ao mesmo tempo correspondência eletrónica no mesmo espólio. As fotografias também sofrem essa mudança para bancos de imagens digitais. A partir disto, é preciso saber com o que se trabalha, especialmente o arquivista, onde se deve adotar outro tipo de ferramentas tecnológicas que mantenham a preservação e a integridade dos documentos, de forma digital, e não só se basear nos meios tradicionais de conservação e descrição.

Quando chegam novos “espólios” ao AHFLUL, é um sinal da riqueza e da diversidade das áreas que estão a ser representadas. Dentro destes dois arquivos pessoais, dados como mero exemplo, encontramos correspondência, poemas, notas, faturas, cheques, convites, listas de vocabulário, textos manuscritos, bilhetes de avião, livros, provas escritas de avaliação, jornais, entre outros materiais, que refletem uma vida dedicada em termos académicos e profissionais.

Os produtores de documentos participam, muitas vezes, no próprio processo de organização dos seus espólios, antes de serem doados, isto pode dever-se ao facto de haver um contexto próprio da documentação, que deve seguir uma ordem predefinida. Porém, esta organização ajuda e facilita o trabalho de integração nos arquivos, como preservam as intenções de ordem original do produtor. Podemos tomar isto como novas formas de organização para quem estuda e adotar diferentes regras ou normas para manter a integridade. Isto implica que seja preciso uma mudança de paradigma do arquivista, técnico para o investigador, cientista da informação, que investiga o produtor do arquivo e o arquivo que organiza e representa.

O facto de chegarem novos espólios especificamente ao AHFLUL demonstra o valor e o interesse nesta instituição, sendo um ato de confiança para preservar tantos arquivos de tantas pessoas que têm um vínculo, de algum modo, à Faculdade. Isto é, como a Faculdade de Letras tem uma longa tradição académica, é normal que seja professores e

investigadores queiram deixar os seus arquivos pessoais preservados num local de confiança. Além disso, com o prestígio cultural e científico reconhecido à Faculdade de Letras, faz com que as pessoas e/ou famílias, como as instituições ou outro tipo de arquivos, queiram doar os seus espólios à instituição de modo a contribuir para o enriquecimento arquivístico. Da mesma forma, o dinamismo e os contactos entre os docentes e os investigadores com certas figuras importantes incentivam para a entrada de novos fundos, em que a Faculdade de Letras tem um papel direto e ativo na sua obtenção. Portanto, é natural e corrente que existam eventos na Faculdade, como exposições sobre certos produtores dos espólios, de modo a promover o seu arquivo, como fonte de memórias e de investigação.

4. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

Os dados recolhidos na revisão da literatura sobre os arquivos pessoais e os arquivos de família mostram que o conceito de arquivo tem várias facetas. Pode associar-se a um local físico onde se armazenam os documentos, preservando-os para serem futuramente consultados, ou então à questão da preservação de uma memória individual e coletiva, vista através da organização e representação destes documentos e do seu conteúdo.

Certos autores, como Terry Cook, defendem que os arquivos representam os registos das interações humanas, com o objetivo de preservar as evidências e as informações de uma época específica e analisar os costumes, formas de viver, entre outros. Pearce-Moses também contribui para essa visão, uma vez que afirma que os arquivos integram os materiais que são recebidos ou criados pelos seus produtores, sendo um indivíduo, uma família ou instituição. Assim, é possível manter o valor informativo, como evidências do seu passado e as respetivas atividades dos produtores.

O termo ‘organicidade’ é fundamental quando se trata de arquivos. Segundo a NP4041 (2005) e o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), essa característica evidencia a relação natural entre os documentos em função das atividades de quem as gerou. Assim, acaba por ser importante para manter o contexto e a autenticidade documental, de modo a preservar a ordem original dos arquivos.

Pode determinar-se que os arquivos não são só coleções isoladas que têm documentos, uma vez que são conjuntos organizados que devem refletir uma trajetória da entidade que produziu esses documentos. De tal forma que se sustenta na necessidade de haver instrumentos de acesso à informação que considerem o conteúdo dos documentos e o seu contexto ao mesmo tempo.

Através da revisão da literatura, pode destacar-se três componentes relevantes para uma descrição documental/da informação, ou seja, ao conteúdo, ao contexto e à estrutura. Laura Millar (2017) argumenta que essas três componentes são importantes para se compreender os documentos presentes nos arquivos. O conteúdo refere-se às informações textuais, visuais ou sonoras contidas dentro do arquivo. A estrutura representa as características físicas que demonstram como o documento foi criado e mantido, isto inclui o formato, o suporte e a sua organização interna. Já o contexto está relacionado com as circunstâncias pessoais à volta da criação dos documentos, que é importante pois identifica os criadores de tal informação, a sua utilização e também os motivos da sua

geração. Para isto se manter conforme o que é suposto – organizado – os instrumentos de acesso à informação têm de seguir estas dimensões para promover uma gestão arquivística eficiente.

Uma das partes importantes na análise dos dados é a transição do arquivo físico para o digital. Laura Millar (2017) reflete que, há duas décadas, os arquivos eram maioritariamente compostos por documentos físicos; porém, atualmente, podem abranger *e-mails*, vídeos, páginas da *Web*, entre outros. Esta evolução digital traz alguns desafios em relação à descrição documental. Nos documentos físicos, temos uma compreensão mais clara em relação ao contexto e à sua estrutura; já nos documentos digitais muitas vezes isto pode perder-se, especialmente a ordem original dos documentos, que depende da forma de como o produtor a formatou. Além disso, a fragmentação dos dados digitais e a obrigação de garantir a sua preservação exige aos arquivistas, historiadores e profissionais da informação novos conhecimentos e novas abordagens.

Percebe-se que os instrumentos de acesso à informação precisam de ser adaptados conforme a mudança digital, de modo a manterem-se relevantes e utilizáveis. Para tal, seria plausível a implementação de novas normas atualizadas para a descrição digital, para que os profissionais possam lidar com esta nova realidade da melhor forma, sem comprometer os documentos, a informação e a sua acessibilidade.

Em relação aos instrumentos de acesso à informação, têm, segundo Rousseau e Couture (1998), um papel importante, uma vez que são os meios pelos quais a organização dos arquivos é feita de forma simples e acessível, para que as informações cheguem aos utilizadores. Heredia Herrera (1989) explica essa ideia, afirmando que a descrição documental envolve uma análise do conteúdo, uma análise das características de um tal documento e também tem em conta os dados para a sua localização e acesso aos mesmos. Para isso é necessário ter uma descrição exata, precisa e apropriada, para garantir que a informação esteja disponível para os investigadores e utilizadores no geral.

Através de glossários e dicionários, fica perceptível que os IDD/IAI são documentos que são elaborados com o objetivo de estabelecer controlo e acessibilidade sobre os fundos documentais. Estes instrumentos incluem vários tipos de registos, como os guias, os inventários e os catálogos, entre outros, que ajudam a organizar e a facilitar o acesso ao conteúdo que está armazenado nos arquivos. Além disso, Carlos Guardado da Silva (2021) apresenta como instrumentos de mediação, uma vez que enfatiza a capacidade

desses documentos de conectarem os investigadores aos arquivos. Estes instrumentos são importantíssimos para o controlo, de forma que reduz o manuseamento direto, o que preserva a integridade do documento e do acervo no geral.

Os instrumentos de acesso à informação podem ser considerados flexíveis, pois podemos recorrer aos guias simples até às descrições mais detalhadas, dependendo da profundidade que se pretende para responder às necessidades que são exigidas. Também no livro *Olhares Cruzados entre Arquivistas e historiadores*, no capítulo IV intitulado «Arquivos de personalidades políticas», no subcapítulo «Arquivos de personalidades políticas no IAN/TT» (2004), Lucília Runa, na página 149, argumenta que «o facto de nem sempre disporem de instrumentos de descrição documental e a grande diferença desses instrumentos, até ao nível de descrição a que descem, dificulta o trabalho de investigadores e arquivistas», portanto sem os mesmos não há como ter uma compreensão dos documentos e uma busca facilitada por informações mais específicas.

Os guias são instrumentos que têm o objetivo de descrever os fundos presentes nos arquivos de uma ou várias entidade custodiadoras. De acordo com o ICA, os guias podem incluir várias informações gerais sobre os serviços do arquivo ou os serviços que são prestados. De acordo com o *Dicionário Arquivístico/Gestão Documental*, de 2021, o guia é definido como «instrumento de descrição documental que descreve um ou mais acervos documentais, ao nível do(s) fundo(s)». Do mesmo modo outro dicionário como o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, de 2005, define um guia como um «instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos».

O inventário é um instrumento mais detalhado em termos de descrição documental, que descreve o fundo até ao nível da série, onde se enumeram as unidades de instalação, apresentando um quadro de classificação (DGA, 2007). Hamill (2021) ressalta que os inventários são usados, pois descrevem o conteúdo informacional, uma vez que facultam as informações sobre o seu produtor. Assim, é possível facilitar a identificação de registos que são mais relevantes.

Por último, o catálogo é o IDD que chega ao nível mais individual, e pode ser aplicado aos fundos ou a coleções específicas (DGA, 2007). Hensen e a SAA (1989) explicam que os catálogos fazem parte de um sistema de descrição mais abrangente, que integra outros tipos de instrumentos de pesquisa.

Inclui-se aqui o guia de fundos, uma vez que é o objeto prático deste estudo, sendo o fundo definido como um conjunto de documentos que foi reunido por uma entidade ou pessoa em função das suas atividade. O guia elaborado por nós reúne todos os fundos pessoais e de família presentes no AHFLUL, com o objetivo prático de facilitar o acesso aos respetivos fundos, para que os utilizadores possam identificar os conjuntos documentais mais importantes para as suas pesquisas. Com a elaboração do guia de fundos, foi possível compreender alguns princípios arquivísticos, designadamente respeito pela proveniência e o respeito pela ordem original que garantem a organicidade dos documentos/da informação. Para além disto, o guia de fundos foi feito para tentar fornecer as informações suficientes para orientar as pessoas, sem conter detalhes considerados desnecessários.

Em relação ao estágio curricular no AHFLUL, a criação deste guia de fundos foi uma tarefa desafiante, mas enriquecedora. A diversidade dos arquivos, tanto de natureza pessoal como de natureza familiar exigiu em cada uma abordagem diferente, pois cada fundo é diferente e reflete o seu produtor.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise dos dados que foram retirados da revisão da literatura, torna-se importante discutir alguns pontos essenciais que surgem sobre o tema: instrumentos de acesso à informação em arquivos pessoais e arquivos de família.

Em primeiro lugar, o estudo aprofundado sobre os arquivos pessoais e os arquivos de família demonstrou que o conceito de arquivo é complexo, pois não é apenas um espaço físico onde se armazenam documentos, mas também existe a dimensão que é imaterial, relacionada à preservação da memória individual e da memória coletiva.

Relembrando os objetivos deste relatório, temos em primeiro lugar «Analisar os Arquivos Pessoais que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data de 7 de Outubro de 2024»; em segundo, «Analisar os Arquivos de Família que estão sob custódia do AHFLUL, existentes até à data de 7 de Outubro de 2024»; em terceiro, «Utilizar as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) para a construção do Guia de Fundos»; e, por último, «Desenvolver práticas e conhecimentos arquivísticos sobre como os Arquivos Pessoais e de Família podem ser classificados de acordo com as regras convencionais.

Em relação aos dois primeiros objetivos, na revisão da literatura, Terry Cook e Pearce-Moses estabelecem os arquivos como registos de interações humanas, que foram e são importantes para compreender os costumes e os modos de vida de uma dada época. Portanto, esta perspetiva demonstra que a análise dos arquivos pessoais e de família no AHFLUL permitiram perceber como é que esses documentos podem refletir as vivências dos indivíduos, facilitando a comprovação de factos históricos.

Outro facto importante é a organicidade dos arquivos, que é mencionada múltiplas vezes, através da NP4041 (2005) e, também, pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, de 2005. Existe o reforço da relação natural entre os documentos e as atividades ao longo da vida do seu produtor, em que se preserva o sentido original do fundo. E esta noção foi fundamental para orientar a classificação dos arquivos pessoais e dos arquivos de família, que existem no Arquivo Histórico. Portanto aqui, temos um enquadramento do objetivo quatro deste relatório, em que neste objetivo houve o desenvolvimento de práticas arquivísticas que tiveram como base as regras convencionais de organização e classificação.

Também durante a criação do guia de fundos, houve a preocupação acerca dos três aspetos que Laura Millar (2017) menciona: o conteúdo, a estrutura e o contexto. O

conteúdo é essencial porque assim podemos compreender a informação que está integrada nos documentos. A estrutura permite identificar quais são as características físicas e organizacionais dos fundos. Por sua vez, o contexto é a razão para identificar a proveniência dos documentos e qual a sua função principal e original, o que exige uma descrição mais rigorosa e específica. Sendo assim, considera-se aqui o objetivo número três deste relatório, uma vez que foi considerada e exigida a utilização de duas normas: a ISAD(G) e a ISAAR(CPF), de modo a garantir que a descrição de todos os fundos seguisse os padrões internacionais.

Com isto, destaca-se um elemento importante, que é a evolução dos arquivos físicos para os digitais, conforme foi apontado por Millar, em 2017. Isto trouxe alguns desafios para os Instrumentos de Acesso à Informação. A classificação da informação eletrônica encontra-se muitas vezes fragmentada e repartida, pois depende dos formatos que os proprietários lhes deram, o que dificulta a sua manutenção e organicidade. Durante o estágio, nem todos os arquivos se encontravam com descrições feitas; apenas uns, tal como o fundo de Fiama Hasse Pais Brandão e o Fundo Leite de Vasconcelos, que dispõem de IAI. Neste aspeto, a literatura indica que os IAI têm a função de organizar e também de promover o acesso aos arquivos. Rousseau e Couture, em 1998, destacaram que estes instrumentos tornam e são a razão de manter os arquivos organizados, mais intuitivos para os investigadores. Já Heredia Herrera, em 1989, realçou a necessidade de haver uma descrição documental bem feita e apropriada para garantir a acessibilidade da informação. Neste contexto, com o estágio no Arquivo Histórico da FLUL e a criação do guia de fundos, foi possível ver que sem a existência destes instrumentos, a investigação pelos fundos foi mais difícil, mais exaustiva e trabalhosa, uma vez que não existem IAI para todos os fundos.

Tendo em conta o guia de fundos, consideram-se os diferentes tipos de Instrumentos de Acesso à Informação, como os guias, os inventários e os catálogos. Para o ICA e o *Dicionário Arquivístico/Gestão Documental* (2021), os guias são os IAI de descrição mais geral, que permitem ter uma visão global dos fundos. Os inventários são feitos de forma mais detalhada, pois, segundo a DGA (2007), chegam ao nível das séries, enquanto os catálogos possibilitam a descrição mais específica e facilitam uma localização mais exata dos documentos. Isto demonstra que os IAI são necessários e que garantem a preservação dos documentos e o seu uso.

Com a criação do guia de fundos, podem ver-se as especificidades dos arquivos pessoais e dos arquivos de família que estão sob custódia do AHFLUL. Compreende-se, também, que cada fundo mereceu uma classificação e uma abordagem diferente devido às especificidades dos seus produtores, uma vez que cada um tem propriedades únicas. Assim, a aplicação das duas normas já referenciadas – ISAD(G) e ISAAR(CPF) – demonstraram grande importância para haver uma estrutura coerente na descrição dos arquivos.

Os resultados que foram obtidos entram, em grande parte, em conformidade com a revisão da literatura, principalmente quando nos referimos à importância da descrição arquivística para a organização dos documentos e a sua acessibilidade. A aplicação das normas não foi um exercício complicado, mas nos fundos que foram revistos não foi possível obter alguma informação, uma vez que estavam em fase de tratamento. Muitos documentos foram contextualizados e interpretados de modo adicional, por falta de dados.

Com isto, é possível afirmar que a criação de um guia de fundos facilita o acesso à informação, sendo permitido aos investigadores e outros potenciais utilizadores com interesse identificar rapidamente quais são os conjuntos documentais mais relevantes naquele momento. Além disso, o próprio guia de fundos sumariza os fundos, sendo também relevante para a preservação da memória histórica, pois garante que os documentos sejam descritos e estruturados de forma eficiente. Porém, o estudo revelou que existe a necessidade de uma adaptação aos padrões dos fundos mais específicos, pois nem todos seguem a mesma lógica estrutural.

Uma das principais implicações é a sustentação nos Instrumentos de Descrição Documental no acesso à informação e a falta dos mesmos. A organização arquivística necessita e depende dos IAI para garantir que a informação chegue aos investigadores e demais utilizadores da melhor forma possível. Se não há um sistema de descrição bem feito ou mesmo a inexistência de um, isso dificulta e compromete o uso dos arquivos pessoais como fonte de informação. Seria aconselhável manter e reforçar a ideia contínua de que os guias, inventários ou catálogos são de extrema importância para localizar as informações.

Os resultados também dão conta, pelo menos por parte do AHFLUL, que a falta de profissionais mais qualificados também dificulta o trabalho, uma vez que não existe

capacidade de resposta para responder a todas as especificidades dos arquivos. É compreensível que a gestão de cada arquivo exige conhecimentos que vão mais além das normas tradicionais. Existem conceitos que têm de se manter, incluindo o entendimento sobre a organicidade dos documentos, as formas de produção dos registos pessoais e familiares, e de certo modo, melhorar as práticas de descrição e de preservação.

Por último, é importante ressaltar que apesar de haver resultados positivos, o estudo apresentou limitações. É certo que foi possível obter-se uma visão mais detalhada sobre o que são os arquivos pessoais e os arquivos de família, assim como os instrumentos de acesso à informação. Neste estudo, apenas foram documentados os arquivos disponíveis até 7 de outubro de 2024, data da assinatura do termo, pelo que não integra novos fundos que foram objeto de incorporação posteriormente. Deste modo, arquivos incorporados mais recentemente não foram considerados para este trabalho, e portanto, carecem de um IAI que ajude à sua identificação e localização dos documentos. Outra limitação relaciona-se com o facto de os arquivos pessoais e os arquivos de família terem características diferentes, apesar de haver a tentativa de estabelecer-se um modelo de descrição arquivística padronizado, seguindo as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF). Existem partes em que foram feitas algumas adaptações, de modo a atender à diversidade dos arquivos.

O tempo disponível no estágio foi suficiente para ver todos os fundos (novamente, existentes até à data da assinatura do termo de estágio), porém o processo de análise dos documentos, da sua classificação mais geral e da sua descrição exigiram um período de grande trabalho, de revisão e de procura de informação, que muitas vezes era difícil de obter.

CONCLUSÃO

O relatório de estágio motivou a uma análise mais profunda dos arquivos pessoais e dos arquivos de família de um modo mais geral e no contexto de relatório de estágio, num estágio realizado no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Com isto, foi possível destacar a importância da organização arquivística, bem como da sua representação, designadamente a descrição dos fundos de modo a promover a sua acessibilidade. A experiência prática pôs à prova o meu entendimento sobre os desafios que são enfrentados, tanto na aplicação das normas, como na falta de Instrumentos de Acesso à Informação ou até mesmo nas especificidades de certos arquivos. Deste modo, foi possível identificar aspetos positivos, assim como algumas lacunas no processo de gestão e organização dos arquivos.

É preciso ter em conta que esta relação dos IAI e dos arquivos pessoais e de família é importante para manter a organização, a preservação e a acessibilidade dos fundos. Os IAI permitem que os investigadores e qualquer utilizador possa compreender da melhor forma o seu conteúdo, o seu contexto e a sua estrutura. Estes arquivos (pessoais e família) foram formados ao longo de uma vida, que refletem as atividades, os interesses e as relações entre os produtores e a sua vida social. Se não há instrumentos de descrição adequados ou bem elaborados, a busca por documentos fica condicionada, o que torna o processo mais complexo ainda.

Deste modo, a resposta à pergunta inicial de partida - *De que modo os instrumentos de acesso à informação são facilitadores da mediação entre os Arquivos Pessoais e Arquivos de Família sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e os potenciais interessados?*- é a de que os IAI têm um papel importante na mediação entre os arquivos pessoais e de família e os seus reais e potenciais utilizadores na medida em que facilitam e promovem o acesso à informação. Estes arquivos guardam documentos de pessoas e famílias socialmente relevantes, merecendo, pois, ter procedimentos adequados para que possam ser acedidos e compreendidos. Desta forma, os IAI, como os catálogos, os inventários e os guias são indispensáveis para haver uma organização e representação do conteúdo dos arquivos. Os instrumentos de acesso à informação são o meio entre os documentos e os seus investigadores, permitindo que se encontre informações dentro de uma gigante dimensão de documentos. Com o crescimento gradual de arquivos digitais, os IAI revelam-se ainda mais importantes, pois ampliam a acessibilidade aos arquivos. Isto possibilita que quem queira ver algum

documento possa consultar o arquivo de forma mais rápida, sem limitações físicas, numa experiência mais prática e evoluída. Os arquivos tornaram-se um património documental e, desta forma, a experiência digital pode atrair um público mais abrangente e inclusivo.

Além disso, as exposições feitas e publicações sobre os fundos têm uma função importante na mediação entre os arquivos e os seus interessados. Ao divulgar os arquivos pessoais e de família, o AHFLUL, coloca a oportunidade de um grande público, académico e não académico, que se comprometa e se cativa com o património documental, através da promoção e do reconhecimento da história dos produtores e das famílias. Então é possível declarar que o processo de mediação é facilitado através dos IAI, pois desenvolve a valorização documental e da informação registada para o público interessado.

Sobre os aspetos positivos encontrados durante o estágio, foi possível ter acesso a documentos e IAI já pré-feitos que facilitaram a procura pela informação dos espólios, recorrendo, assim, a tabelas em Excel feitas por professores e alunos que não vieram ainda a ser publicados, dissertações e outros documentos que constam tanto no *website* da Faculdade de Letras, como no RCAAP. Por outro lado, as dificuldades encontradas foram maioritariamente no acesso a certos ‘espólios’, uma vez que não se encontravam acondicionados em unidades de instalação, e mesmo assim, os que já se encontravam provisoriamente arrumados, não tinham nenhum tipo de organização. A maioria da identificação dos arquivos pessoais que foram vistos e que se encontram organizados foi feita no decorrer dos estágios e dos relatórios de estágio elaborado pelos alunos, e alguns, claro, pelos professores.

Sendo assim, podemos justificar esta falta de organização pela falta de mão-de-obra para se conseguir organizar os arquivos conforme as normas pretendidas. Mesmo sendo uma ideia e um trabalho demorado, é preciso que os ‘espólios’ estejam organizados para que se tornem acessíveis ao público da forma mais simples possível.

Para o futuro, seria importante investir mais na criação de diretrizes um pouco mais estruturadas que tenham como principal objetivo a organização dos arquivos pessoais e dos arquivos de família. A integração deste tipo de diretrizes, no tratamento arquivístico, pode tornar o trabalho técnico ser mais eficiente e, assim, o uso de tecnologias digitais pode ser facilitado e pode representar um grande avanço. E com estas iniciativas digitais e a criação de bases de dados que sejam acessíveis ao público podem mudar e facilitar a

consulta da informação acumulada e manter, acima de tudo, a preservação dos arquivos. É claro que isto precisaria de ter a colaboração entre as instituições acadêmicas ou as entidades detentoras, os investigadores e os profissionais. Só assim será possível estimular o desenvolvimento das abordagens metodológicas que possam otimizar o acesso à informação, de forma sustentável.

Com base no que foi referido, seria importante que o AHFLUL pudesse implementar outras estratégias para melhorar a organização dos arquivos e a acessibilidade dos documentos. A principal medida seria ter mais recursos humanos, embora exija um custo elevado, mas ter-se-ia uma organização e representação dos arquivos mais sistemática e de acordo com as normas. Para além disto, seria interessante adicionar um plano de digitalização, uma vez que pode ampliar o acesso à informação de modo a reduzir certas dificuldades encontradas ao longo do caminho pelos investigadores. Com este trabalho, vale salientar, também, a importância do Instrumentos de Acesso à Informação, podendo haver mais promoções de sensibilização e de formação sobre os mesmos, valendo para os profissionais que são da área, como todos aqueles que pretendam saber mais sobre arquivística e arquivos.

Concluindo, a experiência que adquiri durante o tempo do estágio permitiu-me ter um contato muito direto com os arquivos e com a realidade da organização arquivística. Assim foi-me possível aprofundar e compreender certos termos e a importância da descrição documental. Tentar compreender os procedimentos feitos, como mediação entre os documentos e a fase final – chegar aos utilizadores – foi das partes mais complicadas, mas ao mesmo tempo satisfatória, uma vez que pude entender como é feito parte do tratamento arquivístico, mesmo que em pouco tempo. A interação que tive com os arquivos pessoais e o arquivo de família fortaleceu a importância de se preservar a memória individual e coletiva, que próximas gerações poderão ter acesso a esses registos de forma eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, I. [et al.]. (1993). *Dicionário de terminologia arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Alves, T. (2017). *Representação descritiva da informação arquivística: proposta de descrição de medalhas no Acervo José Simeão Leal*. Dissertação para obtenção do grau mestre em Ciência da Informação.
- André, M. (1995). *Etnografia da prática escolar*. Papyrus.
- Association des Archivistes Français. (1970). *Manuel d'archivistique, Théorie et pratique des archives publiques en France*. S.E.V.P.E.N., pp. 22-23.
- Baumann, E. (2011). *O Arquivo da Família Calmon à Luz da Arquivologia Contemporânea*. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.
- Beça, F. (2018). *O Espólio de Leite de Vasconcelos: O Pacote D18*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Crítica Textual.
- Bellotto, H. (1998). *Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook*. Fundação Getúlio Vargas.
- Bellotto, H. (2002). *Arquivística: Objetos, princípios e rumos*. Associação de Arquivistas de São Paulo.
- Bellotto, H. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Edição FGV.
- Berg, T. (2017). *Arquivos pessoais: Experiências e perspectivas*. Associação de Arquivistas de São Paulo.
- Berner, R., & Haller, U. (1984). *Principles of Archival Inventory Construction*. American Archivist.
- Bogan, K. (2024). *Bridging the Gap: Integrating Archival Descriptive Best Practices in an Item-Level Dominated Museum Culture*. *International Journal of Librarianship*, 9(2), 28-41.
- Brasil. (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Arquivo Nacional.
- Câmara, P. (2023). Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXVI-2, pp. 157-177.
- Camargo, A. M. (2009). Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

- Carpes, F. (2013). *O património documental e a memória da universidade: um instrumento de acesso aos atos legais e normativos da UFSM*. Dissertação de mestrado para obtenção do grau mestre em Património Cultural.
- Castro, I. (2019). *O Legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa*. Imprensa Nacional.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2004). *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. Segunda Edição*. International Council on Archives.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2000). *ISAD(G): Norma Geral de Descrição Arquivística, Segunda Edição*. International Council on Archives.
- Cook, T. (1998). Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós Moderno. *Revista Estudos Históricos*, v. 11 n. 21.
- Coup, B. (2021). *The Value of a Note: A Finding Aid Usability Study*. *Journal of Contemporary Archival Studies*, 8(1): Article 13.
- Coutinho, C. (2009). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Almedina.
- Couvaneiro, J. (2013). *A Universidade de Lisboa séculos XIX-XX, Volume 2*. LETRAS, Capítulo: do curso Superior de Letras à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CPDOC: Fundação Getúlio Vargas. (2024). *O que são arquivos pessoais?* [LINK???????](#)
- Cruz Mundet, J. (2006). *La gestión de documentos en las organizaciones*. Ediciones Pirâmide.
- Daniels, M. (1984). *Introduction to Archival Terminology*. A Modern Archives Reader: Basic Readings on Archival Theory and Practice. National Archives Trust Fund Board: 336-342.
- Dias, C., Rodrigues, A. C., & Silva, C. G. (2023). Arquivo, Cidade e Família: O Arquivo de Família como Patrimônio Documental do Município de Niterói-RJ. *Revista EDICIC*, 3(2), 1–15.
- Ducrot, A. (1998). *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*. Estudos Históricos.
- Duranti, L (1998). *Diplomatics: New Uses for an Old Science*. Lanham, MD: Society of American Archivists and Association of Canadian Archivists, in association with Scarecrow Press.

- Espigares, P., & Palma, M. (1991). *El Archivo como Servicio: Instrumentos de Control y de Difusion*. Baetica, estudios de arte, geografia e historia.
- Fachin, J. (2013). *Parâmetros Arquivísticos Sobre Arquivos Pessoais*. ÁGORA.
- Fonseca, V. (2023). Arquivos pessoais e direitos humanos. *Estudos Históricas*, 36(79), pp. 112-128.
- Fox, M. (2011). Por que Precisamos de Normas. *Acervo*, pp. 23–30. Tradução por Maria Elisa Bustamante.
- Gilliland-Swetland, A. (2000). *Enduring Paradigm, New Opportunities: The Value of the Archival Perspective in the Digital Environment*. Council on Library and Information Resources Washington, D.C.
- Gomes, A. (2009). Arquivos pessoais, desafios e encantos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, p. 22-25.
- Gracy II, D. (1974). *Finding Aids are Like Streakers*. Georgia Archive.
- Guelfi Campos, J. (2013). Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. *Inf. Inf.*, Londrina, 18(2), pp. 150 – 167.
- Hackbart-Dean, P., & Slomba, E. (2012). *How to Manage Processing in Archives and Special Collections*. Society of American Archivists.
- Hamill, L. (2021). *Archives 101*. Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc.
- Hensen, S. (1993). The First Shall Be First: APPM and its Impact on American Archival Description. *Archivaria* 35: 64–70.
- Hensen, S., & Society of American Archivists. (1989). *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: A Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries*. Society of American Archivists.
- Heredia Herrera, A. (1989). *Archivística general: teoria y practica*. Diputación Provincial de Sevilla.
- Heredia Herrera, A. (2003). *El principio de procedência - y los otros principios de la archivística*. Associação de Arquivistas de São Paulo. <https://www.anabad.org/antonia-heredia/el-principio-de-procedencia-y-los-otros-principios-de-la-archivistica/>
- Hobbs, C. (2001). The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. *Archivaria*, 52.

International Council of Archives. (2001). *Relatório do Sub-Comité sobre os Instrumentos de Descrição. Orientações para a Preparação de Apresentação de Instrumentos de Descrição*. Comité Das Normas De Descrição.

International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems: Team Mexico. (2012). *Glosario Interpares de Preservación Digital*. InterPARES 3 Project.

King, O. (2024). *Archival meta-metadata: revision history and positionality of finding aids*. GBH Archives, WGBH Educational Foundation.

Krtalić, M., Dinneen, J. D., Liew, C. L., & Goulding, A. (2022). *Personal Collections and Personal Information Management in the Family Context*. *Library Trends*, Volume 70, Number 2, Fall 2021, pp. 149-179.

LeFevre, W. (2010). *How to Keep Union Records*. Society of American Archivists, 33–46.

Light, M., & Hyry, T. (2002). Colophons and Annotations: New Directions for the Finding Aid. *The American Archivist*, Vol. 65, No. 2, pp. 216-230.

Lopez, A. (2002). *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.

Maher, W. J. (1992). *The Management of College and University Archives*. Society of American Archivists, Scarecrow Press.

Mariz, A., Silva, A. M., & Cordeiro, R. (2020). As fotografias nos arquivos pessoais e familiares: para uma revisão teórica. *Páginas a&b*. S.3, nº 14: 74-90.

Mendes, A. (2016). Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo. *Páginas a&b*. S.3, nº especial, 14-25.

Mesas-Redondas na Torre do Tombo. (2004). *Olhares Cruzados entre Arquivistas e historiadores*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Millar, L. (2017). *Archives: Principles and Practices*. Facet Publishing.

Miller, F. M. (1990). *Arranging and Describing Archives and Manuscripts*. Society of American Archivists.

Nascimento, F. (2024). Os arquivos pessoais em dois atos Narrativas históricas e contra-históricas. *Acervo*, 37(1), pp. 1-29.

Niu, J. (2021). *The need for shared personal/family archivists*. *Archival Science*.

Oliveira, I. (2009). Arquivos Pessoais, Arquivos de Memória e o processo de indexação. Fundação Getúlio Vargas.

Oliveira, J. (2023). *Arquivo pessoal Joaquim Veríssimo Serrão: estudo biográfico e proposta de quadro de classificação*. Dissertação de mestrado, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Padrón, D., & Fujita, M. (2017). *La representación de documentos y autoridades archivísticas: una mirada desde la perspectiva de la normalización*. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22(2), p.211-231.

Patrício, S. (2022). *O que posso encontrar nos arquivos municipais do Alentejo? Os instrumentos de descrição documental da região Alentejo*. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação.

Pearce-Moses, R. (2005). *A Glossary of Archival and Records Terminology*. The Society of American Archivists.

Peixoto, P. (1991). Os Arquivos de Família. *Cadernos BAD*, pp. 33-44.

Peixoto, P. (1995). O Valor dos Arquivos de Família. *Cadernos BAD*, pp. 41-51.

Pené, M., Bossié, F., Calvente, V., & Gímenez, F. (2020). Los archivos personales conservados en bibliotecas universitarias argentinas y su importancia para la investigación y la cultura. *Investigación bibliotecológica*, 35(86), pp. 143-160.

Pereira, Z. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Informação e Documentação.

Phothongsunan, S. (2010). *Interpretive Paradigm in Educational Research*. *Galaxy*.

Pinheiro, N. (2018). *Discursos cruzados - memória e arquivo, individual e coletivo*. *Vista* n.º 2, memória cultural, imagem e arquivo, pp 127 – 147.

Pollard, R. (2001). The Appraisal of Personal Papers: A Critical Literature Review. *Archivaria*, 52.

Portugal. (2021). *Dicionário Arquivístico/Gestão Documental*. República Portuguesa: Economia e Transição Digital.

Portugal. (2007). *Direção Geral De Arquivos: Orientações Para a Descrição Arquivística*. Direção Geral de Arquivos.

Portugal. (2018). *Glossário de Termos Arquivísticos*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Portugal. (2005) *Norma Portuguesa 4041: Informação e documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos*. Instituto Português da Qualidade.

- Prado, H. (1974). *A técnica de arquivar*. Livros Técnicos e Científicos.
- Ribeiro, F. (2014). *Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rousseau, J., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Publicações Dom Quixote.
- Runa, L., & Sousa, J. (2003). Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar. *Cadernos BAD*, (2). <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.850>.
- Sá, C. (2011). *O acesso aos arquivos paroquiais: proposta de um modelo de instrumento de descrição documental para os arquivos de Santo Estevão e São Miguel de Alfama, Lisboa*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, A. M. (1992). *Arquivos de Família e Arquivos Pessoais: algumas notas para o seu estudo e organização*. Informação, Ciência, Cultura: Bibliotecas e Arquivos para o Ano 2000.
- Silva, C. G. (2021). *A cidade de Lisboa na Idade Média: fontes de informação do Arquivo Municipal*. Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.
- Silva, C. G. (2020). O lugar dos ‘Arquivos Pessoais’ na arquivística internacional. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 33, pp. 95-108. https://doi.org/10.14195/2182-7974_33_2_4
- Silva, C. G. (2021). Investigação Documental. Em S. P., Gonçalves, J. P., Gonçalves, , & C. G. Marques (Coord.), *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp. 103-123. PACTOR.
- Silva, G. (2010). *O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa*. Portal dos Psicólogos.
- Silva, M. (2015). *O Arquivo e o Lugar: Custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção dos arquivos*. Eduff.
- Simões, S. (2012). *Metodologia de avaliação de aplicações para descrição de arquivo definitivo*. Dissertação de mestrado, Ciências da Documentação e Informação Arquivística, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Society of American Archivists. (2019). *Describing Archives: A Content Standard*. Society of American Archivists.
- Stazić, M. (2016). *Access to Archival Materials: Benefits and Limitations of Existing Descriptive Practices*. Trabalho de diploma.
- Técnico de Lisboa. (2024). *Glossário Técnico*. Núcleo de Arquivo: NArQ.
- United States Code. (S.d.). United States, Government Printing Office. <http://straylight.law.cornell.edu/uscode/>

Veliz, M. S. (2020). Archivos, familias y espectros en el documental latinoamericano contemporáneo. *Culturales*, 8, 1–29. <https://doi.org/10.22234/recu.20200801.e453>.

Wiedeman, G. (2019). The Historical Hazards of Finding Aids. *The American Archivist*, 82 (2): 381–420.

Wiley, B. (1954). Historians and the National Register. *The American Archivist*, 17(4): 325–330.

Zachert, M. (1969). Sources: Personal Records as Historical Sources. *The Journal of Library History*, Vol. 4, No. 4, pp. 337-340.

APÊNDICE

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE
DE LETRAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

OS ARQUIVOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA

GUIA DE FUNDOS

Atualizado a 15 de março de 2025, por Ana Santos

Lisboa, 2025

Guia de Fundos dos Arquivos Pessoais e de Família do Arquivo Histórico.

Este Guia de Fundos identifica e caracteriza os Arquivos Pessoais e os Arquivos de Família custodiados pelo Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O Guia foi elaborado a partir de uma descrição arquivística dos acervos documentais que têm vindo a ser tratados, organizados, descritos e que estão disponíveis pelo AHFLUL.

Elaborado por:

Ana Santos, n.º 157943, sob avaliação para o relatório de estágio do Mestrado de Ciências da Documentação e Informação.

Datas:

Descrições dos fundos feitas entre as datas: 11 de outubro e 27 de novembro de 2024.

Do Curso Superior de Letras à Faculdade de Letras

Como não foi possível obter informações sobre a história do Arquivo Histórico, é importante abordar um pouco a história do Curso Superior de Letras e como culminou na atual Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Para tal, de modo a conseguir obter acesso à história, foi utilizado o livro *A Universidade de Lisboa séculos XIX-XX, Volume 2*, lançado em 2013. Os capítulos considerados «relevantes» para esta investigação foram escritos pelo autor João Couvaneiro.

No início, no Curso Superior de Letras, a primeira lição foi administrada por Rebelo da Silva, a 14 de janeiro de 1861 (p. 891). E durante este período, o ensino superior em relação às letras noutros países da Europa encontrava-se bastante enfraquecido, na segunda metade do século XIX. Assim, o primeiro projeto para a criação do Curso Superior de Letras começou em 1857, através do deputado e lente da Universidade de Coimbra José Maria de Abreu, com a ideia de criar dois polos, um em Coimbra e outro em Lisboa. Foi D. Pedro que possibilitou a instituição do Curso Superior de Letras, a definição das disciplinas e a escolha de quem seriam os professores. No primeiro ano, houve cerca de 40 alunos inscritos e o público podia assistir às lições dadas como se fossem conferências. Como D. Pedro morreu em 1861, a instituição perdeu o seu fundador e o seu maior promotor.

Havia cadeiras no reportório académico como História da Pátria e Universal, Literatura Grega, Literatura Moderna e Portuguesa, História Universal Filosófica e Filosofia Transcendente. Como as instalações e os recursos humanos eram insuficientes, o Curso Superior de Letras manteve-se inalterável durante 20 anos. Houve tentativas de reforma, mas o reportório de 1859 manteve-se até 1878, em que neste ano se acrescentou mais cinco cadeiras às iniciais, tais como: Filologia Comparada e Língua e Literatura Sânscrita, passando o período de formação de dois anos para três anos, havendo uma distribuição das cadeiras no ano de 1893.

Em 1901, o Curso Superior de Letras sofreu uma grande reformulação, em termos de ofertas de formação, com a criação de quatro planos de estudo: Geral, Bibliotecário-Arquivista, diplomático e habilitações para o Magistério (p. 893). No seu início, o curso contava apenas com três docentes, e só cinquenta anos depois, o número aumentou para onze membros do corpo docente, tendo alcançado vinte e cinco, uma vez que o recrutamento de professores nesta área foi uma tarefa bastante difícil. Quanto aos alunos, contou-se cerca de mil e trezentos, mesmo que não seja um número certo, tendo havido duas mil e setecentas matrículas, aproximadamente, mas muitos desistiam no primeiro ano do curso ou não assistiam às aulas propriamente.

Foram considerados cinquenta anos muito difíceis para o Curso Superior de Letras, tanto pelo lado da política, como ao seu desenvolvimento no geral, pois havia constrangimentos orçamentais, falta de recursos humanos, falta de assistentes e funcionários. Mas em 1911, o Governo provisório de Teófilo Braga, professor do Curso Superior de Letras, «instituiu as Universidades de Lisboa e Porto (...). Pouco depois, a 9 de maio, consumou-se a criação das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra» (p. 897).

Teve como docentes os mesmos do Curso Superior de Letras, que funcionava nas suas instalações, e seguiu-se o mesmo plano curricular anteriormente exercido, em relação às humanidades. «Com a criação da Faculdade foram constituídos seis grupos disciplinares: Filologia Clássica; Filologia Românica; Filologia Germânica; História; Geografia e Filosofia» (p. 897). Com 5 planos de formação também incluídos, que correspondiam a cada grupo disciplinar. Surgiram reformulações em 1918, com algumas mudanças no plano de estudos. Em 1926, reconfigurou-se os planos de estudo, mantendo-se a secção de Ciências Histórico-Geográficas, desapareceu a de Filosofia e criou-se a de Ciências Histórico-Filosóficas. Em 1930, teve lugar outra reforma, que extinguiu a secção de Ciências Histórico-Geográficas, contribuindo para a autonomização da Geografia

relativamente à História. Esta reforma durou cerca de 27 anos. Outra nova reforma deu-se em 1957, onde se autonomizou a História e a Filosofia, passando as duas a serem independentes. Em 1968, com o aumento de professores com alto nível de instrução, deu-se outra reforma que incidiu sobre «algumas cadeiras que estavam repartidas, tendo sido agrupadas sob a designação de nucleares e concentradas nos três primeiros anos dos cursos, após a realização das quais seria conferido o grau de bacharel» (pp. 898-899).

As reformas feitas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo deram resposta às necessidades de «ordem prática e de opções políticas, que foram marcadas por outros objetivos, como o crescimento de funcionários, o controlo e conformação do ensino às orientações ideológicas ou a redução do grau de autonomia» (p. 899) e, após a Revolução do 25 de Abril de 1974, houve transformações a nível pedagógico, científico e administrativo na Faculdade. Houve recrutamentos, um novo sistema de avaliação, novos departamentos, surgimento de extensões universitárias, aulas em sistema pós-laboral, normas de eleição de direção colegial e paritária e instituiu-se a Assembleia Geral de Escola como o órgão soberano da Faculdade.

Em 1978, encurtou-se o tempo da licenciatura para 4 anos e retirou-se a tese, uma vez que poucos anos depois foram criados os mestrados, para haver uma qualificação da formação académica.

O novo edifício foi inaugurado em 1958, perto do Campo Grande, ocupando a praça da Universidade, que com o aumento de alunos e de docentes ao longo dos anos, foi preciso ampliar as salas, para que cada turma pudesse ter cerca de cinquenta alunos. Isto fez com que o edifício fosse remodelado várias vezes para corresponder às necessidades de cada um, criando salas na cave, utilizadas até hoje-em-dia.

A partir de 1977-1978, os alunos matriculados chegaram a cerca de oito mil e trinta e dois, algo que foi decaindo até ao final da década de 80. Quando criada a Universidade de Lisboa, os alunos da Faculdade de Letras foram os primeiros a terem uma associação de estudantes, que dura até à atualidade.

ÍNDICE

A. Arquivos de Família	98
Fundo Família Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis	98
B. Arquivos Pessoais.....	100
Fundo Alberto Estima de Oliveira	100
Fundo António José Saraiva	102
Fundo Barahona Fragoso	104
Fundo Eduardo Chitas	106
Fundo Elsa Gonçalves	108
Fundo Fiama Hasse Pais Brandão	110
Fundo Fidelino Figueiredo	112
Fundo Guilherme Moniz Barreto	114
Fundo Gustavo Cordeiro Ramos	116
Fundo Hermann Pflüger	118
Fundo Jacinto do Prado Coelho	120
Fundo Jorge Borges de Macedo	122
Fundo José Ângelo Peral Ribeiro	125
Fundo José de Macedo	127
Fundo José Manuel Tengarrinha	129
Fundo Joseph Maria-Piel	131
Fundo Júlio Moreira	133
Fundo José Leite de Vasconcelos	135
Fundo Luís Bramão	137
Fundo Manuel Batoréo	139
Fundo Manuel Díaz y Díaz	141
Fundo Manuel Viegas Guerreiro	143
Fundo Maria Conceição Soares Machado	145
Fundo Mário Barradas	147
Fundo Michel Laban	149

Fundo Osório Mateus	151
Fundo Paul Teyssier	153
Fundo Rui Mário Gonçalves	155
Fundo Vasco Granja	157
Fundo Vasco Magalhães de Vilhena	159
Fundo Wolfgang Kayser	161

A. Arquivos de Família

Fundo Família Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/MF&OA
<i>Título</i>	Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis
<i>Data</i>	1947-2002
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	129 caixas; papel 101 caixas – Manuel Ferreira; papel 23 caixas – Orlanda Amarílis; papel 5 caixas – Filhos do casal; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis
<i>História biográfica</i>	
<p>Orlanda Amarílis nasceu em Santa Catarina, em Cabo Verde em 1924 e faleceu em Lisboa, em 2014. Manuel Ferreira, que foi um escritor ligado ao neorrealismo, nasceu em Gândara dos Olivais, em Leiria, em 1917 e faleceu em 1992, em Oeiras. Casou-se com Orlanda Amarílis, que foi das primeiras personalidades femininas cabo-verdianas a escrever ficção e literatura infanto-juvenil em Cabo Verde. Orlanda Amarílis era filha de Armando Napoleão Fernandes, o primeiro cabo-verdiano a fazer um dicionário crioulo-português, <i>O Dialecto Crioulo: Léxico do Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde</i>. Manuel Ferreira, enquanto militar, conviveu com personalidades locais e começou a desenvolver uma pesquisa e uma reflexão pela literatura cabo-verdiana e pelas literaturas africanas, onde viria a marcar a sua atividade como escritor, editor, ensaísta e professor. Foi o fundador da cadeira de “Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa” na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e orientou as primeiras teses da área, para além de ser o codiretor do Instituto de Estudos Africanos. Criou e dirigiu a revista <i>África</i>, entre os anos de 1978 e 1992, e criou as Edições ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura, onde foram publicadas obras de autores africanos e ensaios sobre a história das literaturas africanas de língua portuguesa.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por correspondência, atividade literária e editorial, participações académicas em eventos culturais, edições de livros e revistas, atividade de docência, documentos de serviço militar,

	contabilidade, imagens, fotografias, atividade política, vídeos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras)e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, inglês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao documento, ainda não publicado, pela Professora Ana Mafalda Leite.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

B. Arquivos Pessoais

Fundo Alberto Estima de Oliveira

1. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/AEO
<i>Título</i>	Alberto Estima de Oliveira
<i>Data</i>	1972-2008
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	2 envelopes; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Alberto Estima de Oliveira
<i>História biográfica</i>	
<p>Alberto Estima de Oliveira nasceu em Lisboa, a 1 de julho de 1934, e morreu em 1 de maio de 2008. Frequentou o Ensino Comercial e iniciou a sua atividade no ramo das seguradoras com 14 anos de idade. Matriculou-se no ensino noturno e concluiu o Curso dos Liceus, onde passou também pelo curso de Pintura Decorativa da Escola António Arroio e pela atividade teatral. Começou a escrever poesia com 18 anos, em que teve a sua poesia publicada nos cadernos <i>Vector II e III</i> (Huambo, Nova Lisboa) e <i>Kuzuela III – 1.ª Antologia de Poesia Africana de Expressão Portuguesa</i> (Luanda), coligida por David Mestre, e em março de 1957, com 23 anos, foi para Angola, tendo vivido em Benguela e Lobito, onde se dedicou à agricultura na região do Bocoio. Em 1975, voltou para Lisboa, mas viajou de novo, em 1977, para a República da Guiné-Bissau, onde ficou 3 anos. A partir de 1982, começou a residir em Macau, onde fundou a Companhia de Seguros de Macau, que dirigira até 2002, ano em que regressou a Portugal. Colaborou na <i>Revista Macau</i>, do Gabinete de Comunicação Social, e na <i>Revista de Cultura</i>, do Instituto Cultural de Macau. Escreveu um livro de poesia intitulado <i>Diálogos do Silêncio</i>, publicado em 1988 pelo Instituto Cultural de Macau, com improvisos de Violino (CD), e deixou poema inéditos além de um livro para publicação chamado <i>O Fio da Meada</i>.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	Poemas, livros de poemas, rascunhos, cartas, notas, textos autobiográficos, textos em prosa, convites e fragmentos de jornal.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	

<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, inglês e mandarim.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo António José Saraiva

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/AJS
<i>Título</i>	António José Saraiva
<i>Data</i>	Década de 1920-1992
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	17 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	António José Saraiva
<i>História biográfica</i>	
<p>António José Baptista Saraiva nasceu em Leiria, a 31 de dezembro de 1917, e faleceu em Lisboa, a 17 de Março de 1993. Fez a sua licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1938, e o seu doutoramento em Filologia Românica na mesma instituição, em 1942, tendo sido assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, entre 1942 e 1943. Envolveu-se na oposição ao Salazarismo, em que chegou a ser militante do Partido Comunista Português. Por apresentar incompatibilidade com o sistema político e ideológico da época, ficou impedido de exercer a atividade de docência no âmbito universitário. Foi professor do ensino liceal, de 1946 a 1949, e bolseiro do Collège de France, nos anos de 1958 e 1959. Em 1960, exilou-se em França, onde foi investigador do <i>Centre National de Recherche Scientifique</i> de Paris, na secção de História Moderna. Depois, partiu para a Holanda, onde foi professor catedrático da Universidade de Amesterdão até 1974, tendo sido eleito, por concurso internacional, professor catedrático de Língua e Literatura Portuguesa. Também desempenhou funções como diretor do departamento de Português e Brasileiro na mesma Universidade. Escreveu <i>Ensaio sobre a Poesia de Gil Vicente</i>, em 1938, <i>Gil Vicente e o Fim do Teatro Medieval</i>, sendo a sua tese de doutoramento. Após a Revolução de Abril e o fim do regime Estadonovista, voltou a Lisboa, assumindo o cargo de professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade de Lisboa, onde exerceria a atividade de docência até o fim da sua vida. Em 1978, apresentou na RTP1 o programa de História de Portugal <i>Este Portugal Que Somos</i>. É pai do jornalista José António Saraiva e irmão do divulgador de História José Hermano Saraiva, do qual sempre foi muito próximo.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É constituído por correspondência, postais, notas, rascunhos, textos, textos manuscritos, recortes de jornais, revistas, fotografias, atas, capítulos de livros, cadernos, diários, bilhetes, convites e mapas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	

<i>Sistema de Organização</i>	Organizado em 17 caixas de acordo com a natureza dos documentos.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, inglês, espanhol, holandês, alemão.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	O documentos originais estão sob custódia do Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	Existe documentação dos filhos Pedro Saraiva, Maria Saraiva e José António Saraiva, que vão até ao ano de 2015. Como António José Saraiva faleceu em 1993, tudo para além dessa data, a data mais recente presente no arquivo pessoal é de 2015, produto de Pedro Saraiva.
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo Barahona Fragoso

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/BF
<i>Título</i>	Barahona Fragoso
<i>Data</i>	1664-1841
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	1 caixa; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	José Joaquim Barahona Fragoso
<i>História biográfica</i>	
José Joaquim de Barahona Fragoso nasceu a 6 de novembro de 1736, em Aljustrel, Beja. Filho de José Baião de Barahona e Feliciano Maria Fragoso Fogaça de Oliveira Coelho, irmão de João António de Barahona Fragoso, marido de Josefa Mariana Cordovil de Brito da Gama Lobo e pai de Francisco Cordovil de Barahona Fragoso da Gama Lobo, Francisco Cordovil de Barahona Fragoso da Gama Lobo e Inês Angélica Gabriela de Barahona Cordovil da Gama Lobo.	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por registos de correspondências monetárias, regimento de ordens para os capitães-mor, tratados, correspondência
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	O fundo encontra-se organizado numa caixa, com recurso a 5 capilhas.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	

<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	Existe documentação no Arquivo distrital de Évora (uma escritura de compra e venda).
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com a ajuda do <i>WebSite Geni</i> .
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	05/11/2024

Fundo Eduardo Chitas

2. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/EC
<i>Título</i>	Eduardo Chitas
<i>Data</i>	1961-2010
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	31 caixas; papel, DVD+R
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Eduardo Chitas
<i>História biográfica</i>	
<p>Eduardo Carreiro Domingues Chitas nasceu a 13 de novembro de 1937, na freguesia de Cabeção, concelho de Mora, e faleceu a 17 de março de 2011. Estudou filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 1957 e 1961, mas os estudos foram interrompidos devido à sua recusa de participação na guerra colonial, o que lhe levou a sair de Portugal. Fez a sua licenciatura em Filosofia na Universidade de Genebra, em 1963, e exerceu atividade como docente do Ensino Secundário público e privado em Genebra, até julho de 1975. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian como doutorando na Universidade de Genebra, entre os anos de 1968 e 1970, fazendo o seu doutoramento em filosofia contemporânea pela Universidade de Lisboa, com a dissertação <i>Hegel e o pensamento das Luzes: Para o estudo da formação da consciência moderna</i>, em 1989. Foi professor auxiliar, depois professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com aposentação voluntária em julho de 2003. Foi co-fundador da Sociedade Portuguesa de Filosofia e membro eleito dos seus primeiros corpos sociais, entre 1977 e 1979, antigo membro da direção da <i>Internationale Hegel-Gesellschaft</i>, entre 1974 e 1978. Co-fundador da <i>Internationale Gesellschaft für dialektische Philosophie - Societas Hegeliana Internationale Gesellschaft Hegel-Marx für dialektisches Denken</i>, em 2003. Co-fundador da Convenção para a Filosofia e a História das Ideias na Europa em 1993, e co-fundador da Cátedra <i>A Razão</i>, sediada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2001.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por relatórios, jornais, boletins, notas manuscritas, fotocópias, planos de aulas, rascunhos, revistas, fichas de leitura, artigos, imagens, correspondência, sebatas, cadernos, panfletos, fotografias, currículos, atas de reunião, trabalhos de alunos, cartazes, certificados, CDs, disquetes.
<i>Ingressos Adicionais</i>	

<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, inglês, alemão, espanhol, russo, italiano.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao <i>Website</i> da Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Iúri Gagárin (bibliografia) e pelo currículo <i>vitae</i> do próprio Eduardo Chitas, feito em 1996.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	07/11/2024

Fundo Elsa Gonçalves

3. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/EG
<i>Título</i>	Elsa Gonçalves
<i>Data</i>	[1959]-[2006]
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	ca. 28 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Elsa Gonçalves
<i>História biográfica</i>	
<p>Maria Elsa de Jesus Gonçalves nasceu na Guarda, a 30 de janeiro de 1930, e faleceu no ano de 2022. Foi docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 1977 e 1989, depois de ter sido professora de liceu em Coimbra, Guarda, Luanda, Évora, Oeiras e Lisboa, assim como leitora de português em Roma. Em Roma (Itália), começou a investigar os cancioneiros trovadorescos, com especial atenção a um índice de autores galego-portugueses elaborado pelo humanista italiano Angelo Colocci. Disto resultou a revisão das relações estemáticas da tradição da lírica galego-portuguesa, o que firmou a sua autora como referência nos estudos medievais ibéricos. Teve a oportunidade de trabalhar com os Professores Giuseppe Tavani e Luciana Stegagno Picchio e de participar nas atividades do Instituto de Filologia Românica, dirigido pelo seu mestre, o Professor Aurelio Roncaglia. Elsa Gonçalves não gostava de dar aulas, embora lecionasse com solidez singular: ensinou Literatura Portuguesa Medieval em cursos de licenciatura e foi figura nuclear, de 1989 a 1991, no Mestrado em Literatura Portuguesa Medieval, um curso que proporcionou uma perspetiva integrada da literatura, graças à colaboração do Departamento de História, do Departamento de Linguística Geral e Românica e do Departamento de Estudos Clássicos. A publicação da antologia <i>A Lírica galego-portuguesa</i>, com a colaboração de Maria Ana Ramos na componente linguística, expandiu muito o número dos seus discípulos. Foi investigadora integrada no Centro de Linguística e identificou cedo as comunidades académicas onde os padrões de qualidade se impunham como um referencial reconhecível. Em 1997, recebeu o grau de <i>Doutor Honoris Causa</i> pela Universidade de Lisboa, tendo sido apadrinhada por Aires A. Nascimento.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é constituído por rascunhos, fotocópias, anotações, material de apoio de aulas, correspondência, certificados, documentação de seminários, documentação sobre deslocações ao estrangeiro, relatórios, convites, declarações, candidatura a bolsa de estudos,

	documentação sobre a aposentação, recortes de imprensa, documentação de condomínio, mapas, recibos, bloco de notas, currículos, desenhos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, espanhol, italiano, francês, latim, inglês, alemão.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à autobiografia de Elsa Gonçalves, que se encontra no seu espólio e ao <i>Website</i> da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sobre a nota de falecimento da Professora.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	13/11/2024

Fundo Fiama Hasse Pais Brandão

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/FHPB
<i>Título</i>	Fiama Hasse Pais Brandão
<i>Data</i>	1944-2006
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	27 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Fiama Hasse Pais Brandão
<i>História biográfica</i>	
<p>Fiama Hasse Pais Brandão foi uma dramaturga, tradutora e poetisa, nasceu a 15 de agosto de 1938, em Lisboa, e faleceu a 19 de janeiro de 2007, na mesma cidade. Frequentou o colégio St. Julian's School, em Carcavelos, e, mais tarde, o curso de Filologia Germânica na Universidade de Lisboa. Revelou-se com a obra <i>Morfismos</i>, no âmbito da iniciativa Poesia 61. Fez crítica de teatro, estagiou no Teatro Experimental do Porto (1964), e foi, com Gastão Cruz - com quem se casaria - e outros, fundadora do grupo Teatro Hoje (1974). Ao longo da sua vida, exerceu atividade de investigação na área da linguística, assim como pesquisa histórica e literária sobre o século XVI em Portugal. Traduziu vários autores como Bertolt Brecht, Antonin Artaud, Novalis e Anton Chekhov e colaborou em revistas literárias, como <i>Seara Nova</i>, <i>Cadernos do Meio-Dia</i> e <i>Vértice</i>, entre outras. Fiama Pais Brandão recebeu várias distinções, entre as quais se destacam o Prémio Adolfo Casais Monteiro, 1957; o Prémio Revelação de Teatro, 1961; o Prémio PEN Clube Português de Poesia, 1985; o Grande Prémio de Poesia APE/CTT, 1996; o Prémio D. Dinis da Fundação Casa de Mateus, 1996; e o Prémio PEN Clube Português de Ficção e o Prémio da Crítica da Associação Portuguesa de Críticos Literários, ambos em 2005.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Adquirido pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2014.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por manuscritos, autógrafos, documentos de teatro, rascunhos de poesia, rascunhos de prosa ficcional, apontamentos, notas, correspondência, datiloscrita de personalidades, recortes de imprensa, fotocópias, cadernos, fichas de leitura, cartões-postais, folhetos, fotografias, envelopes vazios, convites, poemas, inquéritos, marcadores de livros
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	

<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, castelhano, inglês, italiano, alemão, francês, holandês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao IDD presente no <i>Website</i> da Biblioteca da FLUL e à dissertação de Mestrado de Daniela Amaral, <i>Arquivo Pessoal Fiama Hasse Pais Brandão</i> (2023).
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	11/11/2024

Fundo Fidelino Figueiredo

4. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/FF
<i>Título</i>	Fidelino de Figueiredo
<i>Data</i>	1894-1965
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	28 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Fidelino de Figueiredo
<i>História biográfica</i>	
<p>Fidelino de Sousa Figueiredo nasceu a 20 de julho de 1888, em Lisboa, e morreu a 20 de março de 1967, na mesma cidade. Foi professor, político, hispanista, historiador e crítico literário português. Licenciou-se em Ciências Histórico-Geográficas no Curso Superior de Letras, antecessor da Faculdade de Letras, em 1910, tornando-se professor de liceu. Fidelino de Sousa veio a ser uma das primeiras figuras da história e crítica literária em Portugal nos meados do século XX. Em 1911, casou-se com Dulce Elisa Lobo da Costa de Figueiredo, nascida em Lisboa, em 22 de julho de 1890, com quem teve quatro filhos. Desempenhou funções no Ministério da Educação Nacional e foi duas vezes nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, entre os anos 1918-1919 e em 1927. Em novembro desse mesmo ano, foi exilado pela Ditadura Militar e refugiou-se em Espanha onde colaborou no jornal madrileno <i>El Debate</i>. Trabalhou em outros países para além de Espanha, como Inglaterra, Checoslováquia, Estados Unidos, México, Cuba, Argentina e no Brasil, onde veio a viver cerca de 15 anos e fundou um dos mais importantes núcleos de estudos de literatura portuguesa (São Paulo, Rio de Janeiro), acabando por ficar conhecido por ser o pioneiro do método comparativista em Literatura e dos estudos de literatura portuguesa nas universidades brasileiras. Reescreveu a historiografia literária portuguesa como: <i>O Espírito Histórico</i>, <i>A Crítica literária em Portugal</i> (1910), <i>A Crítica Literária como Ciência</i> (1912), <i>História da Literatura Romântica</i> (1913), <i>História da Literatura Realista</i> (1914), <i>História da Literatura Clássica</i> (1917-1924). Em 1957, foi premiado com a grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, pelo Brasil, com o grande-oficialato da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada a 11 de Fevereiro, por Portugal, e ainda pela imprensa com o 'Prémio Diário de Notícias' pelo conjunto da sua obra e em especial por <i>Um Homem na sua humanidade</i>.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Espólio doado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em outubro de 1979, quando se formalizou o recebimento a fim de abrir a sala <i>Fidelino de Figueiredo</i> , junto à sala <i>Leite de Vasconcelos</i> .
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por recortes de jornal, correspondência, fotocópias, manuscritos,

	livros preliminares, cadernos, mapas, fotografias, cartões de leitura, material de docência, boletins, receitas publicas, <i>curriculum vitae</i> , notas manuscritas, desenhos, dicionário de língua portuguesa, partituras, teses, artigos e rascunhos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	A correspondência encontra-se arquivada em 4 caixas numeradas, por ordem e por número de documentos. As restantes caixas (21) encontram-se numeradas, mas o seu conteúdo permanece desorganizado.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, inglês, russo, francês, polaco, espanhol, italiano, alemão.
<i>Instrumentos de descrição</i>	ISAD(G) e ISAAR(CPF).
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	Todo o seu epistolário foi doado à Universidade de S. Paulo (Brasil) onde se conserva parte; outra parte ao Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1979; e também à Biblioteca Nacional, pelo Prof. Dr. António Soares Amora, em novembro de 1989.
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à Biblioteca Nacional de Portugal.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	31/10/2024

Fundo Guilherme Moniz Barreto

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/GMB
<i>Título</i>	Guilherme Moniz Barreto
<i>Data</i>	1880-1924
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	1 caixa c/ 5 capilhas e um caderno; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Guilherme Moniz Barreto
<i>História biográfica</i>	
<p>Guilherme Joaquim de Moniz Barreto nasceu em Goa, na Índia, em 1863, e morreu em Paris, no ano de 1896. Conhecido pelo nome Moniz Barreto, veio de uma família goesa com descendência açoriana. Foi em Goa que concluiu os seus estudos em língua e culturas inglesas, sendo um dos poucos intelectuais portugueses da época a escapar à influência francófona. Em 1880, mudou-se para a cidade de Lisboa, onde frequentou o Curso Superior de Letras. Foi aluno de Teófilo Braga, Jaime Moniz, Manuel António Ferreira Deusdado e Adolfo Coelho, personalidades que influenciaram o seu pensamento positivista. Ao terminar o curso, iniciou a atividade de crítico literário e publicista, tendo colaborado em vários periódicos, como o <i>Jornal de Comércio</i>, a <i>Província</i>, o <i>Repórter</i>, <i>Democracia Portuguesa</i> e a <i>Revista de Portugal</i>. Na <i>Revista de Portugal</i>, dirigida por Eça de Queirós, Moniz Barreto publicou, em 1889, <i>A Literatura Portuguesa Contemporânea</i>, que é um ensaio positivista. Para além de crítico literário, foi também bibliotecário na Câmara Municipal de Lisboa. Na década de 1890, partiu para o Brasil para começar a sua carreira de jornalista. Depois de ter perdido o concurso para professor no Colégio Militar, conseguiu um lugar como colaborador permanente do <i>Jornal do Comércio</i>, do Rio de Janeiro, em Paris, e acabou por transferir-se para a capital francesa, onde conviveu com Eça de Queirós e António Nobre. Morreu apenas com 33 anos, mas foi considerado um dos críticos literários mais interessantes do final do século XIX, pois era um observador atento ao cenário cultural e da literatura portuguesa do seu tempo.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por manuscritos, notas, artigos de revista, poemas, textos em prosa, cartas, postais.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	A documentação está organizada em 5 capilhas, com 1 caderno.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às

	leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, alemão, francês e hindi.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	11/10/2024

Fundo Gustavo Cordeiro Ramos

5. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/GCR
<i>Título</i>	Gustavo Cordeiro Ramos
<i>Data</i>	1912-1974
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	1 caixa; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Gustavo Cordeiro Ramos
<i>História biográfica</i>	
Gustavo Cordeiro Ramos nasceu em Évora, a 8 de março de 1888, e faleceu em Lisboa, a 13 de novembro de 1974. Concluiu o curso liceal em Évora, licenciando-se em Filologia Germânica no Curso Superior de Letras, com estágio na Universidade de Leipzig (Alemanha). Foi docente no liceu da sua cidade natal antes de ser chamado para professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Durante os governos presididos pelos generais José Vicente de Freitas, Domingos de Oliveira e pelo Doutor Oliveira Salazar, ocupou a pasta da Instrução, de 10 de novembro de 1928 a 8 de julho de 1929 e, posteriormente, desde 21 de janeiro de 1930 a 24 de julho de 1933. Influenciado pela sua formação em germanística e conhecedor profundo da língua alemã, foi um entusiasta das ideias nacional-socialistas. A partir de 1959, presidiu ao Instituto de Alta Cultura.	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composta por correspondência, postais, cartões, manuscritos, fotografias, relatórios, documentação sobre política, poesia, registo de contas, discursos, recortes de imprensa.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	A documentação encontra-se organizada numa caixa, com capilhas <i>acid free</i> numeradas do número 1 até ao número 41.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, alemão, italiano, latim, francês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	

<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	04/11/2024

Fundo Hermann Pflüger

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/HP
<i>Título</i>	Hermann Pflüger
<i>Data</i>	1933 – 198?
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	5 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Hermann Pflüger
<i>História biográfica</i>	
<p>Hermann Pflüger foi um alemão refugiado em Lisboa a partir da década de 1930. Foi casado com Lotte Pflüger, cidadã alemã de origem judia. Foi tradutor e professor de língua alemã e literatura, tendo colaborado, em inúmeras ocasiões, com docentes do Departamento de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre os contactos que estabeleceu na FLUL, refira-se a colaboração com o Professor Delfim Santos, para quem realizou traduções de textos de português para alemão.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por fotografias, envelopes, cadernos de apontamentos, mapas, postais, brochuras de cidades, medalhas, agendas, documentos pessoais, poemas, fotocópias, bodas de ouro, livros, correspondência, notas para orientação das teses de alunos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Alemão e português.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	

<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao <i>website</i> da Faculdade de Letras – mostra bibliográfica <i>Hermann Pflüger, um refugiado em Lisboa: Memória de um legado na Biblioteca da FLUL</i> .
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	11/11/2024

Fundo Jacinto do Prado Coelho

6. ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JPC
<i>Título</i>	Jacinto do Prado Coelho
<i>Data</i>	1931-1998
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	8 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Jacinto do Prado Coelho
<i>História biográfica</i>	
<p>Jacinto do Prado Coelho nasceu em Lisboa, a 1 de Setembro de 1920, e morreu na mesma cidade, a 19 de Maio de 1984. Concluiu a sua licenciatura em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1941. Apresentou a sua tese de doutoramento em 1947, com o título <i>Introdução ao Estudo da Novela Camiliana</i> e, em 1953, ascende para o título de catedrático titular de Literatura Portuguesa Moderna, sendo professor durante 40 anos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi presidente da direção do Centro de Estudos Filológicos, entre 1954 e 1965; foi sócio correspondente, a partir de 1955, tendo passado a efetivo em 1962, da Academia das Ciências de Lisboa. Colaborou no n.º 52 (maio de 1947), da revista <i>Mundo Literário</i>, com a crítica "Camilo romântico", e teve uma colaboração da sua autoria nas revistas <i>Litoral</i> e <i>Atlântico</i>. A Fernando Pessoa dedicou um ensaio seminal intitulado <i>Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa</i> - impresso pela primeira vez em 1947. Redige também vários artigos sobre Teixeira de Pascoaes, responsabilizando-se ainda pela organização e anotações críticas das suas obras completas. Organizou, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um seminário sobre a Sociologia da Leitura, algo que era constante na sua vida, com a organização de um discurso pedagógico sobre o ensino da literatura. Entre 1975 e 1984, dirigiu a revista <i>Colóquio/Letras</i>, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Foi presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores, quando, em 1965, ocorreu o incidente mais dramático da vida da entidade: sancionou a atribuição de um prémio a Luandino Vieira, declarado opositor angolano do regime salazarista que se encontrava detido no Tarrafal. A Câmara Municipal de Lisboa fez uma homenagem ao filólogo dando o seu nome a uma rua em Telheiras Norte.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por materiais de apoio a aulas, rascunhos, notas, ensaios, relatórios, cartas, postais, convites, mapas, cadernos, excertos de artigos de jornais, revistas, agendas, faturas, medalhão, testes de avaliação, textos em prosa, currículos, sebatas.

<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras) e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, espanhol, inglês, alemão e italiano.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	21/10/2024

Fundo Jorge Borges de Macedo

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JBM
<i>Título</i>	Jorge Borges de Macedo
<i>Data</i>	1944-1996
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	206 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Jorge Borges de Macedo
<i>História biográfica</i>	
<p>Jorge Borges de Macedo nasceu em Lisboa, a 3 de Março de 1921, e morreu na mesma cidade, a 18 de Março de 1996. Era filho de José Pinto de Macedo, que foi secretário-geral do Partido Republicano Radical, e de Maria da Conceição. Licenciou-se no ano de 1944, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no curso de Ciências Histórico-Filosóficas, com a tese <i>A Situação Económica no Tempo de Pombal: Alguns Aspectos</i>, que, segundo Jorge Pedreira “passou imediatamente a constituir uma obra de referência sobre o governo e o tempo do Marquês de Pombal”. Em 1957, ingressou como assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, no ano seguinte, tornou-se bolseiro do Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, onde iniciou os estudos sobre a problemática da indústria portuguesa, que viria a estabelecer o tema da sua tese de doutoramento sobre <i>Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII</i>, no ano de 1964. Três anos mais tarde, adquiriu o título de professor agregado. Em 1969, Jorge Borges de Macedo tornou-se catedrático da secção de História da Faculdade de Letras. Foi saneado após o 25 de Abril e a sua reentrada deu-se no ano de 1977, pelo convite da Universidade Católica Portuguesa. Mas apenas no ano de 1980 regressou à Faculdade de Letras, como diretor da cadeira de História Contemporânea de Portugal. Em 1990, pelo convite do Secretário de Estado da Cultura, foi nomeado diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mantendo-se no cargo até 18 de março de 1996, data do seu falecimento. Em 1991, jubilou-se como professor catedrático da Universidade de Lisboa e, durante a cerimónia, foi homenageado com o colar de Grande Oficial da Ordem de Santiago de Espada. Durante a sua vida pessoal, Jorge Borges de Macedo casou-se com Branca Rosa de Mendonça Braga e foi pai do economista Jorge Avelino Braga de Macedo, da escritora Branca Maria Braga de Macedo e de Ana Irene Braga de Macedo.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	<p>Doado através de testamento. Em 1996, Jorge Borges de Macedo apresentou à Faculdade de Letras a “solicitação da Reserva de Património de Direitos de Autor e de Publicação na sua obra histórica e científica e a receção do seu Património Bibliográfico Indiviso”. Como responsáveis pela custódia do património</p>

	bibliográfico perante a entidade recetora, foram designados o Dr. José Brissos Reis Sobral Cavalinhos e Maria Gisèle Bouhon Neves Borges de Macedo, mulher do doador. Esta vontade foi formalizada em 18 de fevereiro de 1996, contando com as assinaturas do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo e do Professor Doutor Manuel José do Carmo Ferreira, então presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por espólio literário, constituído por autógrafos, apontamentos soltos ou originais redigidos, que formam o antetexto das obras do autor, manuscritos, correspondência, recortes de imprensa, documentos de conferências, cadernos, fotografias, postais, material de docência, trabalho de alunos reunidos e organizados por Borges de Macedo para fins de documentação dos seus trabalhos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	O acesso ao fundo Jorge Borges de Macedo encontra-se condicionado, uma vez que só pode ser tratado por uma pessoa específica, escolhida por Jorge Borges de Macedo, o Dr. José Brissos.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, inglês, espanhol.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao <i>website</i> da Biblioteca da Faculdade de Letras sobre o espólio de Jorge Borges de Macedo.

<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo José Ângelo Peral Ribeiro

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JAPR
<i>Título</i>	José Ângelo Peral Ribeiro
<i>Data</i>	1951-1973
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	1 caixa; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	José Ângelo Peral Ribeiro
<i>História biográfica</i>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por anotações, correspondência, trabalhos de alunos, material de apoio de aulas, notas, crónicas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, alemão, francês e espanhol.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.

<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	08/11/2024

Fundo José de Macedo

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JM
<i>Título</i>	José de Macedo
<i>Data</i>	1901-1946
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	21 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	José de Macedo
<i>História biográfica</i>	
<p>José Pinto de Macedo nasceu a 13 de janeiro de 1876, na freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, e faleceu na Nazaré, em 31 julho de 1948, vítima de doença súbita. Era filho de Manuel Pinto de Macedo e de Maria da Conceição de Macedo. Foi casado com Deolinda Alves de Macedo, de quem teve dois filhos, Alice Alves de Macedo e José Alves de Macedo. Após a morte da primeira mulher, voltaria a casar-se com Maria da Conceição Borges de Macedo. Desse enlace resultaria o nascimento dos filhos Victor Hugo Borges de Macedo, Jorge Borges de Macedo, Mário Borges de Macedo, Irene Borges de Macedo, Fernando Borges de Macedo e Marcelino Borges de Macedo. Concluiu o Curso Superior de Comércio e concorreu, em 1897, ao corpo diplomático, obtendo uma boa classificação, mas não foi nomeado. Integrou durante anos os quadros da função pública, como diretor da Fiscalização dos Serviços de Contabilidade, Comércio, Indústria e Marinha Mercante, não exercendo, no entanto, as funções do cargo. Lecionou durante toda a sua vida, atividade que manteve em simultâneo com a de jornalista. Enquanto docente, passou por diversas instituições de ensino. Foi professor da cadeira de Colonização no Real Instituto de Lisboa. A partir de 1913, deu aulas no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde ministrou a cadeira de Economia Política - Legislação Comercial. Em 1914, em consequência da aplicação de medidas de reforma do Ensino Superior, o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa foi integrado na Escola de Construções, Indústria e Comércio. Evidenciou, desde cedo, interesse pelas questões coloniais, tendo publicado os primeiros artigos sobre o tema na <i>Revista Portuguesa Colonial e Marítima</i>. No seu artigo intitulado “A educação do negro”, de 1901, José de Macedo demonstrou um grande conhecimento dos diversos grupos étnicos que povoavam as colónias portuguesas em África, apontando as razões para Portugal investir na educação das populações autóctones e refutando os argumentos tradicionais que definiam os negros como “raça desprezível e incapaz de progredir”, socorrendo-se para isso dos relatos de militares, médicos e estudiosos que conviveram com esses mesmos povos, sublinhando as suas diversas competências manuais e intelectuais.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por correspondência, notas, postais, recortes de jornal, artigos de jornal,

	constituição, atos eleitorais, rascunhos, manuscritos, agendas, blocos de notas, faturas, banda desenhada, poesia, publicidade, trabalhos de alunos, mapas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, Inglês, Espanhol, Francês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à dissertação de Arminda Augusto Fortes, <i>José de Macedo, um intelectual na viragem do século: organização e descrição do espólio arquivístico</i> (2014).
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	29/10/2024

Fundo José Manuel Tengarrinha

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JMT
<i>Título</i>	José Manuel Tengarrinha
<i>Data</i>	1836-2017
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	168 caixas; papel, película fotográfica, CD, disquete; 4m lineares de dossiers; 2.5m lineares de envelopes
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	José Manuel Tengarrinha
<i>História biográfica</i>	
<p>José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha, nasceu em Portimão, a 12 de abril de 1932, e faleceu no Estoril, a 29 de junho de 2018. Foi jornalista, escritor, professor universitário, presidente do partido político MDP/CDE e deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República de Portugal. Casou-se com Vera Lagoa, com Helena Pato, com quem teve 2 filhos, e com Barbara Tengarrinha. Concluiu a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1958. Em 1953, começou a trabalhar como jornalista profissional no jornal <i>República</i> e foi chefe da redação, até 1962, de <i>o 'Diário Ilustrado'</i>. Em 1962, foi-lhe concebido o Prémio da Associação dos Homens de Letras do Porto, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, pela obra <i>António Rodrigues Sampaio, Desconhecido</i>, que coligia uma série de ensaios publicados em sucessivas edições do <i>Diário de Lisboa</i>. Entre 1963 e 1966, prosseguiu os seus estudos sobre o Século XIX Português. Na companhia de Vitorino Nemésio, Joel Serrão e José Augusto França, fundou e dirigiu o Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, que manteve atividade entre 1969 e 1974. José Manuel Tengarrinha foi docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, por decisão tomada por um plenário de estudantes, logo a seguir à Revolução dos Cravos. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa viria a reger algumas cadeiras centrais para a compreensão da história contemporânea de Portugal, incluindo os domínios económico-sociais. Terminou a sua carreira universitária como professor catedrático jubilado.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	A documentação foi depositada na Divisão da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pela mulher de José Manuel Tengarrinha. Foi entregue por doação e a sua incorporação decorreu de forma faseada entre 2020 e 2021.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O conjunto documental reflete as suas várias profissões, esferas de atividade e funções que desempenhou no âmbito

	profissional, científico-acadêmico, cultural, cívico e político, mas também a sua participação em instituições, associações e organismos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	Os documentos encontravam-se organizados de acordo com o pré-inventário desenvolvido pela mulher do produtor. A organização documental foi fixada num esquema classificativo, ao nível da série, assente numa perspectiva funcional sobre o contexto de produção e acumulação desses documentos. A documentação encontra-se em estruturada hierarquicamente em secções, subsecções e séries, seguindo os princípios da proveniência. A formação da secções e subsecções resulta da análise do contexto funcional de produção dos documentos e das tipologias documentais.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, espanhol, francês, inglês, italiano, alemão, polaco, cirílico, galego.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à dissertação de mestrado de David Farto, <i>O Arquivo Pessoal de José Tengarrinha: do Estudo Biográfico à organização e representação da informação</i> (2023).
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo Joseph Maria-Piel

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JMP
<i>Título</i>	Joseph-Maria Piel
<i>Data</i>	1926-1984
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	2 metros lineares; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Joseph-Maria Piel
<i>História biográfica</i>	
<p>Joseph-Maria Piel nasceu a 8 de junho de 1903, em Morchingen – Lorena, então pertencente à Alemanha e mais tarde a França, e faleceu a 28 de maio de 1992. Concluiu o Bacharelado na cidade de Tréveris (Trier), onde passou a infância, entre 1913 e 1922. Foi estudante de Filologia Românica nas Universidades de Friburgo, Berlim, Bona, sendo discípulo do romanista Wilhelm Meyer-Lübke. No ano de 1925, com apenas 22 anos, concluiu sua tese de Doutoramento em Bona. Após o falecimento de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, professora de Linguística na Universidade de Coimbra, Meyer-Lübke indicou Piel para o seu lugar. Foi Professor em Coimbra entre os anos de 1926 e 1954, tendo lecionado muitas disciplinas, entre as quais Romanística, Paleografia e Epigrafia. Casou-se em setembro de 1935, na igreja de Nevogilde, Porto, com Gertrud Pohl, e tiveram três filhos. A Segunda Guerra Mundial passou ao largo para Piel, que há muito vivia em Portugal, vinculado à Universidade de Coimbra. No ano de 1952, ocupou a Cátedra de Linguística Românica na Universidade de Colónia (Köln), onde permaneceu até 1968, com um intervalo sabático para lecionar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No ano de 1968, instalou-se em Lisboa definitivamente e permaneceu como Professor de Linguística Portuguesa e Românica até o ano de 1979. No ano de 1981, a Universidade de Lisboa conferiu-lhe o título de <i>Doutor Honoris Causa</i>, em virtude do trabalho que exerceu na Universidade.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doado pelo Professor de Filologia da Faculdade de Letras, Ivo de Castro.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	1 Maço e 7 Pastas contendo: Estudos Interpretativos de Linguagens; Apontamentos e preparações de aulas de Filologia; Artigos; Publicações; Correspondência; Diplomas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	

ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO

<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, alemão, galego, francês, russo.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	O Inventário possui mais sete itens, totalizando oito itens.
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à dissertação de Wilson Ricardo Mingorance, <i>O Arquivo Pessoal Joseph-Maria Piel: Organização Da Informação</i> (2019).
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	11/10/2024

Fundo Júlio Moreira

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
Entidade Detentora	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Código de Referência	PT/AHFLUL/JM
Título	Júlio Moreira
Data	1947-2020
Nível de Descrição	Fundo
Dimensão e Suporte	ca. 4m lineares; papel
ZONA DE CONTEXTO	
Nome do produtor	Júlio Moreira
História biográfica	
<p>Júlio Moreira nasceu a 29 de janeiro de 1930, em Lisboa, e faleceu a 14 de janeiro de 2024, em Lisboa. Fez o seu curso secundário no Liceu Pedro Nunes, e no 4.º e o 5.º ano frequentou o Liceu do Mindelo, em Cabo Verde. Após a sua licenciatura, no Instituto Superior de Agronomia e cumprimento das obrigações militares, já casado e com dois filhos, iniciou a vida profissional em 1954 como técnico de bioquímica e nutrição, contratado pela multinacional Hoffmann La Roche, em que exerceu a sua atividade em Lisboa e Basileia e manteve contactos frequentes com outras cidades europeias, entre os anos de 1968 e 1973. Durante este tempo, também residiu no Rio de Janeiro, onde viajou por todo o Brasil e também pelo Uruguai e Argentina. Durante este tempo, manteve a sua atividade literária regular, em que colaborou em revistas e suplementos literários em Lisboa e no Rio de Janeiro, tendo entrevistado Jorge Luís Borges, em Buenos Aires, em 1970. Em 1973, regressou a Lisboa e construiu um setor da 2.ª <i>Exposição de Design Português</i>, a convite de Sena da Silva, com a designação de “<i>Landscape Design</i>”, que constituiu a sua grande primeira expressão do reconhecimento de problemas ecológicos e de ordenamento do território, que estiveram na origem das grandes inundações de novembro de 1967, em Lisboa. Conforme esta exposição, publicou em 1973 uma síntese que dedicou às crianças com o título <i>O Mundo é a Nossa Casa</i>, editado pela Comissão Nacional do Ambiente, porém acabou por ser apreendido pelos serviços de censura do regime. Ainda assim, após o 25 de Abril, em 1975, publicou uma nova edição pela mesma Comissão, que foi divulgada por todo o país, que viria a ter uma considerável influência sobre a geração das crianças e dos pais. O significado e atualidade desse livro tem-se mantido, uma das razões pela qual, na edição mais recente das “<i>Correntes D’Escritas</i>”, foi apresentada uma nova edição, atualizada apenas no que é indispensável, com patrocínio do Museu da Água da EPAL, editada pela Guimarães Editores. Desse conjunto de iniciativas, resultou ainda um livro dedicado aos adolescentes, <i>A Grande Viagem dos Homens Através do Tempo e do Espaço</i>, publicado pela Caminho no ano de 1985. Com o regresso ao Brasil, iniciou um novo período da sua atividade profissional na Arquitetura Paisagista, cuja formação, complementar ao curso do Instituto Superior de Agronomia, tinha, entretanto, completado. Mas, só em 1986 reiniciou a publicação de obras de ficção com os Livros Horizonte: <i>O Apóstolo de Si</i> (1986), <i>O Regresso dos Faraós</i> (1987) e a ficção didática <i>Auto dos Drogadinhos deste Mundo e do Outro</i>. Seguiram-se então <i>A Barragem</i>, edição Quetzal, prémio PEN CLUB em 1994, traduzido com o título <i>Requiem Für Eine Bösewicht</i> por Beck & Glückler, 1997, <i>Férias de Verão</i>, Livraria Bertrand, 1999, <i>Dentro de 5 Minutos</i>, A M Pereira, 2002, e <i>Notícias do Labirinto</i>, Ambar, 2005.</p>	

<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O arquivo pessoal contém manuscritos preliminares de romances, correspondência, artigos, bilhete de identidade, postais, faturas de vendas, notas manuscritas, contratos, <i>emails</i> , folhetos, excertos de jornal, versões de livros, fragmentos de livros, livros, entrevistas, poemas, poemas em prosa, ensaios, fotografias, currículos, desenhos, dedicatórias.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, inglês, alemão, francês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	22/10/2024

Fundo José Leite de Vasconcelos

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/JLV
<i>Título</i>	José Leite de Vasconcelos
<i>Data</i>	1876-1941
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	94 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Leite de Vasconcelos
<i>História biográfica</i>	
<p>José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo nasceu em Ucanha, a 7 de julho de 1858, e morreu em Lisboa, a 17 de maio de 1941. Leite de Vasconcelos foi conhecido por ser um linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo português. Durante o curso de Medicina escreveu uma das suas primeiras obras chamada de <i>Tradições Populares Portuguesas</i> e editou o opúsculo <i>Portugal Pré-Histórico</i> (1885). Ao concluir o curso e após defesa da tese <i>A Evolução da Linguagem: Ensaio Antropológico</i>, em 1886, recebeu o Prémio Macedo Pinto, destinado ao aluno mais brilhante. Assumiu funções de subdelegado de saúde do Cadaval, onde tinha família, durante seis meses. Dois anos mais tarde, depois de ter exercido funções de subdelegado de saúde, médico municipal e presidente da Junta Escolar do Cadaval, decidiu abandonar a carreira médica e dedicar-se ao estudo das suas áreas prediletas: Linguística, Arqueologia e Etnologia. Em 1893, Leite de Vasconcelos atingiu o que se pode considerar o apogeu da sua obra: a criação do Museu Etnográfico Português, o lançamento da revista <i>O Arqueólogo Português</i>, em 1895, e o início da publicação da sua principal obra, <i>As Religiões da Lusitânia</i>, em 1897. Leite de Vasconcelos compilou, ainda, a secção etnográfica do Museu, no <i>Boletim de Etnografia</i> (1920-1937; 5 volumes). No campo da Filologia, destaca-se <i>Antroponímia Portuguesa</i> (1928). Quanto aos estudos então designados de Etnografia Comparativa, publicou sucessivamente <i>Signum Salomonis</i>, <i>A Barba em Portugal</i> e <i>A Figa</i>, respetivamente em 1918, 1925 e 1926. Na área relativa à Literatura, foram publicados, após a sua morte, <i>Romanceiro português</i> (1958-1960), <i>Teatro Popular Português</i> (1974-1979). Com a sua aposentação do cargo de Diretor do Museu, em 1929, Leite de Vasconcelos pôde ainda lançar as bases do seu último grande projeto: a <i>Etnografia Portuguesa</i>, cuja publicação em dez volumes abarca aspetos ligados ao povo português, desde a ocupação do território e a vida material, até às superstições, e à religiosidade, num ambicioso projeto em que o objetivo continuava a ser, como desde o início, o Todo do Homem Português.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doação via testamento.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por apontamentos vários, verbetes, dicionário português, recortes de jornais, correspondência,

	postais, cadernos, rascunhos, cerâmica romana, notas, desenhos, cópia de trechos do <i>Genesis</i> , cópia dactilografada de documentos de judeus portugueses, autógrafos, estampas, gravuras, fotografias, bilhetes, artigos, estampas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, alemão, inglês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	A parcela da herança de Leite de Vasconcelos que forma o Legado da Biblioteca da Faculdade de Letras é complementada por outra parcela, que foi legada ao Museu Nacional de Arqueologia, fundado por Leite de Vasconcelos em 1893 e por ele dirigido até 1929. Aí se encontram os seus livros das especialidades não-filológicas, um espólio manuscrito mais extenso, mas de estrutura análoga (os originais de certas obras estão repartidos entre as duas instituições), a correspondência recebida por Leite de Vasconcelos (a emitida acha-se dispersa pelo mundo, ou desaparecida) e os seus documentos pessoais.
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao livro <i>O legado de Leite de Vasconcelos na Universidade de Lisboa</i> , de Ivo Castro (2019).
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	11/11/2024

Fundo Luís Bramão

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/LB
<i>Título</i>	Luís Bramão
<i>Data</i>	1961-1994
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	1 capilha; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Luís Bramão
<i>História biográfica</i>	
<p>Luís Lamarão Alvares Pereira de Sequeira Bramão nasceu em Lisboa, a 31 de maio de 1909, e morreu a 8 de novembro de 2007, aos 98 anos. Fez o ensino primário dividido entre o Colégio Vasco da Gama, o Colégio Moderno e a Escola Académica, onde foi muito influenciado a praticar desporto, nomeadamente natação e ténis, na modalidade de ténis de mesa, de que foi o primeiro campeão nacional, em 1927. Após o ensino secundário no Liceu Pedro Nunes, ingressou em medicina na Escola Politécnica, contudo as aulas de anatomia fizeram-no mudar de curso. Em 1926, começou a estudar no Instituto Superior de Agronomia (ISA). Por intermédio do professor Carlos Helbling, foi indicado para começar a trabalhar num tirocínio da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, no Algarve. Este trabalho levou-o a publicar na <i>Revista agronómica</i>, de 1932, o artigo “A classificação dos solos da Campina de Faro, sob o ponto de vista da sua aplicação para regadio”. Será, também, este o título da sua tese para terminar o curso de Engenheiro Agrónomo, em 1933. Pouco tempo depois, em outubro de 1936, impulsionado pelos seus professores do ISA, António de Souza Câmara, Rui Mayer e Carlos Helbling, concorreu a bolseiro do Instituto de Alta Cultura, para a Universidade de Cornell, em Ithaca, Nova Iorque, onde obteve o grau de mestre com o trabalho <i>Génese, Classificação e Cartografia dos Solos</i>. O final destes estudos coincidiu com o início da II Guerra Mundial e, apesar de querer continuar nos Estados Unidos da América, regressou a Portugal. Em Portugal, enquanto investigador da Estação Agronómica Nacional (EAN), e sob a direção do Professor António Pereira de Sousa da Câmara, foi encarregue de organizar e chefiar o Departamento de Solos e a dar início aos trabalhos conducentes à realização da Carta dos Solos de Portugal, a qual foi publicada em 1942. Durante este período em Portugal, continuou a trabalhar ativamente com as embaixadas dos Estados Unidos e da Inglaterra. Regressou aos Estados Unidos, devido à falta de apoio do governo de Salazar, às suas pesquisas, e fizeram com que tomasse o conselho de um professor da EAN, sobre tentar ajudá-lo a obter autorização. Conseguiu uma bolsa da Fundação Rockefeller, entre 1948/49 e 1951, tendo também trabalhado na Pennsylvania State University e no United States Geological Survey. Em 1952, preparou e defendeu a tese, em mineralogia da argila e classificação do solo, que lhe garantiu o título de investigador-coordenador no EAN quando prestou provas públicas para o cargo. Como o Governo demonstrava desinteresse pela investigação científica, nesse mesmo ano regressou a Belmonte, para trabalhar inicialmente na Fundação Rockefeller e, de seguida, na Food and Agriculture Organization (FAO), das Nações Unidas, para o vasto programa da classificação e cartografia dos solos à escala do planeta. As suas missões na</p>	

<p>FAO estenderam-se ao Brasil, onde prestou assistência em trabalhos de cartografia, génese e classificação dos solos, entre 1953 e 1955. Viveu em Itália entre 1954 e 1969, altura em que conheceu e casou com a sua segunda mulher, também a trabalhar para a FAO. Retirou-se da FAO em julho de 1969 e regressou a Portugal para trabalhar como diretor do Laboratório da Microscopia, do Instituto Nacional de Investigação Agrária. Deu aulas na Universidade do Algarve e em Madrid. Foi também presidente da assembleia-geral da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, em São Brás de Alportel. Em Portugal, foi membro fundador e o primeiro presidente da Associação de Casas Antigas Portuguesas, instituída em 1978. Em 1986, recebeu a medalha oficial da Ordem Militar de São Tiago da Espada, pelos serviços prestados à ciência.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é constituído por retratos de personagens históricas, plantas da Casa do Castelo, recortes de imprensa.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português e inglês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	14/11/2024

Fundo Manuel Batoréo

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/MB
<i>Título</i>	Manuel Batoréo
<i>Data</i>	1940-2013
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	45m lineares; papel, discos de vinil
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Manuel Batoréo
<i>História biográfica</i>	
<p>Manuel Batoréo nasceu em Lisboa em 1937 e faleceu em 2020. Foi um antigo investigador do ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador integrado do CIEBA, da Faculdade de Belas-Artes, da mesma Universidade.</p> <p>Foi jornalista de <i>A Capital</i>, durante cerca de três décadas, e ligou-se ao meio artístico lisboeta através do seu tio, António Batoréo, médico de Almada Negreiros, Eduardo Viana e de outros pintores modernistas. Através da amizade com o conservador do MNAA, Dagoberto Markl, veio a interessar-se, avançada partir de 1985, pela pintura antiga portuguesa, tendo encetado os estudos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde viria a ser professor, a partir de 1991, e a defender a sua teses de mestrado e doutoramento em História da Arte. Manuel Batoréo deixou uma obra de grande relevância para a História da Arte nacional, no domínio da pintura do Renascimento português, dos estudos de iconografia e dos métodos de exame e de análise laboratorial. Estudou profundamente algumas pinturas do Museu Nacional de Arte Antiga, como a “Ceia em Emaús” de autor anónimo quatrocentista, e a obra do Mestre da Lourinhã, bem como a relação entre a gravura e a pintura dos chamados “Primitivos Portugueses”. É autor das obras: (2004). <i>Pintura portuguesa do Renascimento: O Mestre da Lourinhã</i>. Caleidoscópio; (2009). <i>Os "Primitivos Portugueses" e a Gravura do Norte da Europa: A utilização instrumental de fontes gráficas</i>. Caleidoscópio.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por cartazes, posters, pinturas, textos, fotografias, material de apoio de aulas, boletins, desenhos, recortes de jornal, material de docência, discos de vinil, plantas, livros, roteiros de viagem, agendas, revistas, textos, artigos, álbuns de fotografias, postais.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	

ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, espanhol inglês, francês, polaco, latim, italiano, árabe.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, autoria da bibliografia: Museu Nacional da Arte Antiga e Associação Portuguesa de Historiadores da Arte. Também a partir da obra: Batoréo, M. (2004). <i>Pintura portuguesa do Renascimento: O Mestre da Lourinhã</i> . Caleidoscópio.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	30/10/2024

Fundo Manuel Díaz y Díaz

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/MDD
<i>Título</i>	Fundo Manuel Díaz y Díaz
<i>Data</i>	1949-2007
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	41 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Manuel Díaz y Díaz
<i>História biográfica</i>	
<p>Manuel Cecilio Díaz y Díaz nasceu em Mugardos, La Coruña, em Espanha, a 14 de agosto de 1924 e morreu a 4 de Fevereiro de 2008, em Santiago de Compostela. Licenciou-se em Filologia Clássica pela Universidade de Madrid, em 1945. 4 anos depois, em 1949, obteve o doutoramento e o cargo de professor de ensino secundário, e logo de seguida, o título de professor catedrático de Filologia Latina nas Universidades de Valencia, entre 1953 e 1956, de Salamanca, entre 1956 e 1968, e na Universidade de Santiago de Compostela, a partir de 1968. Foi considerado um dos medievalistas mais importantes do mundo, sendo as suas obras referências nos estudos de línguas clássicas. É <i>Doutor Honoris Causa</i> pelas Universidades de Coimbra, León, Valladolid, Salamanca, Lisboa e Santiago de Compostela, onde desempenhou diferentes cargos relacionados com a gestão universitária, além do seu trabalho como docente e de investigador. Foi presidente da Agência de Qualidade Universitária, diretor do Colégio Universitário de Lugo e vice-reitor da Universidade de Santiago de Compostela. Para além disso, foi membro da secção de Património Histórico do Conselho da Cultura Galega pelo Instituto de Estudos Jacobeus desde 1991, e investigou sobretudo sobre o latim medieval. Era especialista em língua e literatura latinas e em numerosos aspetos do mundo medieval, como a literatura, o cristianismo, a codicologia ou a paleografia, entre outros. O seus trabalhos constituem todos conteúdos relacionados com a Idade Média Espanhola, desde o estudo da cultura livresca visigótica, até aos inícios da cronística do Reino das Astúrias. Escreveu o <i>Index scriptorum latinorum medii aevi hispanorum</i> (1959); <i>Antología del latín vulga</i> (1950), <i>Libros y librerías en la Rioja Altomedioeva</i> (1991) y <i>Visiones del Más Allá en Galicia durante la Alta Edad Media</i> (1985). Casou-se com Joaquina de Bustamante e teve cinco filhos.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por mapas, postais, textos dactilografados, teses de doutoramento, fotocópias, notas manuscritas, correspondência, CDs, fotografias, desenhos de vasos gregos, atas de congressos, programas e discursos de

	congressos, ficheiros de cartulários, material de trabalho para um estudo, lista de manuscritos, artigos, certificados académicos, recortes de imprensa, brochuras, estudos, faturas, dedicatórias.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	O fundo é constituído por 41 caixas, divididas, no momento da incorporação na Biblioteca da Faculdade de Letras, numa data posterior a 2008, em duas séries: FMDD/UI.01 - FMDD/UI.16 e FMDD/UI.A01 - FMDD/UI.A26.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Espanhol, latim, português, italiano, alemão, inglês, francês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao <i>Excel</i> feito sobre o catálogo de Manuel Díaz y Díaz.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	08/11/2024

Fundo Manuel Viegas Guerreiro

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/MVG
<i>Título</i>	Manuel Viegas Guerreiro
<i>Data</i>	1927-1996
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	33 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Manuel Viegas Guerreiro
<i>História biográfica</i>	
<p>Manuel Viegas Guerreiro nasceu a 1 de novembro de 1912, em Querença, concelho de Loulé, e morreu a 1 de maio de 1997, em Carnaxide. Terminou o curso de Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1936, e iniciou o seu percurso profissional como professor efetivo dos liceus, em 1940, e do Colégio Militar entre 1941 e 1944. Fez o seu doutoramento em Etnologia, em 1969, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a obra <i>!Khu de Angola</i>. Foi professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em novembro de 1970, concorreu para professor extraordinário de Etnologia na Faculdade de Letras, e em outubro de 1971 como professor catedrático. No âmbito da sua carreira universitária, colaborou em várias missões dentro e fora do país. Foi discípulo de José Leite de Vasconcelos e desenvolveu uma importante investigação junto das tribos em África e em comunidades rurais portuguesas. Coligiu-os e co-organizou a monumental <i>Etnografia Portuguesa</i>. Em 1997, após a sua morte, a título póstumo, o Mestre recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Infante, ‘acto devido por Portugal ao Professor que honrou a Ciência e a Cultura Portuguesa’.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por correspondência, poemas, postais, notas, faturas, cheques, convites, listas de vocabulário, textos manuscritos, fichas de leitura, bilhetes, bilhetes de avião, livros, provas escritas de avaliação, jornais, recortes de jornais, material de apoio das aulas, rascunhos, cadernos, trabalhos de alunos, folhas de exercícios, relatórios, currículos, atas de reuniões, blocos de notas, textos de apoio, desenhos, fotografias, diplomas, agendas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	

<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, inglês, latim, chinês, francês, alemão.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	24/10/2024

Fundo Maria Conceição Soares Machado

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/MCSM
<i>Título</i>	Maria da Conceição Soares Machado
<i>Data</i>	1940-2006
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	3 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Maria da Conceição Soares Machado
<i>História biográfica</i>	
<p>Maria da Conceição Soares Machado nasceu a 21 de novembro de 1921, em Lisboa. Destacou-se por uma vida dedicada à educação, cultura clássica e família. Após concluir o ensino secundário no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, licenciou-se em Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mergulhando em estudos de Grego, Latim, Literatura e Filosofia. Os seus eus cadernos meticulosos e ensaios como “<i>Homero e sua obra</i>” refletem um interesse profundo pelas Humanidades, sustentado por uma vasta biblioteca pessoal. Como professora no Liceu Pedro Nunes e Liceu Camões, foi reconhecida pelo rigor pedagógico e dedicação ao ensino de línguas clássicas, contribuindo para o currículo com materiais didáticos e metodologias inovadoras, mesmo em tempos de declínio do Latim e do Grego.</p> <p>Fora da sala de aula, foi uma militante cultural, integrando associações como a APLG e a Fédération des Professeurs de Grec et Latin, promovendo as Humanidades com artigos, debates e eventos, como a Exposição Bibliográfica das Humanidades Greco-Latinas. Publicou textos pedagógicos entre 1962 e 1966, embora sua faceta autoral tenha sido limitada.</p> <p>No âmbito familiar, conciliava a vida académica com um papel materno carinhoso e uma gestão doméstica cuidadosa. Mantinha uma forte rede de amigos e laços com alunos, colegas e figuras proeminentes como Vergílio Ferreira, refletida em dedicatórias e correspondência. Profundamente religiosa, Maria da Conceição também dedicou os seus tempo associações culturais e atividades da igreja paroquial. Com uma vida multifacetada, marcada pela paixão pelo ensino, cultura clássica e humanidades, deixou um legado transformador na educação e na formação intelectual de gerações.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doado pela filha Maria do Céu Soares Machado ao centro de Estudos Clássicos.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por material de apoio das aulas, correspondência, notas, postais, excertos de jornais, dossiers, desenhos infantis, boletins, poemas, talões, sebatas, revistas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	

ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, latim, grego, árabe.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos com recurso às notas de Maria Carolina Marques sobre o espólio de Maria da Conceição Soares Machado.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	27/11/2024

Fundo Mário Barradas

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/MB
<i>Título</i>	Mário Barradas
<i>Data</i>	1962-2009
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	36 caixas, 1 pasta; papel e CD-R
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Mário Barradas
<i>História biográfica</i>	
<p>Mário de Melo dos Santos Barradas nasceu a 7 de agosto de 1931, em Ponta Delgada, e morreu a 19 de Novembro de 2009, em Lisboa. Casou-se com Maria Joana de Faria Bento Pessoa, com quem teve três filhos. Começou a interessar-se pelo Teatro no Liceu Nacional de Antero de Quental, localizado em Ponta Delgada. Entre 1949 e 1954, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, e em 1954 assinou a sua primeira encenação com a peça <i>O Mestre Escola</i>, de Keita Fodebado, poeta da Guiné-Conacri. Partiu em 1956, como militar, para Timor, onde montou espetáculos como <i>A Farsa de Mestre Pathelin</i> (autor anónimo, século XV). Foi fundador do Teatro de Amadores de Lourenço Marques e colaborou como encenador do Teatro dos Estudantes Universitários de Moçambique. Através de uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, entrou como aluno para a Escola Superior de Arte Dramática do Teatro Nacional de Estrasburgo, onde em 1971 foi convidado para ser professor assistente. Em outubro de 1972, passou a dirigir o Conservatório Nacional. A 2 de janeiro de 1975, fundou o Centro Cultural de Évora, mais tarde Centro Dramático de Évora, com sede no Teatro Garcia de Resende. Fundou também o Teatro da Malaposta, juntamente com José Peixoto e José Martins. Com a sua ação, deu um contributo ativo e fundamental para o desenvolvimento do panorama teatral português nas últimas décadas, razão pela qual recebeu a Medalha de Ouro da Cidade de Évora, a medalha de Mérito Cultural do Ministério da Cultura e, em 21 de agosto de 1990, foi agraciado pelo Presidente da República Portuguesa com o grau de Comendador da Ordem do Mérito.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é composto por correspondência, postais, manuscritos, recortes de jornal, relatórios, documentação institucional, documentos biográficos, dossiers, impressos, recitais de poesia, currículos.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	Inexistente.

ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, inglês, alemão, francês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com ajuda da grelha existente do catálogo de Mário Barradas.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	08/11/2024

Fundo Michel Laban

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/ML
<i>Título</i>	Michel Laban
<i>Data</i>	1955-2007
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	4 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Michel Laban
<i>História biográfica</i>	
Michel Laban nasceu a 16 de agosto de 1946, na Argélia, e morreu a 25 de novembro de 2008, em Paris, França. Foi um especialista em literaturas africanas de língua portuguesa e tradutor de autores como Pepetela, Luís Bernardo Honwana e Baltazar Lopes. Obteve o doutoramento em 1979, com um estudo dedicado a José Luandino Vieira, do qual traduziu vários livros, iniciando a docência na Sorbonne Nouvelle, onde veio a ser diretor do Departamento de Português.	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	O fundo é constituído por recortes que vieram dentro da coleção bibliográfica, recortes de imprensa, manuscritos, faturas, convites, índice de autores, poemas, correspondência, fotografias.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, espanhol, inglês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	

ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	13/11/2024

Fundo Osório Mateus

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/OM
<i>Título</i>	Osório Mateus
<i>Data</i>	1902-1996; 1951-2002
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	34 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Osório Mateus
<i>História biográfica</i>	
<p>José Alberto Osório de Almeida Mateus nasceu em Viseu, no ano de 1940, e faleceu em 1996. Fez a sua licenciatura em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que concluiu em 1962. Mais tarde, apresentou a sua tese de doutoramento intitulada <i>Cinco Autos de Gil Vicente: Práticas de Reconhecimento</i>, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Apresentou o seu primeiro espetáculo como encenador no liceu de Viseu, no ano de 1963, <i>O Meu Caso</i> de José Régio, e depois seguiu-se <i>O Auto do Fidalgo Aprendiz</i>, de Francisco Manuel de Melo, em 1967. Em 1968, entrou no serviço da educação da Fundação Calouste Gulbenkian, em que promoveu o apoio ao teatro universitário, e, dois anos mais tarde, entrou como assistente para o quadro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Como bolseiro, em 1972, frequentou o seminário de Roland Barthes, na École Pratique des Hautes Études e no Instituto d'Études Théâtrales da Sorbonne Nouvelle. Entre 1974 e 1979, foi professor do Conservatório Nacional da Escola Superior de Teatro e de Cinema; e, durante esse período, desenvolveu textos sobre a prática teatral e de investigação na área da História do Teatro. Entre 1979 e 1989, foi leitor em Veneza. Foi docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desde 1970, tendo, em 1980, criado a cadeira de História de Teatro, em conjunto com Cultura Portuguesa e Ciências do Espetáculo. Em 1994, fundou o Centro de Estudos de Teatro.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doado voluntariamente por Osório Mateus à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	A documentação compõe-se de notas manuscritas, cartas, convites, trabalhos de alunos, recortes de jornal, fotografias, materiais de preparação dos atores, programas de espetáculos, folhas de sala, folhas de pagamento de materiais, horários de ensaios, cadernos de encenador, circulares e questionários.
<i>Ingressos Adicionais</i>	

<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à dissertação de mestrado de Inês Piló, “Teatreca”: <i>Para o estudo do teatro em Portugal no século XX: O arquivo pessoal Osório Mateus</i> (2018).
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo Paul Teyssier

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/PT
<i>Título</i>	Paul Teyssier
<i>Data</i>	1959-2005
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	1 caixa; papel, disquetes
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Paul Teyssier
<i>História biográfica</i>	
<p>Paul Teyssier nasceu em Argentan, em França, a 12 de dezembro de 1915, e faleceu em Meudon, a 10 de janeiro de 2002. Foi um linguista, lusitanista e tradutor francês. Completou os seus estudos em Vendôme, uma cidade vizinha, e, mais tarde, após ter conseguido fazer os cursos preparatórios no Lycée Louis-le-Grand, em Paris, foi selecionado para o curso de letras da Escola Normal Superior. Estudou, nessa época, com André Monteil, que posteriormente se notabilizaria pela sua carreira política, sendo senador pelo departamento do Finistère, entre 1959 e 1971, e ministro da Saúde no Governo de Pierre Mendès France. Recebeu treinamento militar na Escola Normal Superior e, com o início da Segunda Guerra, foi promovido a oficial na Academia Militar de Saint Maixent. Junto de Jean Sauvagnargues, futuro diplomata, foi preso em Antony, na região parisiense. Em 1953, voltou a lecionar, trabalhando como professor de português na Faculdade de Letras de Toulouse, dando continuidade às pesquisas que resultam na sua tese de doutoramento, <i>La langue de Gil Vicente</i>, defendida na Sorbonne, em 1956.</p> <p>Ficou conhecido por ter escrito uma das primeiras gramáticas do português europeu e brasileiro, publicada em França, e pelas suas obras <i>La langue de Gil Vicente</i> e <i>Histoire de la langue portugaise</i>. Foi professor emérito da Universidade Paris-Sorbonne, onde criou o Departamento de Português.</p> <p>Boa parte da sua carreira passou-se fora de França. Lecionou e teve cargos administrativos em Portugal, entre 1941 e 1947, na Tunísia, de 1958 a 1961, na Itália, de 1962 a 1967, e no Senegal, de 1967 a 1971.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doação por Ivo Castro, em 2021.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por correspondência, apontamentos de textos, preparatórios da edição da obra <i>A Língua de Gil Vicente</i> , disquetes, fotocópias.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	

ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Francês, português.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à carta do Professor Ivo Castro.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo Rui Mário Gonçalves

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/RMG
<i>Título</i>	Rui Mário Gonçalves
<i>Data</i>	1949-2003
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	15 caixas (21cmx29cm), 4 caixas (36cmx27cm); papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Rui Mário Gonçalves
<i>História biográfica</i>	
<p>Rui Mário Gonçalves nasceu a 12 de outubro de 1934, em Abragão, Penafiel, e morreu a 2 de Maio de 2014, em Lisboa. Foi um professor, crítico e historiador da arte portuguesa. Licenciou-se em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Lisboa. Enquanto estudante, começou a dedicar-se à crítica da arte moderna e organizou a Primeira Retrospectiva da Pintura Não-Figurativa Portuguesa, em 1959. Em 1961, iniciou atividade como crítico de arte e, em 1963, a Fundação Calouste Gulbenkian concebeu-lhe o prémio Gulbenkian de Crítica de Arte. Três anos mais tarde, desenvolveu atividades de promoção e divulgação de artes plásticas, tendo participado na organização de numerosas exposições de arte moderna, na elaboração de catálogos, escrito prefácios e ensaios, e colaborado em vários órgãos de comunicação social. Colaborou em jornais como <i>A Capital</i>, <i>Expresso</i>, <i>Diário de Notícias</i>, <i>Jornal de Letras</i>, <i>Artes e Ideias</i>, e em revistas da especialidade, nomeadamente: <i>Arquitetura</i>, <i>Colóquio</i>, <i>Colóquio/Artes</i> e na revista <i>Arte Opinião</i>, entre 1978 e 1982. Foi professor no curso de Formação Artística da Sociedade Nacional de Belas Artes, entre 1967 e 1986, e entre 1972 e 1977 foi docente nas Escolas de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional de Lisboa. No ano de 1974, iniciou atividade como docente no Departamento de Literaturas Românicas, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se jubilou como Professor Catedrático.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doação.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por rascunhos, desenhos, manuscritos, recortes de jornal, revistas, cadernos, correspondência, programas para o Governo, programas de arte, programas de aulas, textos, plantas, fotografias, atas de reunião, biografias de autores, currículos, bilhete de identidade, provas escritas, livros, catálogos, fichas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	

<i>Sistema de Organização</i>	Alguma documentação já se encontra pré-organizada, sem conjuntos temáticos.
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês, inglês, alemão.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à bibliografia feita pelo próprio.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	12/11/2024

Fundo Vasco Granja

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
Entidade Detentora	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Código de Referência	PT/AHFLUL/VG
Título	Vasco Granja
Data	1957-2003; [2015]
Nível de Descrição	Fundo
Dimensão e Suporte	82 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
Nome do produtor	Vasco Granja
História biográfica	
<p>Vasco de Oliveira Granja nasceu em Lisboa a 10 de julho de 1925, e morreu em Cascais a 4 de maio de 2009. Estudou na Escola 12 do Bairro Alto, em Lisboa, e na Escola Industrial Machado de Castro. Os gostos pela literatura e pelo cinema tiveram início na infância. Mesmo antes de saber ler, começou a colecionar revistas que o ajudaram na aprendizagem da leitura. A sua formação decorreu de forma autodidata, devido à sua curiosidade e aos seus gostos pessoais. Aos 18 anos, foi convidado pelo realizador Santos Matos para entrar no filme <i>A Noiva do Brasil</i>, uma comédia policial cuja única cópia acabou por desaparecer num incêndio. Trabalhou como assistente de imagem com o diretor de fotografia Aquilino Mendes. Entre 1944 e 1958, trabalhou na <i>Casa Travassos</i>, no Rossio, e frequentou os cafés Gelo e Nicola, tendo sido, segundo ele, um dos períodos mais estimulantes da sua formação cultural e política, a sua «primeira universidade». Escreveu sobre a filmografia de vários cineastas, em especial sobre Norman McLaren. Esta sua intervenção, enquanto crítico e estudioso do cinema, em particular do cinema de animação e, mais tarde, da banda desenhada, estendeu-se ao longo de cinco décadas, desde os anos 1950 até à década de 1990. Ela incluiu centenas de textos publicados na imprensa local, nacional e internacional (Brasil, França, Argentina), assim como em publicações especializadas, entradas em dicionários temáticos, catálogos de exposições, nomeadamente nas primeiras edições do Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora. Na imprensa portuguesa, os seus artigos surgiram publicados no <i>Diário de Lisboa</i> (1957-1973), no <i>Jornal do Fundão</i> (1960-1973), no <i>Notícias da Amadora</i> (1963-1970), no <i>República</i> (1965-1975), no <i>Diário Popular</i> (1965-1991), em <i>O Comércio do Porto</i> (1966-1974), em <i>A Capital</i> (1968-1980), em <i>O Diário</i>, no <i>Expresso</i> e no <i>Jornal de Letras</i>, estes últimos nos anos 80 e 90, entre outros. Em 1961, ingressou na Editora Bertrand, onde permaneceu até se reformar em 1990. Desenvolveu trabalho nos contatos com escritores e imprensa e, mais tarde, na organização das coleções de banda desenhada. Em 1966, num artigo intitulado <i>O Mundo Maravilhoso da Banda Desenhada</i>, publicado no <i>Diário Popular</i>, introduziu pela primeira vez no léxico português o termo «banda desenhada», contribuindo para o gradual desaparecimento do termo tradicional «histórias aos quadrinhos» em Portugal. Após o 25 de Abril de 1974, foi convidado pela RTP para realizar seis programas sobre cinema de animação. Apresentou 1040 emissões durante 16 anos de séries com diversos títulos como <i>Cinema de Animação</i> (1974-1976), <i>Os Mestres da Animação</i> (1977-1984), <i>Imagem e Imagens</i> (1985-1988), <i>Filmes para Todos</i> (RTP1) e <i>Animação</i> (RTP2), destinados a públicos distintos. Em 1975, criou um curso de cinema de animação, a partir</p>	

do qual viria a nascer a Associação Portuguesa de Cinema de Animação, e, em 1979, ainda na Bertrand, foi o diretor da revista de BD <i>Spirou</i> , na sua segunda série. Entre 1997 e 1999, lecionou a disciplina de cinema de animação na Escola Profissional de Imagem, em Lisboa. Em termos da sua vida pessoal, foi casado com Maria Inácia Roque, de que nasceu uma filha chamada Cecília Granja, tendo deixado duas netas, Liliana Granja de Morais e Adriana Granja de Morais.	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	Doação dos herdeiros.
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	Recortes de imprensa, fotografias, correspondência, textos, artigos de banda desenhada, excertos de jornal, envelopes, cartazes, agenda, artigos, catálogos, relatórios, materiais de apoio, recortes, currículo, manuscritos, programas.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Português, francês.
<i>Instrumentos de descrição</i>	IAI em formato <i>Excel</i> produzido no âmbito académico.
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso ao <i>Excel</i> feito por Afonso Zeferino.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	08/11/2024

Fundo Vasco Magalhães de Vilhena

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/VMV
<i>Título</i>	Vasco Magalhães de Vilhena
<i>Data</i>	1930-1993
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	10 caixas; papel
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Vasco Magalhães de Vilhena
<i>História biográfica</i>	
<p>Vasco Manuel de Magalhães de Vilhena nasceu em 1916, em São Tomé, e faleceu em 1993. Depois de concluir o secundário, frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Ciências Históricas e Filosóficas, no ano de 1939. Enquanto estudante, obteve o prémio de Ensino e Crítica nos Jogos Florais Universitários de Coimbra, em 1939. Em 1940, com recurso a uma bolsa de estudos concedida pelo British Council e pelo Instituto para a Alta Cultura, com o objetivo de efetuar trabalhos de investigação filosófica na Universidade de Cambridge, a situação provocada pela Segunda Guerra Mundial impediu-o de a aproveitar. Em 1943, foi nomeado assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo sido regente dos cursos de História da Filosofia Antiga e de História Moderna e Contemporânea. Foi bolseiro do Governo francês durante dois anos, sendo depois integrado no quadro de investigadores do Seminário de Filosofia Antiga de Sorbonne. Em 1949, fez o doutoramento nessa universidade parisiense, com excelente classificação, em Filosofia. A sua tese valeu-lhe, em 1954, o prémio da Association des Études Grecques. Vasco Magalhães Vilhena colaborou em diversas revistas, como a <i>Gazeta de Filosofia</i> e a <i>Revista do Porto</i>, e realizou numerosas conferências. Publicou uma vasta obra, onde se destacam <i>Aspetos do Pensamento Grego - A Luta pela Inteligibilidade</i> (1935), <i>A Arte e a Vida Social</i> (1936), <i>Unidade da Ciência - Introdução a um Problema</i> (1941), <i>Pequeno Manual de Filosofia</i> (1942) e <i>António Sérgio e a Filosofia</i> (1960).</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	É composto por fichas de leitura, material de sala de aula, recortes de imprensa, recortes de imprensa estrangeira sobre marxismo, jornais, revistas, biografia, textos, textos inéditos, notas, artigos, posters.
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	

ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	Francês, português, inglês, alemão, espanhol.
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	
<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos.
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	24/10/2024

Fundo Wolfgang Kayser

ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
<i>Entidade Detentora</i>	Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
<i>Código de Referência</i>	PT/AHFLUL/WK
<i>Título</i>	Wolfgang Kayser
<i>Data</i>	
<i>Nível de Descrição</i>	Fundo
<i>Dimensão e Suporte</i>	
ZONA DE CONTEXTO	
<i>Nome do produtor</i>	Wolfgang Kayser
<i>História biográfica</i>	
<p>Wolfgang Kayser nasceu em 24 de dezembro de 1906, em Berlim, e faleceu em 23 de janeiro de 1960, em Göttingen. Foi um germanista e estudioso de literatura alemã. Wolfgang Kayser obteve o seu doutoramento, em 1932, com uma tese sobre a poesia do poeta barroco Harsdörffer, e a sua agregação em 1935, onde escreveu sobre a história da balada alemã. Durante o período nazi, Wolfgang Kayser demonstrou lealdade ao Partido Nazista. Em 1941, foi nomeado diretor do Instituto Cultural Alemão em Lisboa, cuja função ele descreveu como a de "professor adjunto no Serviço Imperial". Ele também ocupou uma cadeira de alemão na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Durante esse período, ele já estava a trabalhar no que se tornaria o seu livro didático pioneiro, <i>Das Sprachliche Kunstwerk: Eine Einführung in die Literaturwissenschaft (A Linguagem da Arte: Uma Introdução à Literatura.)</i> Demitido do serviço após o ano de 1945, trabalhou principalmente como palestrante <i>freelancer</i>, autor e tradutor. Em 1948, <i>The Language of Art</i> foi publicado, o que teve uma forte influência na literatura alemã do pós-guerra. Em 1950, recebeu uma cátedra na Universidade de Göttingen, onde trabalhou até à sua morte.</p>	
<i>História Custodial e Arquivística</i>	
<i>Fonte imediata de aquisição ou transferência</i>	
ZONA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
<i>Âmbito e Conteúdo</i>	
<i>Ingressos Adicionais</i>	
<i>Sistema de Organização</i>	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO	
<i>Condições de Acesso</i>	Acesso livre sujeito ao regulamento interno da Biblioteca da Faculdade de Letras e às leis gerais que regulam o acesso à informação.
<i>Idioma/escrita</i>	
<i>Instrumentos de descrição</i>	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	

<i>Existência e localização de originais</i>	
<i>Existência e localização de cópias</i>	
<i>Unidades de descrição relacionadas</i>	
<i>Nota de publicação</i>	
ZONA DAS NOTAS	
<i>Notas</i>	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	
<i>Nota do Arquivista</i>	Descrição feita por Ana Santos, com recurso à entrada 'Wolfgang Kayser' na <i>Wikipédia</i> .
<i>Regras ou convenções</i>	ISAD(G) 2. ^a edição (2000) e ISAAR(CPF) 2. ^a edição (2004).
<i>Data da Descrição</i>	27/11/2024